UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ISABELA VENTUROZA DE OLIVEIRA

"HOMEM É HOMEM":
narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha

São Paulo
2016

ISABELA VENTUROZA DE OLIVEIRA

"HOMEM É HOMEM": narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida

São Paulo

2016

À Neide e Douglas, meus pais, pelo amor constante e por enxergarem em mim tão mais do que consigo ver

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, por oferecerem as condições necessárias para que esta pesquisa fosse realizada. Destaco a imensa contribuição de Heloisa Buarque de Almeida, minha orientadora, que desde 2012 vem generosamente me inspirando e ensinando a partir de suas diversas personas, como professora, pensadora, militante e – por que não? – um pouco "mãe" de toda uma ninhada de jovens orientandas e estudantes que vem atraindo ao longo de seus anos de profissão.

À banca de qualificação e defesa, nas pessoas de Júlio Assis Simões, Laura Moutinho e Bibia Gregori, por aceitarem participar dos diversos momentos de maturação desta pesquisa e por compartilharem comigo suas leituras, impressões e inquietações, indispensáveis para o resultado final da dissertação.

Aos colaboradores desta pesquisa e à equipe da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde no período entre 2013 e 2015, em especial à Paula Licursi Prates, Tales Mistura, Leandro Feitosa e Sérgio Barbosa, pela ampla acolhida com que receberem este projeto.

Às minhas "irmãs" de orientação: Marcella Betti, Michele Escoura, Fernanda Kalianny Martins, Izabela Nalio, Mariane Pisani, Renata Guedes Mourão Macedo, Marisol Marini, Letizia Patriarca, Beatriz Aciolly Lins e Túlio Bucchioni, pelas leituras, trocas e momentos de descontração partilhados em nossas reuniões de orientação. Agradeço também à Rocío Alonso, por suas contribuições nessas ocasiões e a Guilhermo Aderaldo, que se tornou um querido amigo.

Aos integrantes do Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença, em especial Gleicy Mailly Silva, Thais Tibira, Rafael Noleto, Bernardo Fonseca Machado, Pedro Lopes, Natália Lago, Ramon Reis, Márcio Zamboni e Gibran Braga, pelos espaços de reflexão oferecidos e partilhados, sempre tão densos e proveitosos.

Aos demais discentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, aos parceiros do corpo editorial da Cadernos de Campo e da comissão organizadora da Sexta do Mês, especialmente à Fabiana de Andrade, Yuri Tambucci, Jacqueline Teixeira, Talita Lazarin Dal'Bó, Kelen Pessuto, Leonardo Braga, Fernando Fileno e Denise Pimenta.

Também aos colegas que ingressaram no mestrado em 2013, com os quais partilhei as

etapas iniciais dessa empreitada. Foram eles: Helena Manfrinato, Letizia Patriarca, Luiza Ferreira Lima, Lais Miwa Higa, Yara Alves, Cibele Assensio, Ana Sertã, Augusto Ventura, Álvaro Russo, Camila de Paula, Olavo Souza, Maria Isabel Zanzotti, Antônio Gouveia, Jorge Gonçalves, Alice Haibara, Victor Alcântara e Silva, Renan Arnault e Bruno Morais. Deste encontro fortuito, algumas amizades ganharam força e foram essenciais para a manutenção da sanidade e para nos lembrar do milagre que são os momentos de partilha. Assim, agradeço à minha querida Helena, uma menina de ouro e de luta, por sua generosidade e cuidado, e por vir desbravando o mundo ao meu lado; ao parceiro Jorge, sempre pronto a me ajudar e a me jogar para cima, por seu humor de "tio do pavê" que tão mal camufla sua genialidade; à Luiza "migs", com a qual devo ter falado todos os dias durante os últimos 900 dias da minha existência e com a qual venho lapidando uma relação de amor e admiração desde que me dei conta da raridade desse encontro; e, por fim, à Yarita, mulher que me enche de orgulho pela coragem e pisada firme com a qual deixa sua marca no mundo. Vocês me inspiram.

Também aos amigos "da vida", sempre torcendo por mim e me estimulando a seguir em frente, especialmente Rhayssa Franco e sua mãe, Marta, Marilia Romão, João Marcelo Lima, Juliana Laet, Glauce Ferreira, Jéssica Dias e Priscila Navarro.

A Eric, meu companheiro e amigo, pelo amor, cumplicidade e paciência – que nem sempre esbanjou, seja dita a verdade, especialmente nas madrugadas e finais de semana em que o troquei pelo computador. Continuo querendo morar no seu abraço, mas antes preciso terminar esse parágrafo.

At last, but not least, à minha família consanguínea e afetiva, com a qual aprendi o cuidado e o riso, e sem o apoio da qual eu não teria conseguido seguir pelos caminhos que escolhi trilhar. Neide, Douglas, "velhinhos", Junis, Bruno, Vó Marcelina e Vô Salvador, obrigada pelo colo, pelos beijos, abraços, pelo "dinheiro da passagem" e por todo o amor do mundo.

Cadê meu celular?

Eu vou ligar prum oito zero

Vou entregar teu nome

E explicar meu endereço

Aqui você não entra mais

Eu digo que não te conheço

E jogo água fervendo

Se você se aventurar

Eu solto o cachorro

E, apontando pra você

Eu grito: péguix guix guix guix

Eu quero ver

Você pular, você correr

Na frente dos vizinhos

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

(...)

Elza Soares[1]

[1] Trecho da música "Maria da Vila Matilde", presente no álbum "A mulher do fim do mundo", lançado em 2015.

RESUMO

Este estudo propõe uma reflexão sobre as narrativas de homens denunciados por crimes previstos pela Lei 11.340/2006 (denominada também como "Lei Maria da Penha"), encaminhados à ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, em São Paulo, para participar do Programa de Responsabilização de Homens Autores de Violência contra a Mulher. Nesta pesquisa, visualizo a questão da violência de gênero sob um ângulo ainda pouco explorado, uma vez que meu olhar situa-se não sobre as denunciantes (não raramente cristalizadas como "vítimas"), mas sobre os denunciados/"agressores". No decorrer do trabalho, demonstro como as narrativas verbalizadas nas reuniões do referido grupo reflexivo evidenciam ideias sobre masculinidade, feminilidade, violência, família e conjugalidade, além questionarem a legitimidade da Lei 11.340/2006, através da desestabilização da categoria "vítima". O estudo igualmente visa contribuir com uma discussão metodológica no tocante aos limites e às experimentações do trabalho de campo, produzindo ao mesmo tempo uma reflexão sobre as/os antropólogas/os enquanto sujeitos "generificados".

Palavras-chave: gênero; masculinidades; violência; vítima; Lei Maria da Penha

ABSTRACT

This study proposes a reflection on the narratives of men accused of crimes stipulated by the Law 11.340/2006 (also known as "Maria da Penha Law") who were sent to the NGO Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, in São Paulo, to participate in the "Accountability Program for Male Perpetrators of Violence against Women". In this research, I see the gender-based violence issue from a perspective yet to be fully explored, since my focus is directed not towards the complainants (not rarely crystallized as "victims"), but the reported/"aggressors". Throughout this dissertation, I show how the narratives verbalized during the Program's meetings highlight ideas about masculinity, femininity, violence, family and conjugality, as well as question the legitimacy of the Law 11.340/2006 through the destabilization of the "victim" category. Furthermore, this investigation aims to contribute to a methodological discussion about the limits and experimentations of fieldwork, producing at the same time a reflection on anthropologists as "gendered" subjects.

Keywords: gender; masculinities; violence; victim; Maria da Penha Law

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....9

INTRODUÇÃO.....10

1. Uma contribuição aos Estudos de Masculinidades.....13

2. Os capítulos da dissertação.....15

CAPÍTULO I:

ENFRENTANDO QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1. O campo e a entrada: elucubrações iniciais.....18

2. As mega-audiências de encaminhamento.....23

3. Percebendo a si mesma e *escutando* o campo.....30

CAPÍTULO II:

OBSERVANDO O CAMPO

1. Deixando de "secar o chão com a torneira aberta": as intervenções com homens.....38

2. Tricotando com os homens: mapeando um campo e personagens.....55

CAPÍTULO III:

COLOCANDO OS PINGOS NOS "IS"

1. *Feminist consciousness-raising groups*, masculinismo e grupos reflexivos.....84

2. Cenas e queixas (masculinas): quem é a vítima?.....90

2. Sobre diferenças: os homens e a lei "João da Lapa".....93

CONCLUSÕES.....99

BIBLIOGRAFIA.....102

ANEXOS.....108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no Brasil.....44
Tabela 2 – Distribuição dos participantes por idade.....68
Tabela 3 – Distribuição dos participantes por cor/raça.....69
Tabela 4 – Distribuição dos participantes por escolaridade.....70
Tabela 5 – Distribuição dos participantes por faixa de renda mensal.....73
Tabela 6 – Distribuição dos participantes quanto à existência de problemas com a justiça.....76

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo principal identificar e compreender as narrativas de homens denunciados por crimes previstos pela Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. A pesquisa foi realizada a partir de grupos reflexivos[2] oferecidos pela ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, em São Paulo (SP), após encaminhamento judicial da Vara Central de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Fórum Criminal da Barra Funda. Os grupos estudados são definidos em termos de uma proposta de intervenção com homens autores de violência contra mulheres, com papel "educativo, reflexivo e preventivo". A intervenção pretende fomentar o questionamento de estereótipos, mentalidades e valores tradicionais de gênero que atuam fortalecendo e legitimando a violência (PRATES e ANDRADE, 2013, p. 7).

Meu interesse por tal tema está intrinsecamente relacionado à percepção de uma lacuna entre os estudos que focalizam o campo da violência de gênero, contemplando também violência conjugal, doméstica e familiar, guardados seus sentidos particulares. Pouco se diz sobre os homens, e o que se diz muitas vezes é verbalizado pelas companheiras ou por profissionais dos serviços de atendimento a mulher em situação de violência. Trata-se aqui de partir da perspectiva dos próprios homens denunciados, para dessa forma contribuir para um entendimento mais amplo do contexto abordado. Contudo, não se trata de "dar voz aos homens" em um sentido político – embora a escolha do objeto seja inegavelmente política –, tampouco de operar uma "antropologia moralista" (FASSIN, 2008), orquestrando um linchamento dos mesmos. Com este trabalho busco apenas compreender os sentidos acionados pelos homens em seus atos de fala (AUSTIN, 1965; BUTLER, 1997, 1998) e como ideias sobre masculinidade, violência e justiça aparecem em seus discursos.

Para tanto, acompanhei as atividades do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde entre os anos de 2013 e 2014, realizando a coleta de dados de inúmeras formas. Em um primeiro momento, procurei semanalmente visitar a ONG e conversar com a equipe que coordena os grupos reflexivos, conhecendo e entrevistando os profissionais. Procurava realizar tais visitas no mesmo dia em que ocorriam as reuniões do grupo reflexivo, para ter a oportunidade de, se possível, observar e interagir com os participantes antes ou depois das reuniões. Logo de

[2] No Brasil, os "grupos reflexivos", ou ainda "grupos reflexivos de gênero", constituem uma forma de intervenção interessada na problematização de modelos de masculinidade (e feminilidade) e na construção de alternativas para homens que instrumentalizam a violência em suas relações. Os grupos reflexivos são anteriores à Lei Maria da Penha, mas frequentemente se vinculam a ela após sua promulgação em 2006. No capítulo II, apresento uma reflexão mais detida sobre as experiências a nível nacional.

início, foi acordado com a equipe que eu não poderia acompanhar presencialmente as reuniões, da qual participavam apenas homens, pois minha presença poluidora,[3] para usar os termos de Mary Douglas (1976), poderia afetar de maneira indesejada a dinâmica do grupo reflexivo. Inicialmente, tal informação me causou certa frustração e apreensão sobre os rumos da pesquisa. Contudo, meses se passaram e demonstraram que minha inquietação não era de todo justificada. Nesse período, acompanhei também as audiências de encaminhamento no Fórum Criminal da Barra Funda, nas quais tive a oportunidade de presenciar as reações dos homens diante da juíza responsável e da menção à possibilidade de participação em grupos reflexivos ou palestras para possível "atenuação"[4] da pena caso fossem condenados.

Antes que 2013 chegasse ao fim, eu participaria ainda de um "churrasco de confraternização", no qual me veria imersa em uma dinâmica no mínimo curiosa entre os participantes do grupo reflexivo. É possível afirmar que o churrasco simboliza um certo divisor de águas para a pesquisa, já que desde sua realização, passei a ter contato mais direto com os interlocutores. Na impossibilidade de minha participação nas reuniões dos grupos reflexivos, os coordenadores haviam me oferecido duas vias de pesquisa: a primeira a partir de questionários preenchidos pelos homens e pelos coordenadores sobre o perfil socioeconômico dos participantes, nos quais constavam também questões abertas sobre o entendimento e o histórico dos homens em relação à violência (ANEXO A). A segunda via viria através das gravações do grupo reflexivo, realizadas para fins de pesquisa, com a autorização dos participantes, sob a condição de anonimato no trato dos dados.

Na gradual aproximação com o campo, em certa altura eu passaria a ser a própria pessoa que aplica os questionários com os homens, tarefa que aceitei com entusiasmo e que viria a me fazer compreender algumas questões no que diz respeito ao meu próprio lugar social enquanto pesquisadora e enquanto mulher. Consciente de que frequentemente essa dimensão da pesquisa empírica permanece fora do resultado final de nossos estudos, optei por deliberadamente incluí-la em minhas reflexões. Penso que tais inquietações sejam epistemologicamente produtivas, na medida em que as/os antropólogas/os são também

[3] A ideia de que a presença da pesquisadora pudesse implicar uma "presença poluidora" foi sugerida por Laura Lowenkron, a qual agradeço pela interlocução. Trata-se de uma referência à Pureza e Perigo, livro em que a antropóloga Mary Douglas apresenta um olhar sobre rituais de poluição, considerando as ideias de pureza e sujeira como parte de um sistema interpretativo mais amplo, no qual figuram antinomias tais quais contágio/purificação, limpeza/sujeira, ordem/desordem, pureza/impureza, entre outras.

[4] No ordenamento jurídico, determinados fatores podem operar como atenuantes da pena, diminuindo a mesma. Neste estudo, a utilização de aspas na menção à atenuação no caso dos homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha encaminhados aos grupos reflexivos do Coletivo tem por finalidade denotar a especificidade da medida, que se deve ao entendimento da juíza responsável e não é reproduzido da mesma forma em outras Varas.

socialmente marcadas/os[5] de maneiras diversas e instáveis por categorias como gênero, cor/raça, classe e sexualidade, dentre outras. Foi dessa forma que me vi absorvida e diluída em meu próprio objeto de estudo.

Havia anteriormente tido uma experiência de pesquisa na iniciação científica com a temática da violência doméstica e familiar durante a graduação. Nesta fase, percebi que os homens eram figuras bastante ausentes no campo e nos estudos realizados, exceto pelas menções nas falas de terceiros, a partir dos profissionais atuando nos serviços e das mulheres denunciantes. Identificada a lacuna, em certa altura localizei matérias de jornal (ANEXO B) e outras fontes citando a experiência dos grupos reflexivos com homens autores de violência contra mulheres, realizados por profissionais ligados à ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Não conhecendo de perto o campo, desconhecia o fato de que a entidade figurava desde sua criação como uma das mais importantes instituições feministas atuando com direitos sexuais e reprodutivos e saúde da mulher em São Paulo. Ao me aproximar gradualmente do campo, com a entrada no mestrado, passei a perceber o recorte que havia delimitado a partir dos grupos reflexivos com homens autuados por crimes da Lei Maria da Penha como um lócus de reflexão inegavelmente rico, mas de lento acesso. As perguntas com que me lancei nesse espaço foram gradativamente se transformando e colidindo com novas questões. Longe do campo, olhando-o de fora, eu partia da teoria e de outros estudos sobre violência doméstica e familiar, somando perguntas que teriam relação com a socialização dos homens desde sua infância e suas ideias em relação à masculinidade e violência. Já em campo, meus interlocutores foram aos poucos me mostrando outras coisas e definindo quais seriam os reais achados da pesquisa. Nesse sentido, comecei a pesquisa me perguntando de que forma os homens pensavam a violência praticada contra suas mulheres e que relação a resposta a essa questão teria com suas próprias referência de masculinidade (e feminilidade). Tais perguntas se mantiveram no horizonte, mas abriram espaço para um novo leque de questões trazidas pelos próprios homens, as quais apontavam para problemáticas importantes e recorrentes em outros estudos sobre violência contra a mulher **(CORRÊA, 1983; ANDRADE, 2012; LINS, 2014**), mas cuja novidade residia na roupagem que assumiam desta vez inseridas no discurso dos homens denunciados e não das denunciantes e profissionais envolvidas em seu atendimento. Nesse contexto, emergiam temáticas como traição, ciúmes, moralidade sexual, família, casamento e eram mobilizadas certas lógicas de argumentação que deslocavam o homem da figura de "algoz" e o colocavam dessa vez no

[5] Para uma discussão sobre o que sugiro, ver: KULICK, Don; WILLSON, Margaret. *Taboo: sex, identity, and erotic subjectivity in anthropological fieldwork.* New York: Routledge, 1995.

papel de “vítima” de uma série de injustiças e “armações”.

1. Uma contribuição aos Estudos de Masculinidades

O esforço analítico despendido aqui também pretende contribuir para a ampliação de um campo ainda reduzido entre os estudos de gênero: aquele que reflete sobre as masculinidades. No Brasil, por exemplo, os estudos sobre masculinidades somente tomaram corpo em finais da década de noventa.[6] Em termos globais, como parte da bibliografia que discute ou dialoga com o tema das masculinidades, é possível apontar os trabalhos de Raewyn Connell (e colaboradores), Pierre Bourdieu, Daniel Welzer-Lang, Miguel Vale de Almeida, Matthew Gutmann, Sócrates Nolasco, entre outros.[7]

Connell é amplamente conhecida por, ao lado de colaboradores, ter cunhado a noção de masculinidade hegemônica, pensando primeiramente em contextos escolares para depois ampliar o seu uso. Tal noção tem sido uma das bases teóricas para uma infinidade de estudos produzidos após as primeiras pesquisas em meados da década de 1980, certamente constituindo uma das portas de entrada para os interessados no campo das masculinidades. Segundo Connell e Messerschmidt, a masculinidade hegemônica “incorpora a forma mais honrada de ser homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global[8] das mulheres aos homens”, mas não se manifesta em um “sentido estatístico”. Para os autores, “apenas uma minoria dos homens talvez a adote”. Assim, o que merece ser explorado é certamente o caráter normativo da noção (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Bourdieu, por sua vez, é frequentemente lembrado (e criticado) por “*La domination masculine”* (1998), trabalho no qual o autor produz uma análise dos mecanismos de reprodução da dominação masculina na sociedade tradicional Cabila. A crítica se deve à aparência da dominação masculina como uma estrutura invariável, “inscrita na *natureza* das coisas, invisível, não questionada” (BOURDIEU, 1998, p. 18, grifo meu). Em certo sentido, é possível dizer que a análise de Bourdieu não parece estar devidamente informada quanto às

[6] Em 1998, foram publicadas edições tanto da Revista Estudos Feministas como dos Cadernos Pagu com dossiês sobre masculinidades, além do livro “Homens e Masculinidades: Outras Palavras”, sob organização de Margareth Arilha, Sandra G. Unbehaum e Benedito Medrado.

[7] Não é por acaso que grande parte dessa produção tenha sido publicada por homens, mas não entrarei no mérito de discutir o assunto nesta etapa do texto. Limito-me a citar os nomes de Lia Zanotta Machado e Miriam Pillar Grossi como algumas das estudiosas brasileiras a enfrentarem a temática em seus trabalhos.

[8] Não pretendo elaborar nesse momento uma crítica à ideia de “subordinação global” apresentada rapidamente pelos autores, mas é certo que a crítica existe e provavelmente tem relação com campos disciplinares e tendências teóricas distintas.

“fissuras” causadas por uma série de ações em relação ao poder dominante (para Bourdieu, inexoravelmente masculino). Tais fissuras encontram-se expressas em paulatinas mudanças forjadas ao longo do tempo e de formas variadas em diferentes sociedades. Contudo, não é de meu interesse levar a cabo uma crítica ao trabalho de Bourdieu nesta pesquisa, visto que outras autoras já o fizeram com extrema precisão.[9]

Daniel Welzer-Lang realizou também no campo da sociologia francesa uma série de estudos sobre a homofobia, o masculino e a violência masculina desde a década de 1980. Sua produção passa, por exemplo, pela problematização de “ideais viris” e “homofóbicos”, que, segundo o autor, atuam na construção e no fortalecimento da identidade e da dominação masculina.

Contudo, a discussão que proponho neste trabalho está informada mais profundamente pelas reflexões de Miguel Vale de Almeida, para o qual

> *Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de acção, como tal acessíveis a homens e mulheres. Se assim não fosse, não se poderia falar nem de várias masculinidades nem de transformações nas relações de género. O carácter móvel e contingente da relação entre masculinidade, homens e poder torna-se claro quando analisamos etnografias que prestam atenção ao diálogo e conflito entre masculinidades hegemónicas e subordinadas, ou que prestam atenção quer à variabilidade individual das identidades masculinas, quer às alterações destas num só indivíduo ao longo do ciclo de vida ou consoante diferentes situações de interacção* (VALE DE ALMEIDA, 1996, p. 2).

É notável que a abordagem de Vale de Almeida carregue algo de uma sensibilidade antropológica que parece faltar a alguns dos trabalhos sobre masculinidades, nos quais as palavras “opressão”, “dominação”, “patriarcado”, entre outras, atuam como códigos de efeito na transmissão de uma realidade fixa e inquestionável. A perspectiva do autor demonstra um olhar muito mais cauteloso em direção ao caráter relacional e contextual do gênero, assim como à diferença entre os ideais compartilhados em uma sociedade e a diversidade de experiências realmente vividas (e orientadas por esses ideais).

Também no campo da antropologia, é necessário apontar o trabalho do norte-americano Matthew Gutmann, que, na década de 1990, produziu reflexões sobre masculinidade sintetizadas no livro *The meanings of macho: being a man in Mexico City*. No estudo, Gutmann (1996) observa o que foge ao estereótipo do *macho* representado na cultura mexicana, partindo da vivência de trabalhadores situados no bairro de Santo Domingo, local onde desenvolve seu trabalho de campo. Oferece, assim, um olhar sobre como os mexicanos enxergam a si mesmos e como, por exemplo, a paternidade, a relação com as mulheres, a

[9] Ver: Corrêa (1999) e Sayão (2003).

sexualidade, o consumo de bebidas alcoólicas, a violência e o próprio *machismo* são pensados.

No Brasil, Sócrates Nolasco constitui uma das referências oriundas da psicologia para o campo de estudos das masculinidades. Seu trabalho trata a violência como um dos sintomas de um colapso da masculinidade em sua forma "viril", ameaçada e colocada em um estado de insegurança diante de importantes reivindicações, tais como a paridade salarial entre homens e mulheres, dentre outras. É importante salientar que parte significativa da reflexão que se constrói sobre o tema das masculinidades no Brasil é produzida no campo da psicologia e da saúde pública, por profissionais muitas vezes envolvidos em intervenções com homens. Nesse sentido, destaco o trabalho de Benedito Medrado-Dantas, coordenador do Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA/UFPE) e da Rede Brasileira de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG), assim como co-fundador da ONG Instituto Papai, amplamente conhecida por suas ações em gênero, paternidade e saúde.

Medrado é certamente responsável por uma das reflexões mais contundentes em termos de uma articulação entre feminismos e masculinidades, demonstrando como homens e masculinidades estão implicados nas políticas de gênero e em como academia e militância podem repercutir na produção de políticas públicas. Para o autor, é necessário desconstruir práticas e concepções que reforcem modelos identitários sexistas, questionando "as estratégias de poder-saber que constituem nossos corpos como rigidamente e naturalmente inscritos (ou produzidos) em performances sexistas", tanto no âmbito das práticas institucionais como nas práticas culturais mais cotidianas (MEDRADO e MÉLLO, 2008, p. 84).

1. Os capítulos da dissertação

Animada por tais discussões, pelas quais passei apenas brevemente aqui, buscarei apresentar as reflexões produzidas ao longo de minha pesquisa, travando um diálogo com a bibliografia, mas, sobretudo focando o que o próprio campo foi capaz de informar. Trata-se de um estudo sobre masculinidades que não deixa de refletir sobre feminilidades, seja a partir do elemento da intersubjetividade no contato entre interlocutores e pesquisadora, como através das referências femininas mobilizadas pelos homens em seus discursos.

Assim, no primeiro capítulo da dissertação, trato primeiramente de examinar algumas questões de ordem ética e metodológica, sem, contudo, esgotar as inquietações que me levaram a escrevê-lo. Na primeira parte, trato do que nomeei aqui como o "ouvido

etnográfico", buscando apresentar o processo de produção de uma antropologia realizada a partir da escuta, visto que parte significativa de minha pesquisa foi feita não em contato direto com os interlocutores, mas a partir das gravações de reuniões dos grupos reflexivos. Este aspecto da metodologia tem intrínseca relação com o que é discutido na segunda parte do capítulo, na qual procuro refletir sobre a questão do gênero, focalizando não apenas os sujeitos com os quais pesquiso, mas também minha própria experiência enquanto pesquisadora marcada pelo gênero. A supremacia do "ouvido etnográfico" frente a outras opções de metodologia de pesquisa se dá justamente pelo fato de não compartilhar com os homens um mesmo lugar social, isto é, por ser lida inexoravelmente como "mulher" e, dessa forma, incapacitada de participar das reuniões sem que isso atrapalhe seu andamento. Nesse sentido, pensar tal contexto constitui um esforço perpassado não apenas por questões de gênero, mas também de sexualidade e erotismo em campo.

No segundo capítulo, apresento o cenário dos grupos reflexivos no Brasil, onde ocorrem e como se organizam, observando a dinâmica própria das reuniões, as metodologias empregadas e expondo as primeiras recorrências no encadeamento das narrativas no caso do grupo coordenado no interior do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Além disso, procuro apresentar os personagens que circulam pelo grupo reflexivo, incluindo principalmente os denunciados, mas também as denunciantes (que aparecem virtualmente em questionários e nas narrativas dos homens). Nessa parte, não se trata de desenhar um perfil do homem denunciado por crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher,[10] mas de alguma forma tornar visível a diversidade de camadas etárias, econômicas, de escolaridade, entre outras, que o fenômeno alcança. Em seguida, apenas antecipo alguns dos temas recorrentes no grupo reflexivo, que vão de ideais de família a entendimentos sobre violência, mostrando essa última como um conceito extremamente polissêmico. Nesse contexto, busco evidenciar as moralidades diversas que são acionadas nas reuniões do grupo reflexivo, no qual alguns discursos encontram eco enquanto outros se repelem.

No último capítulo, busco, a partir do que o campo informa, travar um diálogo mais direto com algumas produções que contribuíram para uma reflexão sobre os problemas que surgiram ao longo da pesquisa. Entre elas, faço clara referência à pesquisa de mestrado de Maria Filomena Gregori, transformada em livro no início da década de 1990. Nesse trabalho, a autora busca examinar, a partir do caso de uma entidade feminista, aspectos do atendimento a mulheres vítimas de violência, assim como o discurso "queixoso" das mesmas. No caso das

[10] Mesmo porque acredito que esse perfil não exista.

narrativas analisadas em meu trabalho, o discurso queixoso se manifesta a partir da inversão do modelo tradicional em que mulheres figuram como vítimas e homens como agressores. Como antecipado, quem produz a queixa é o homem através do espaço de fala propiciado pelas reuniões do grupo reflexivo. Nesse contexto, as condições das agressões e "humilhações" são relatadas pelos homens de modo a demonstrar seu lugar de vítima, algumas vezes qualificado como "inocente" e como quem "não fez nada" – e, se fez, "ela deu motivo" – enquanto a mulher passa a figurar como o Outro que agrediu e sobre o qual recai a culpa de grande parte do conflito. A narrativa é construída com a finalidade de expor o sofrimento e a situação injusta na qual se encontram os homens, como a parte mais lesada pela experiência vivida. Como em outras situações de pesquisa, os relatos dificilmente retratam situações ambíguas e a divisão da responsabilidade pelo conflito. Ao contrário, apenas realocam as partes de uma lógica dual ainda calcada na díade vítima/algoz.

Assim, em minha pesquisa, efetuo uma releitura do argumento de Gregori, partindo também de uma entidade feminista, mas desta vez a partir das cenas narradas pelos homens e de suas narrativas não menos queixosas. Além disso, proponho uma discussão sobre a categoria "vítima" enquanto algo disputado a todo o momento também pelos homens. Nesse contexto, revisito o trabalho de Maria Filomena Gregori, Guita Debert, Didier Fassin e Cynthia Sarti, entre outros, para formular um entendimento sobre o sujeito legítimo ao se tratar do tema da violência. **Por fim, retomo algumas ideias levantadas tanto pelo grupo reflexivo quanto pelo senso comum mais amplo ao falar de uma "delegacia do homem" e da provocativa "Lei João da Lapa".** Aqui intento uma conversa com a produção de Theophilos Rifiotis sobre o fenômeno da judicialização, buscando demonstrar como a Lei Maria da Penha é pensada pelos homens como uma "vantagem" para as mulheres. Para alguns homens, a solução para esse impasse estaria no reconhecimento de "direitos iguais" e na formulação e aplicação de leis específicas para que os homens pudessem se valer também da via judicial contra suas "agressoras".

Por fim, ensaio algumas conclusões preliminares, oferecendo uma recapitulação dos tópicos e temas abordados na dissertação, dialogando ainda com algumas ideias de Rifiotis acerca do campo de estudos sobre violência conjugal no Brasil.

CAPÍTULO I:
ENFRENTANDO QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Como mencionado anteriormente, este capítulo visa apresentar algumas reflexões ético-metodológicas no que diz respeito ao processo de produção da presente pesquisa. Para isso, devo primeiramente narrar aspectos da experiência que tive ao propor e executar um estudo no contexto dos grupos reflexivos coordenados pela ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Dessa situação de pesquisa emergiram considerações sobre o "ouvido etnográfico" e a produção de uma antropologia realizada a partir da escuta, visto que parte significativa do trabalho foi realizada não em contato direto com os interlocutores, mas a partir das gravações de reuniões dos grupos reflexivos. Este aspecto da metodologia adotada tem intrínseca relação com a ordem da intersubjetividade vivenciada em campo. Nesse sentido, questões de gênero transbordam da esfera teórica e contaminam a metodologia, afetando não apenas os sujeitos com os quais pesquiso, mas também minha própria experiência enquanto pesquisadora marcada pelo gênero. Trata-se de um esforço atravessado não apenas por questões de gênero, mas também de sexualidade e erotismo em campo.

1. O campo e a entrada: elucubrações iniciais

> *An anthropologist's work tends, no matter what its ostensible subject, to be but an expression of his research experience, or more accurately, of what his research experience has done to him* (GEERTZ, 1968:vi apud PEIRANO, 1992, p. 2).

Não diria que iniciei esta pesquisa sentindo que as categorias com as quais me preocupo não estariam também em ação através de mim. Mas confesso a surpresa que me atravessou quando percebi que questões de gênero e sexualidade definiriam em absoluto a formatação da pesquisa, a produção e classificação de meu lugar em campo, além dos padrões de interação e os campos de possibilidade com os quais eu estaria apta a me deslocar. Logo de início, fui lembrada de que eu teria um lugar muito específico em campo, de acordo com o que meu corpo sinalizava, apesar de todo e qualquer esforço em borrar tais sinalizações. Eu era mulher, era jovem e heterossexual até que o contrário fosse provado. Eu talvez me classificasse subjetivamente como "parda", embora provocações já tenham sido direcionadas a mim quanto ao "lugar algum" do "pardo". Em linhas gerais, eu poderia dizer ser produto da

miscigenação, com todas as bagagens e implicações que a afirmação pode carregar, possuindo, além disso, um histórico de escolarização em instituições públicas e precarizadas, que me tornavam provavelmente mais próxima da juventude negra. Por outro lado, nunca havia vivido conscientemente situações de racismo e percebia o processo de embraquecimento realizado a partir do acesso a um nível superior de ensino e pós-graduação.

Porém, em campo, as cores que minha pele e minha experiência comunicavam não se apresentaram como protagonistas.[11] Tais lugares foram reservados aos atributos de gênero e sexualidade. Eu havia me proposto a realizar uma etnografia acompanhando grupos reflexivos com homens autores de violência contra mulheres em uma instituição feminista. Os grupos eram coordenados e frequentados unicamente por homens. Sendo percebida como mulher, minha participação estaria vetada. Os coordenadores haviam me explicado que minha presença poderia dificultar o processo de acolhida dos homens no grupo e impossibilitar que eles se abrissem e compartilhassem suas experiências plenamente. Em situações anteriores, a presença de mulheres, especificamente de uma psicóloga da Vara Central de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Paulo (SP), havia criado visíveis tensões. Naquela ocasião, não apenas tratava-se de uma mulher, mas de uma representante do mesmo Estado que os havia classificado como "agressores", lembrando-os de uma série de situações, personagens e "verdades jurídicas" com as quais alguns dos homens pareciam estar dispostos a dialogar apenas através do confronto. Nesse sentido, eu aparentemente figuraria como herdeira das inevitáveis tensões entre homens e mulheres e não poderia acompanhar as reuniões do grupo presencialmente. Seria necessário estabelecer estratégias alternativas para a realização da pesquisa.

Dessa maneira, os coordenadores propuseram que eu me valesse das gravações em áudio das reuniões que a equipe mantinha para fins de pesquisa, com o consentimento dos participantes e sob a condição de anonimato. Prates[12] (2013) já havia utilizado o mesmo recurso em sua tese de doutoramento sobre o primeiro grupo reflexivo coordenado no interior do Coletivo Feminista, ainda em 2009. Em seu trabalho, a autora conduz uma pesquisa qualitativa, definida como um estudo de caso, focando um grupo reflexivo fechado, com começo, meio e fim, e registrado em gravações transcritas e analisadas. Além disso, apresenta dados sociodemográficos e criminais coletados em formulários e boletins de ocorrência,

[11] Ou, quem sabe, eu ainda não fosse capaz de perceber o que o silêncio perante essa dimensão da minha existência estivesse informando. Contudo, certamente e de maneira instável, cor e raça estão sendo acionadas durante as interações travadas em campo e devem ser consideradas como parte do contexto de estudo.

[12] Paula Licursi Prates integra a diretoria do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, além de ser psicóloga e clinicar na ONG. É mestre em Saúde Pública e doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo.

efetuando ainda entrevistas individuais para a obtenção da fala dos sujeitos. Quatro anos depois o que encontrei foram grupos abertos. Se antes Prates havia lidado com um universo de sete homens, ao longo de 16 reuniões das quais apenas os mesmos homens participariam após encaminhando judicial, eu agora estaria diante de um contexto muito mais dinâmico, no qual homens eram encaminhados mensalmente, sem que fosse possível ter muito controle sobre a disposição do grupo reflexivo, agora aberto.

Nesse contexto, as estratégias de pesquisa foram aos poucos tomando forma, mas não sem que antes eu tivesse que lidar com minhas próprias ansiedades como pesquisadora formada em uma tradição em que grande parte das referências eram fundamentadas por metáforas baseadas na visão e observação do antropólogo em campo e em relatos de experiências de intensa transformação diante da imersão profunda (e física) entre os "nativos", isto é, habitando e convivendo com os mesmos. Obviamente, encontramo-nos hoje em um contexto distinto daquele narrado por Malinowski em Os argonautas do Pacífico Ocidental (1922), tendo a antropologia diversificado seus objetos e sujeitos, assim como seus próprios métodos e problemas. Por sorte, antes que eu me deixasse levar completamente pelo apelo a um visualismo exacerbado ou por uma rasa antropologia dos sentidos[13] na qual um sentido teria necessariamente hegemonia sobre os outros, dei-me conta de que para entender o contexto que eu buscava decifrar, seria necessário que eu me afastasse de falsas problemáticas, tais como aquelas para as quais eu estava me encaminhando. Diante das ferramentas que possuía e não daquelas que me faltavam, passei a enxergar (e escutar) meu campo, direcionando minha atenção às múltiplas esferas de onde emanavam as narrativas que interessavam à pesquisa, consciente de que meu esforço posterior seria de entrelaçá-las.

Dessa forma, após os primeiros contatos com a equipe que coordenava os grupos reflexivos, defini diversas frentes de trabalho. Primeiramente, me propus a visitar a ONG semanalmente, para conversar com os profissionais e observar a dinâmica na casa que sediava os trabalhos. Não por acaso, eu faria tais visitas justamente nos dias em que ocorreriam os grupos reflexivos, às segundas-feiras. Assim, a partir de agosto de 2013, invariavelmente eu estaria às 17h apertando a campainha do interfone, solicitando entrada em um sobrado de uma rua estreita no bairro de Pinheiros, localizada nas proximidades do metrô Faria Lima. Na esquina, um bar seria a antessala dos grupos reflexivos, na qual alguns dos homens poderiam ser encontrados antes das reuniões. Outros, menos afeitos ao ambiente ou à socialização, esperariam entre os carros e motos estacionados na frente da casa, fumando cigarros ou

13 Ver: Ingold (2008) para uma discussão sobre o uso dos sentidos, entre outras problemáticas. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1925>.

conversando com os outros homens que aos poucos chegavam. Quanto a mim, de início, ainda não muito certa do que deveria fazer, costumava aguardar a chegada de membros da equipe, seguindo aqueles que chegavam pela casa enquanto se preparavam para dar início às reuniões. Não raramente, minha principal acompanhante seria Paula, com a qual eu conversaria buscando entender melhor o funcionamento da ONG. Paula, como já citado, teria uma ligação muito específica com os grupos reflexivos. Por um lado, ela seria parte da equipe, opinando em sua organização e funcionamento, mas sem entrar diretamente no grupo, justamente por seu pertencimento ao grupo social "mulheres", cujo acionamento seria tanto descritivo quanto normativo. Por outro lado, Paula havia também realizado seu trabalho de doutoramento sobre o primeiro grupo reflexivo coordenado dentro do Coletivo Feminista, constituindo-se como uma especialista no tema a partir do campo da psicologia e da saúde pública. Além disso, seria antecessora dos outros membros da equipe na ONG, tendo sido personagem-chave para trazer esse tipo de intervenção para o Coletivo, que, em 2009, aparentemente se encontrava em uma fase menos ativa, e cuja história até ali havia sido marcada, sobretudo, por intervenções direcionadas à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos das mulheres.

Assim, naquilo que aparentemente se tornou um hábito, Paula e eu partilhávamos alguns momentos de conversa na cozinha da ONG, ao lado da qual se encontrava a recepção e a sala principal, onde se reuniam os homens. Assim, eu orbitava principalmente entre dois espaços: o primeiro deles seria a cozinha, na qual eu trocava impressões com Paula, que me falava a partir de sua experiência precedente, trabalhando em casas-abrigo e no Coletivo Feminista, e também a partir de seu lugar institucional, como parte integrante da diretoria da ONG. Olhando em retrospecto, é sintomático que a pessoa da qual tenha me aproximado mais seja uma mulher e que nosso principal espaço de convivência e troca tenha sido a cozinha, cômodo da casa historicamente construído como âmbito de mulheres. Porém, engana-se o leitor que perceba isso como sinalização de inferioridade ou submissão. Ao longo do tempo que acompanhei as atividades na casa, passei a perceber cada vez mais Paula como figura central no funcionamento dos trabalhos e referência imediata para as questões que surgiam. Os coordenadores do grupo reflexivo por vezes a tratavam em tom de brincadeira como "a chefe" e, de fato, era impossível não enxerga-la nessa posição. Dessa maneira, obviamente nossa aproximação não se deu por algum tipo de pacto místico entre mulheres, mas porque ambas estavam impedidas de participar das reuniões e porque Paula constituía a possibilidade de compreender melhor o contexto que eu buscava observar, assim como se mostrava

interessada em partilhar das minhas reflexões. Ainda assim, é inegável que ali tenham se construído também relações de afeto, pelas quais evidentemente me sinto agradecida.

No entanto, eu não poderia permanecer todo o tempo do que encarava como minha pesquisa de campo na cozinha. Seria necessário e produtivo me aproximar dos sujeitos que a pesquisa buscava focalizar. Assim, com retratos de Camille Claudel e Frida Kahlo nas paredes testemunhando todos os meus movimentos, eu costumava me acomodar em um dos sofás da recepção para observar a circulação dos homens que chegavam para a reunião às 18h. À medida que a casa era preenchida por aquelas presenças, ficava mais barulhenta, e o movimento predominantemente feminino, em razão de consultas ginecológicas que compunham parte dos serviços oferecidos na entidade,[14] tornava-se então masculino. Ainda sentada no sofá, eu os olhava com curiosidade, como se quisesse ser envolvida por suas conversas, mas tendo consciência de que isso provavelmente não iria acontecer, tamanha a ambiguidade de minha presença. Além disso, havia o risco de que o olhar curioso de uma desconhecida pudesse ser interpretado de maneira equivocada. Então, eu me contentava em ser cumprimentada por alguns, acenar com a cabeça, apontar a direção do banheiro e ouvir trechos de diálogos. Quando na presença de coordenadores, costumava ser apresentada como "Isabela, a pesquisadora do Coletivo", "aquela que ouve vocês do lado de fora", entre outras breves descrições. Durante o tempo que acompanhei as atividades dos grupos reflexivos, os coordenadores mencionaram em reunião a existência de uma pesquisadora desenvolvendo sua pesquisa de mestrado e sistematizando os dados coletados dos grupos até então, bem como analisando as gravações das reuniões. Assim, quando eu era introduzida nas conversas pessoalmente, alguns homens assentiam em reconhecimento e outros até expressavam curiosidade e entusiasmo com a ideia de meu trabalho. Um deles chegou a propor que eu o ajudasse na redação de um "*Manifesto dos Homens*", tarefa que não aceitei nem recusei e que, com o tempo, foi perdida de vista.

Nos dias de reuniões do grupo reflexivo, quando o relógio contava pouco mais que 18h, frequentemente a sala ao lado da recepção já apresentava em média uma dúzia de homens sentados em cadeiras de escritório, em um círculo, esperando o início da reunião. O pontapé inicial era marcado por um "vamos começar?" vocalizado por um dos coordenadores,

[14] O Coletivo foi fundado na década de 1980 por Elisabeth Souza Lobo, Maria José Oliveira Araújo e Maria Tereza Verardo, médicas que tornaram a entidade uma referência na promoção e pesquisa em saúde e sexualidade da mulher a partir da proposta de um serviço ambulatorial que enxergava a mulher não como sujeito passivo, mas como protagonista na consulta ginecológica, participando ativamente do cuidado e conhecendo a si mesma. Passados 30 anos de sua criação, a entidade hoje permanece em destaque por oferecer consultas na área de saúde integral da mulher, incluindo obstetrícia e ginecologia (saúde sexual e reprodutiva, pré-natal e pós-parto), bem como realizando também consultas psicológicas e psiquiátricas.

que então ligava um gravador digital no centro da sala, registrando a data e solicitando que os homens presentes dissessem seus nomes. A porta que separava os cômodos era então fechada por alguém, para não atrapalhar as demais atividades da casa e proporcionar um ambiente mais privativo para a fala dos homens. Eu, do lado de fora, frequentemente sacava um bloco de notas e anotava algumas das coisas que havia observado naquele dia. Além disso, presenciava a chegada dos atrasados e, quando questionada, informava sobre o início da reunião. Voltava para casa tentando me certificar de que havia registrado as pessoas que havia visto e, com sorte, seus nomes. Mas poucos tinham nomes. Alguns permaneciam assim por meses. Alguns nunca chegaram a adquirir nomes, outros nunca tiveram rostos. E, por vezes, alguns nomes foram ligados aos rostos errados. Dali nasceria o desafio de um ouvido etnográfico, mas antes de tratar dele prefiro mencionar outro espaço que visitei em algumas ocasiões e do qual também irradiaram algumas inquietações.

2. As mega-audiências de encaminhamento

O "Fórum Criminal da Barra Funda" ou Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães é um grande complexo judiciário onde se situa a Vara do Foro Central da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Paulo. Nas suas dependências são processados os crimes da Lei Maria da Penha encaminhados ao Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Com o desenvolvimento da pesquisa, tomei conhecimento de que mensalmente o coordenador dos grupos reflexivos se apresentava em uma "mega-audiência", na qual oferecia aos homens autuados uma explicação a respeito do trabalho realizado no Coletivo. Tais audiências contavam com a presença de dezenas de homens e constituíam um dos espaços em que circulei entre 2013 e 2014, buscando estar mais próxima das narrativas de meus interlocutores.

Nas audiências, que aconteciam no início da tarde, era possível notar a inexistência de um perfil entre os homens processados. Classe, cor, idade e mesmo nacionalidade não eram de longe atributos homogeneamente partilhados. Em certa altura, os homens faziam fila para assinarem um documento, momento no qual a diversidade social se tornava ainda mais explícita. Quanto a mim, me prostrava em uma das cadeiras do fundo, procurando inutilmente me camuflar entre a massa de indivíduos. Essa atitude teria sido assumida assim que percebi que aquele não seria o lugar ideal para interagir com meus interlocutores. A audiência era encarada por muitos como um fardo e um constrangimento e vista de maneira pragmática.

Comparecer, saber do que se trata e ir embora parecia o principal *modus operandi*. Neste contexto, eu exercitaria principalmente a observação, podendo ver e ouvir concomitantemente sem grandes dificuldades.

Assim, pouco antes das 14h eu costumava observar o movimento na entrada do Fórum, percebendo a diferença entre as portas que eram reservadas a público, advogados e funcionários. Pela entrada reservada a advogados, passavam principalmente homens em trajes sociais. Não raro, a cor de suas peles seria vista como "branca". Àqueles poucos a que isso não se aplicava, as vestimentas, a porta e a segurança com que transitavam pareciam emitir um efeito de "embranquecimento". Pela outra porta, ou ainda aguardando do lado de fora, conversando com acompanhantes, fumando cigarros ou apenas esperando, a maioria das pessoas poderia ser socialmente vista como preta e parda. Sua linguagem corporal também comunicava algo sobre o sentimento de não pertencimento àquele lugar ou sobre o descontentamento constituinte diante da necessidade de estar ali.

Após a passagem pelos detectores de metal, supervisionada por seguranças, o desafio era encontrar a sala da audiência entre os diversos corredores e a imensidão cinza do Fórum. Encontrando-a, eu buscava fazer a minha presença ser notada por um dos estagiários que consentia que eu me sentasse sem grandes problemas em meio aos "réus". Geralmente, afirmar ser "pesquisadora do Coletivo" bastava como apresentação, embora talvez não explicasse muito de minha posição. Contudo, era como os coordenadores costumavam me apresentar para pessoas externas à ONG, como "parte da equipe de pesquisadores", que ainda contava com graduandos e pós-graduandos de outras instituições.

Sentada entre algumas dezenas de homens, era possível notar que a maioria comparecia sozinha. Raríssimos apareciam em companhia de advogados(as), o que demarcava fronteiras de classe, e mais raros ainda eram os casos daqueles que se apresentavam na companhia de mulheres, sem que fosse possível precisar exatamente se eram as denunciantes ou atuais companheiras e/ou se possuíam algum grau de parentesco com os homens. Quanto ao motivo da convocação, a maior parte dos presentes parecia não saber ao certo. Muitos eram aqueles que se mostravam ansiosos e desconfortáveis no espaço. Alguns permaneciam ensimesmados, conservando-se em silêncio ao longo de todo o tempo, ou mesmo impacientes tateando a tela do celular; outros não demoravam muito a compartilhar seu descontentamento com os "companheiros" mais próximos. Em uma das ocasiões em que acompanhei uma "audiência de encaminhamento", como chamávamos no Coletivo, foi que percebi sinais claros da irritação que acompanhava muitos dos homens convocados.

Como habitualmente, eu me preocupava com o fato de me sobressair em meio a tantos homens. Mulher, jovem e na companhia de um bloco de notas aliado a uma caneta, me mantinha na expectativa de que, na melhor das hipóteses, eu passasse como estagiária do curso de Direito, não tão estranha à paisagem. Em uma tentativa pífia de "camuflagem", eu vestia o conjunto calça, camisa e sapato social – que me faziam sentir um pouco estranha, confesso – e transitava por aquele cenário com a melhor expressão de quem sabia o que estava fazendo. Quando habituada com minha própria presença, eu passava a observar com mais atenção a movimentação ao meu redor.

As audiências não duravam mais do que uma hora e costumavam se iniciar pouco depois das 14h. Contava com a presença da juíza e de sua equipe, a presença de uma psicóloga representante do Curso de Reeducação Familiar da ACADEPOL[15] e de um representante do Programa de Responsabilização de Homens Autores de Agressões contra a Mulher do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Na maioria das vezes, o representante do Coletivo viria a ser Sérgio Barbosa, filósofo, coordenador de grupos e uma espécie de "relações públicas" da intervenção oferecida pela ONG. Seria ele principalmente a pessoa responsável por dar entrevistas à imprensa, oferecer palestras e manter contato com a juíza e a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Na ocasião da audiência, a juíza os apresentava e explicava o motivo de seu comparecimento. Tanto a representante da ACADEPOL quanto o representante do Coletivo Feminista estariam ali para apresentar as duas intervenções e para oferecer aos homens a possibilidade de frequentá-las, vindo a participação a constituir um elemento importante na ocasião em os homens fossem julgados. De maneira resumida, a frequência no curso da ACADEPOL ou nas reuniões do Coletivo Feminista poderia ser interpretada como "atenuante" caso fossem condenados. Em 2015, quando minha pesquisa de campo na ONG já havia sido encerrada, a participação nos grupos reflexivos seria também utilizada como "pena alternativa",[16] em momento posterior à

[15] O curso da ACADEPOL consiste na participação dos homens em seis palestras, aos sábados, durante seis meses, coordenadas e oferecidas por psicólogas da Academia de Polícia do Estado de São Paulo, objetivando, em linhas gerais, a responsabilização dos denunciados e o desenvolvimento de mecanismos de "autocontrole" e gerência de "situações estressoras", além do reconhecimento da importância do papel dos mesmos socialmente e dentro da família. As metodologias e os pressupostos dos quais partem o Coletivo e a Academia são aparentemente bastante distintos.

[16] De acordo com a página da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria da Administração Penitenciária do Governo do Estado de São Paulo, as penas e medidas alternativas são medidas punitivas de caráter educativo e socialmente útil destinadas a infratores de baixo potencial ofensivo com base nos antecedentes, na conduta social, no grau de culpabilidade e na personalidade, visando substituir ou restringir a aplicação da pena de prisão. Dessa forma, as penas alternativas constituem penas restritivas de direito, mas são aplicadas de modo a não excluir o autor de delitos do convívio social nem o expor às condições do sistema penitenciário. Ver: <http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/penas_alternativas.php>. Acesso em: 23/12/2015.

condenação.

As idas ao Fórum certamente apresentavam determinados elementos e etiquetas que ilustravam parte dos discursos passíveis de serem encontrados em meu campo e que busquei abordar de maneira mais adequada nos capítulos posteriores. Assim, mesmo antes de ouvir os áudios das gravações dos grupos reflexivos, eu pude acessar nas audiências as primeiras expressões de modelos de narrativa queixosa recorrentes em meu campo.

Segundo Gregori (1993), cujo olhar estava voltado então às mulheres inseridas em relações violentas,

> A queixa é a narrativa em que a pessoa que é objeto de algum infortúnio constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima.
> [...]
> A queixa é uma construção descritiva. O narrador apresenta os fatos compondo os personagens: o eu vitimado e o outro culpado. Os fatos descritos cumprem o papel singular de reforçar a versão do narrador de que existe uma relação dual (cujos personagens estão em lugares contrários).
> A queixa é uma fala monologal, pronunciada para produzir escuta (GREGORI, 1993, p. 185).

De acordo com a autora, a queixa é então o espaço discursivo no qual o narrador expõe um contexto, buscando se redimir de culpa e provar seu sofrimento. Ela é caracterizada pela "averiguação que busca a culpa no outro". Ainda segundo a autora, o movimento da queixa "é o da exteriorização (mais vale dizer o que o outro fez e discorrer sobre o que se sente em função dessa ação externa) e o da culpabilização" (GREGORI, 1993, p. 185-186). No caso dos grupos reflexivos e das cenas testemunhadas no Fórum durante as audiências de encaminhamento, o mesmo *script* era utilizado. Naquela ocasião, não era uma possibilidade nem uma pretensão compreender as histórias narradas pelos homens por completo. Pelo contrário, eu trabalhava a partir de fragmentos de algum modo exemplares, por vocalizarem a indignação que perpassava todo o campo, reverberando determinadas lógicas e explicando o caminho pelo qual deveriam seguir as narrativas.

De maneira bastante frequente, o discurso dos homens denunciados baseava-se nos seguintes percursos argumentativos:

1. Caráter falho e injusto da lei, pontuado em frases como, *"agora eu só estou acreditando na lei divina, porque a nossa lei é muito falha"*, *"só a gente que é prejudicado", "por que não existe uma lei dessas para o homem?"*;
2. Compreensão de que o ato que os trouxera ali não constituía qualquer tipo de infração, *"eu não fiz nada"*, *"eu também (não fiz nada), só xinguei", "tudo ela acha que é ameaça"*;
3. Capacidade de manipulação das companheiras e ex-companheiras, *"sempre passando como vítima"*;

4. Suspeição do caráter das ex-companheiras, *"(minha) ex-esposa virou drogada, viciada, ninguém falou nada"*;

5. Naturalização dos conflitos nas relações conjugais, *"que casal não briga?"*;

6. Compreensão de que a natureza da mulher seria "difícil de lidar", *"mulher é um bicho complicado"*;

7. Incontestabilidade da própria conduta (dos homens denunciados), muitas vezes em função de seu lugar social, *"eu tenho três faculdades, minha irmã é médica em Dubai. Quer dizer, eu venho de uma família estruturada"*, ou de sua boa reputação como trabalhador, provedor e pai, *"eu não deixo nada faltar em casa"*.

É preciso frisar que tais frases são verbalizadas por homens que não foram condenados, mas estão em processo, aguardando julgamento, e assemelha-se significativamente ao tipo de discurso que circula no interior dos grupos reflexivos. Sintetizam, em grande medida, as principais questões que surgiram no decorrer da pesquisa, resumidas na ideia de que a justiça perseguida pela lei não é justa e na produção dos homens por si mesmos também como "vítimas".

As audiências, nesse sentido, tornam evidente ainda o profundo incômodo dos homens com a alcunha de "agressores". Os mesmos se veem, na verdade, ora como "trabalhadores", ora como provenientes de "famílias estruturadas", não raramente simples "vítimas" das artimanhas de mulheres adjetivadas com certa frequência como "loucas" e "oportunistas". Utilizo as aspas não para ironizar ou carregar em julgamento os adjetivos comumente usados em suas narrativas, mas para apontar as lógicas que são com certa recorrência acionadas em campo. Contudo, é necessário pontuar que estas, mais expressivas e calcadas na inversão da lógica vítima/algoz, coexistem com narrativas menos dualistas e na descrição de situações nas quais a atribuição de lugares fixos seria dificilmente operável.

Como pude perceber, à medida que a pesquisa prosseguia, a dificuldade em operacionalizar um estudo que buscava o mapeamento de tais lógicas certamente residia na percepção de que seria muito difícil, senão improvável, que ao nomeá-las a escrita não apresentasse determinadas tonalidades que eu buscava evitar. Tratar de um tema tão delicado e caro à militância feminista, assim como inegavelmente moral, coloca desafios à própria forma da escrita que pode ser lida na chave da denúncia (contra os homens, em um tipo de cruzada contra a violência e o machismo) ou na chave do relativismo exacerbado e da condescendência perante os "opressores". Nesse sentido, gostaria de pontuar o esforço despendido na tentativa de não vincular minha reflexão a nenhuma das chaves elencadas.

Todavia, estou consciente de que o trabalho publicado e consumido por outras(os) leitoras(es) para além da própria autora tem, de uma forma ou de outra, vida própria. Diante disso, é importante adotar, como Marques e Villela (2005), uma abordagem que visibilize a própria reflexividade do trabalho antropológico, apontando o lugar do trabalho de campo e as condições de realização da pesquisa. Tal cuidado não se dirige apenas ao compromisso com as pessoas que tornaram a pesquisa possível, mas está endereçado também ao fato de que a violência doméstica e contra as mulheres constitui historicamente uma preocupação de uma coletividade mais ampla, tornando o que se diz e o que se escreve um território de disputas e grandes tensões. Bem como afirmam Marques e Villela (2005, p. 39), "a reflexividade de nossas pesquisas não começaram nem se encerraram na produção da etnografia" e, nessa medida, conflito e ausência de unanimidade são inerentes a qualquer investigação que se proponha a desbravar campos sociais tão efervescentes.[17]

Em outro sentido, é ainda necessário desnudar este trabalho de toda e qualquer sombra de neutralidade. Como a sociologia do conhecimento já se preocupou em pontuar, assim como outras ramificações das ciências sociais, o conhecimento é sempre produzido em contextos específicos, isto é, é fruto de determinadas condições sociais nas quais o investigador está profundamente implicado. Assim sendo, a/o cientista não pode ser interpretado como mero observador deslocado do mundo. A adesão por certos temas, objetos, sujeitos e abordagens guarda intensa relação com a trajetória e a visão de mundo do próprio sujeito cognoscente. Nesse sentido, é importante alertar o leitor quanto ao fato de que esta pesquisa é produzida por uma mulher que, embora socialmente percebida e descrita de tal maneira, está orientada pela desestabilização da categoria supracitada. Mais do que isso, a pesquisa é produzida por uma mulher feminista e não-branca,[18] em um campo que, assim como outros, está longe de ser "passivo", acabando por negociar a todo o momento os termos em que a pesquisa é desenvolvida.

Na esfera (transbordante) da filosofia da ciência, Haraway (1995) também reflete sobre questões que de alguma forma estão atravessando e informando a pesquisa que realizo, a partir da aproximação entre a problemática da perspectiva parcial em diálogo com a

[17] Para uma excelente discussão sobre antropologia, etnografia e trabalho de campo, ver: Marques e Villela (2005). No artigo, os autores fazem um apanhado incansável sobre diversas controvérsias disciplinares na relação entre antropólogo e nativo, autoridade etnográfica, caráter fragmentar do produto etnográfico, entre outros, pensando ainda a relação de tais reflexões com o rumo da própria pesquisa desenvolvida pelos mesmos.

[18] É importante salientar aqui a pluralidade de expressões do feminismo, esclarecendo que o adjetivo "feminista" pode ainda representar uma diversidade de visões de mundo e formas de engajamento. Além disso, o uso da descrição "não-branca" deve ser pensado como adjetivo qualificador contextual e não fixo, cuja escolha na utilização passa principalmente por determinar a relação entre cor, classe e experiência de vida.

pesquisa feminista. A autora, pensando como os saberes são "localizados", esmiúça o problema da objetividade como uma questão que se manifesta de maneira central e instável. Uma leitura atenta demonstrará que ao final o raciocínio frenético de Haraway não reserva respostas ou receitas exatas para a prática científica feminista, embora possa apontar alguns caminhos. Contudo, tratam-se, sobretudo, de problematizações e provocações cujo destinatário oscila entre um "eles" imaginado, neutro, invisível, distanciado e masculinista e um "nós" também imaginado, "a quem não se permite não ter um corpo, um ponto de vista finito", desqualificado e poluído (HARAWAY, 1995, p. 7). Nesse espírito, a autora afirma que

> A ciência sempre teve a ver com a busca de tradução, convertibilidade, mobilidade de significados e universalidade – o que chamo de reducionismo quando uma linguagem (adivinhe de quem) é imposta como parâmetro para todas as traduções e conversões. O que o dinheiro faz no âmbito das trocas do capitalismo, o reducionismo faz nos poderosos âmbitos mentais das ciências globais: finalmente há apenas uma equação. Esta é a fantasia mortal que as feministas e outros identificaram em algumas versões das doutrinas de objetividade a serviço de ordenações hierárquicas e positivistas a respeito do que pode ter validade como conhecimento. Esta é uma das razões pelas quais os debates a respeito da objetividade são relevantes, seja metaforicamente ou não. Imortalidade e onipotência não são nossos objetivos. Mas poderíamos fazer uso de algumas explicações confiáveis, aplicáveis, sobre as coisas, que não fossem redutíveis a lances de poder e a jogos de retórica de alto coturno, agonísticos, ou à arrogância cientificista, positivista. Esta proposta se aplica quer estejamos falando a respeito de genes, classes sociais, partículas elementares, gêneros, raças, ou textos; aplica-se às ciências exatas, naturais, sociais e humanas, apesar das ambiguidades escorregadias das palavras objetividade e ciência conforme circulamos pelo terreno discursivo (HARAWAY, 1995, p. 16-17).

Assim como Haraway, Heloisa Pontes (1993) anima minhas reflexões ao apontar a necessidade de olharmos enquanto pesquisadoras/es para as lógicas de compreensão que organizam nossas próprias percepções, apreensões e a construção de nossos problemas de investigação. Para ela, é importante que, enquanto cientistas sociais, enfrentemos o desafio de nos questionarmos quanto "a *nossa* objetividade em relação à objetividade dos *outros*" (PONTES, 1993, p. 132). Dessa forma, a reflexividade que atravessa esta pesquisa não constitui grande novidade frente às preocupações expostas em décadas de pesquisas no campo dos estudos de gênero e da antropologia de maneira mais ampla. Contudo, sem que a reflexão sobre o sujeito que conhece e sua relação com o campo que busca apreender seja realizada e levada a sério é possível que parte importante da reflexão escape. Daí a necessidade de explorar gradualmente um campo que se abre e a constituição da subjetividade da pesquisadora em campo e, sobretudo, da intersubjetividade produzida nas relações aqui travadas e descritas.

Saliento, assim: 1. a consciência exacerbada de meu lugar em campo, não fixo, mas demarcado nas relações e muitas vezes por contraste; 2. a forma como a lente pela qual

apresento meu campo de pesquisa é configurada pelas inúmeras variáveis já apontadas; e, por fim, 3. o entendimento de que tais elementos não impedem que minha escuta esteja ajustada de maneira a permitir a tentativa de compreensão sobre os sujeitos com os quais busco dialogar. Como mencionei anteriormente, não se trata de "dar voz ao opressor", mas exatamente de abandonar binarismos tais como opressor/oprimido e vítima/algoz, buscando entender os contextos de enunciação e os fenômenos que buscam explicar, mesmo que com explicações parciais e situadas.[19]

Se a lei busca localizar com exatidão ou arbitrariedade uma vítima e um autor, esta não é minha intenção aqui, por entender que essa determinação de papéis não contribui para a compreensão dos problemas que identifiquei em campo. Contudo, tal abordagem ou disposição metodológica não altera as estatísticas de assassinato de mulheres, marcadamente no âmbito doméstico e por homens conhecidos, assim como não modifica as estatísticas de homicídio de homens por outros homens, frequentemente na esfera pública. Nesse sentido, a escolha por tal problemática de reflexão não é fortuita. Pelo contrário, é animada pelo desejo de que este estudo sirva ao entendimento e à transformação de determinadas assimetrias e concepções de gênero norteadoras de relações pautadas pela gramática da violência.

3. Percebendo a si mesma e *escutando* o campo

> *Despite the twenty-odd years since the start of the second wave of feminist anthropology, and despite the fact that 'gender', as a consequence, has definitively been brought into much of anthropological understanding and analysis, anthropology has yet to come to terms with the fact that anthropologists are themselves gendered* (MORENO, 1995, p. 245, grifo meu).[20]

Não raramente a descrição da pesquisa que realizo passa pela alusão a dois importantes aspectos sobre ela. O primeiro deles é a constatação socialmente compartilhada de que sou mulher. Isto é, não me constituo e sou constituída como um sujeito neutro e invisível ao transitar e buscar produzir conhecimento. Como percebi, ocorre exatamente o

[19] Neste ponto, o leitor já deve estar ciente de que entendo "explicações" necessariamente como parciais e situadas, o que não as diminui, mas colabora para uma compreensão das lógicas que não apenas organizam, mas produzem realidades.

[20] Em tradução livre: "Apesar dos vinte anos desde o início da segunda onda da antropologia feminista, e apesar do fato de que 'gênero', como consequência, foi definitivamente adotado em muito do entendimento e da análise antropológica, a antropologia ainda precisa enfrentar o fato de que antropólogos são eles mesmos generificados".

contrário. A ficção do pesquisador neutro, sem marcas, é tão distante de mim que, diferente de outros antropólogos, nem ao menos posso empreender as comumente utilizadas "observações participantes" ou "participações observantes". As reuniões do grupo reflexivo, lócus privilegiado da pesquisa, são espaços protegidos para o acolhimento e a problematização das questões de homens denunciados por crimes contra mulheres. Sendo assim, a mera sugestão de que uma mulher entre no grupo suscita imediatamente a recusa e a justificativa de que "a presença pode afetar os rumos da dinâmica e o processo de acolhida e abertura". No grupo, vim a perceber, os homens descobrem um espaço onde aprendem a verbalizar suas questões e onde encontram também de maneira frequente reverberações entre o que podem considerar, em certo sentido, "pares". Assim, por mais que os coordenadores/facilitadores procurem desestabilizar certas noções arraigadas entre os homens, em última análise eles são também homens e partilham de um solo comum, ao qual *naturalmente* eu não tenho nem tão cedo terei acesso. Além disso, os coordenadores são também vistos como figuras de referência, "autoridades", "pessoas de bom senso", "mais inteligentes", com os quais os homens afirmam recorrentemente terem aprendido muito.

O segundo aspecto importante sobre essa pesquisa tem relação com a seguinte questão: que tipo de antropologia é possível produzir se não tenho acesso direto a meus interlocutores? Certamente, não é a antropologia "ortodoxa" que povoa o imaginário de alguns. A bem da verdade é que antropologias ortodoxas provavelmente não existem. São sempre produzidas em contexto, de maneira fragmentária e parcial. Mas aqui me percebi com um problema de fato prático na realização da pesquisa. Inicialmente, frequentava a ONG todas as semanas, mas não participava das reuniões. Posteriormente, teria passado a frequentar as audiências do Fórum. Construí, nesse período, uma relação de proximidade com os coordenadores. Mas me interessava, sobretudo, não o que terceiros teriam a dizer sobre os homens denunciados, mas o que os homens teriam a dizer sobre si mesmos. E breves interações antes ou depois das reuniões não me pareciam o bastante.

Os coordenadores eram também pesquisadores da área de psicologia e, por esse motivo, mantinham as reuniões registradas em arquivos digitais de áudio, após solicitarem a permissão dos participantes, unicamente para fins de pesquisa e com a garantia de anonimato. Nesse contexto, foi acordado que o meu acesso aos homens se daria através dos registros em áudio e que a devolutiva ao Coletivo seria construir um banco de dados com as informações socioeconômicas dos homens através da produção de planilhas com dados coletados em "questionários de triagem" aplicados descontinuamente desde 2011. Foi dessa forma que

abandonei parcialmente a metáfora do “olhar etnográfico” substituindo-a por um “ouvido etnográfico”, atento a uma profusão de vozes sem identificação na tentativa de compreender trechos de histórias e, sobretudo, modelos narrativos. Quando interagia brevemente com os homens, eu era então apresentada como “a pesquisadora que os ouve do lado de fora” e buscava nessas breves interações ligar narrativas e rostos, o que nem sempre tinha algum sucesso.

Contudo, o distanciamento espacial entre pesquisadora e os sujeitos com que buscava pesquisar não era fixo. Como narrei em alguns espaços, eu havia tido experiências de interlocução pontuais, mas carregadas de significado, em episódios como um “churrasco de final de ano” realizado em 2013. Por ora, não me centrarei em descrevê-lo, mas saliento sua importância e a forma como foi capaz de comprovar a concretude da alteridade, mesmo que sempre contextual. Em todo caso, compreendo que no momento seja importante demarcar o que já antecipei com o título e a epígrafe deste tópico.

Em outras versões deste trabalho, iniciei essa discussão focando a questão da experiência da violência, não de e contra meus interlocutores em suas relações anteriores à pesquisa, mas durante esta e na interação com a pesquisadora. Ali entendia violência como Rifiotis (2006), segundo o qual a violência seria “uma objetivação, uma espécie de significante sempre aberto para receber significados, e não uma invariante, um objeto natural” (RIFIOTIS, 2006, p. 9). Nesse sentido, estaria eu como meus interlocutores deslizando pelo campo da experiência e da produção de significados. Na mesma medida, assumi a perspectiva de Moreno (1995) e transformei em objeto de análise as próprias experiências violentas que vivenciamos em nossas excursões a campo, entendo-as como dolorosas, mas “boas para pensar”.

Em seu texto, Moreno (1995) demonstra que enquanto antropólogas somos também parte de uma ordem específica conforme a época e a sociedade em que vivemos no que tange ao gênero. Isto é, não flutuamos sobre os lugares sociais que as concepções de gênero impõem a homens e mulheres apenas pelo fato de ocuparmos um espaço (importante ou não) como produtoras/es em um campo de conhecimento. O que a autora chama de “*supposedly ‘gender-free’ world of academia*” simplesmente não existe, como ela mesma demonstra em seu texto. Contudo, a ficção é criada e mantida para que a identidade do antropólogo permaneça intocada.

Com cautela e atenta ao detalhe, a autora traz ao nível da análise as investidas eróticas e o perigo da violência sexual que afeta com certa frequência a experiência de mulheres em

campo. Tais temas não raramente habitam conversas de corredor ou a portas fechadas nas instituições de ensino e pesquisa e/ou anedotas (*off topic*) em eventos científicos, mas não costumam compor o material final publicado. De maneira similar, não se tratam temáticas como assédio ou agressão sexual nos manuais de etnografia, tampouco são discutidos em cursos de formação de antropólogas/os (WILLSON, 1995). Se as subjetividades eróticas nas pesquisas de campo antropológicas constituem um tabu, a violência sexual se apresenta como um tema ainda mais espinhoso.

Segundo Moreno (1995),

> *For female anthropologists, one of the consequences of the fictiously 'gender-free' life we lead at university is that, if we bring up issues that are specific to us as women in the academic context, we run the risk of doing damage to our identities as anthropologists. This is, of course, because the archetypal anthropologist is a man. Part of the hidden agenda for female anthropologists is, therefore, to avoid drawing attention to ourselves as women when we establish our professional identities. After all, who wants to be a female anthropologist when it seems possible to be a 'real' anthropologist? As far as the danger of sexual violence is concerned, it may be part of a woman's daily life, but it is not seen to be relevant to the professional part of ourselves – the 'anthropologist' part. 'Anthropologists' don't get harassed or raped. Women do* (MORENO, 1995, 246).[21]

Nesse sentido, seria arbitrário ocultar a percepção de que me desloco pelo campo sempre experimentando a sensação de que não sou apenas uma pesquisadora: sou mulher, e isto não passa despercebido pelos homens. Obviamente, não quer dizer que eu seja assediada a todo o momento, mas indica a forma como sinto meu lugar diferenciado em relação a pesquisadores do sexo/gênero masculino. Como pude constatar, no caso deles, as relações travadas em campo passam por parceria, admiração e competitividade. Quanto a mim, além do receio e da confusão quanto ao que de fato representa minha presença e o tipo de relação passível de ser construída entre nós, existe também deliberado espaço para o "flerte" ou, caso queiramos colocar em outros termos, as investidas dos homens em direção a mim, pelo simples fato de ser mulher e, compulsoriamente, "disponível". Neste campo, meus colegas homens certamente não foram chamados para jantar ou vislumbraram comentários sobre como determinada calça "vestia bem" em seus corpos. Similarmente, não experimentaram confusão ao terem seus números de telefone demandados por interlocutores que lhes

[21] Em tradução livre: "Para antropólogas mulheres, uma das consequências da fictícia vida 'sem distinção de gênero' que levamos na universidade é que, se levantamos questões específicas a nós enquanto mulheres no contexto acadêmico, corremos o risco de danificar nossas identidades como antropólogas. Isto ocorre, certamente, porque o antropólogo arquetípico é um homem. Parte da agenda oculta da antropóloga é, portanto, evitar chamar atenção a nós mesmas enquanto mulheres quando estabelecemos nossas identidades profissionais. Afinal, quem deseja ser uma antropóloga mulher quando se pode ser um antropólogo 'de verdade'? No que diz respeito ao perigo da violência sexual, pode ser parte do cotidiano da mulher, mas não é visto como relevante para a parte profissional em nós – a parte 'antropóloga'. Antropólogos não são assediados ou estuprados, mulheres são".

enviariam mensagens de “boa noite” no final do dia. Há que se lançar luz a tais condições, não para simplesmente apontar a dificuldade ou especificidade no empreendimento de determinadas pesquisas, mas porque essas cenas informam sobre configurações sociais mais amplas. Um exemplo claro é o entendimento do corpo da mulher como algo “público”, isto é, fácil alvo da investida de homens desconhecidos e em situações de assimetria de poder. Nas mais variadas situações, a mulher é constantemente entendida como “disponível” e, como algo esperado de determinada expressão de masculinidade, é necessário para alguns homens aproveitar a “oportunidade”, onde quer que ela apareça.

De maneira exemplar, entrevistei[22] um homem fora do ambiente da ONG, mas em local público e de amplo trânsito de pessoas. Posteriormente, vivenciei momentos de apreensão e certa irritação quando tive que lidar com o fato de que ele demandava maior atenção, entendendo que eu estava em dívida após a entrevista concedida. Ao meu sinal de recusa, ele solicitou ser retirado da pesquisa. Narrando o episódio aos coordenadores por estar preocupada com os efeitos do incidente, percebi-me sendo “socorrida” por outros homens que “conversariam” com o entrevistado em questão. O meu “não” não pareceria bastar, tendo menor valor entre as relações travadas ali. Um dos coordenadores ainda observou que saindo de um “ambiente controlado” como o da ONG era esperado que algo acontecesse. Na minha cabeça, a frase de um dos participantes do grupo reflexivo em anos anteriores ressoava. “Homem é homem”, ele dizia, como se isso explicasse atos e comportamentos entendidos por muitos como bastante óbvios. Por conseguinte, “mulheres seriam mulheres” e fora de “ambientes controlados” estariam fadadas a certas situações, muitas vezes permeadas por ingredientes como o assédio e o constrangimento.

Todavia, estão enganados aqueles que encaram meu campo de pesquisa como ambiente privilegiado nesta matéria. Os desafios que derivam direta ou indiretamente do conjunto de sentidos fixados em torno do “corpo feminino” se manifestam em diferentes campos e na experiência de diferentes pesquisadoras, definindo de maneira bastante nítida os limites e os lugares pelos quais devemos circular.

Nesse sentido, não é por acaso que muitas teses produzidas por mulheres apontem a centralidade da cozinha enquanto ambiente de efervescente troca e manutenção de relações, por meio da qual informações são propagadas. Tratam-se de limites espaciais e simbólicos fixados em diferentes contextos, demarcando uma separação clara entre homens e mulheres. Minha experiência não seria, nesse sentido, diferente. Com a mediação de xícaras de café, em

[22] Realizei duas entrevistas, mas seu conteúdo não foi explorado densamente neste trabalho na medida em que outras fontes de pesquisa se mostraram mais ricas em termos de análise.

torno da mesa da cozinha, fiz grande parte do que considero minha pesquisa de campo. O restante do tempo, como mencionei, esteve principalmente distribuído entre a descrição e a análise dos questionários com informações dos homens participantes e os registros de áudio das reuniões.

Porém, é importante lembrar que existem também interdições para a entrada de homens em grupos de apoio, reflexão e acolhimento de mulheres em situação de violência, entre outros espaços de troca unicamente de mulheres. Assim, algumas das condições de pesquisa que aponto aqui, além dos efeitos do gênero, podem ser percebidas também no trabalho de outros pesquisadores.[23]

No caso específico do grupo reflexivo do Coletivo Feminista, a visita de uma psicóloga da Vara Central de Violência Doméstica era utilizada como exemplo para demonstrar como a participação de mulheres poderia ser "desastrosa". Acessando o registro de áudio da reunião, era possível visualizar como a figura da mesma carregava não apenas o peso de pertencer à categoria geral "mulher", mas também de representar o Estado que havia classificado aqueles homens como "agressores". O áudio emana tensões perceptíveis mesmo entre os mais desavisados. Não é possível *ver*, mas *ouvir* os diálogos torna evidente o conflito subjacente entre os homens e a mulher, tendo como figuras apaziguadoras apenas os coordenadores. Enquanto os homens elaboram suas versões sobre os acontecimentos e constroem uma crítica à Lei Maria da Penha baseada na percepção de que muitos deles são prejudicados indevidamente e de que não existe uma legislação similar para os homens que são agredidos, a psicóloga personifica a lei e argumenta no sentido de desarmar o discurso deles, defendendo a legitimidade da aplicação das medidas e deixando a maioria dos participantes claramente "na defensiva", quando não, mais do que isso, prontos para um enfrentamento verbal. A impressão é de que a escuta entre ambos se extingue gradualmente à medida que a reunião é dominada por posicionamentos claramente distintos e que não acabam por convergir em diálogo. Nesse contexto, os coordenadores se limitam a breves intervenções.

Como é possível notar, por ora, limito-me a descrever o que escuto, de maneira bastante breve e já oferecendo uma interpretação do conteúdo dos "arquivos sonoros" acessados. Adiante, buscarei oferecer trechos mais abundantes das narrativas presentes no campo, mas antes disso é necessário dar conta das questões teóricas e metodológicas que o presente capítulo se presta a tratar. É nesse sentido que recupero uma discussão sobre o lugar do antropólogo e de que maneira ele é marcado em campo, assim como menciono a

[23] Nesse sentido, seria interessante pensar também como outras marcações de diferença incidem sobre campos distintos.

importância de se olhar com atenção para modos distintos de pesquisa, no que se refere ao acesso e tratamento dos dados etnográficos, valendo-me muitas vezes não de um olhar, mas de um "ouvido etnográfico".

Embora a antropologia já discuta há algum tempo a utilização de outros instrumentos e formas de realização do trabalho de campo que não a habitual "observação participante", entre outras modalidades presenciais, constitui ainda um desafio empreender estudos que não sigam o *script* da pesquisa antropológica mais amplamente difundida. Olhar, ouvir e escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) nem sempre estão presentes em toda a pesquisa empírica de cunho antropológico. Alguns de nós, como Carrara (1998, p. 26), frequentemente nos encontramos diante da "palavra reificada, do registro histórico, mergulhando num mar de textos, leis, processos, ofícios, moções e pareceres". Não raramente tais documentos são de acesso limitado ou estão registrados em caligrafias pouco compreensíveis e arduamente traduzidas por antropólogas/os comprometidos em decifrar as informações registradas (e filtradas) por terceiros. Outras/os tem a oportunidade de ver seus interlocutores apenas de relance, em situações de interação reduzida. Ao fim, acredito que poucos, tais como eu, somam a esses fragmentos "arquivos sonoros" com vozes não identificadas, algumas vezes já distantes no tempo.

Nesse contexto, não há a possibilidade de uma "totalidade empírica", mesmo que imaginária. As "aldeias-arquivos" (CARRARA, 1998, p. 53) com as quais trabalho, e as quais são produzidas concomitantemente à realização da pesquisa, são construídas a partir de fragmentos e destoam significativamente do ideal malinowskiano com o qual somos introduzidos à antropologia. Nesse sentido, o desafio maior da pesquisa, se valendo de um ouvido etnográfico distanciado no tempo e no espaço, está em interrogar fontes que não respondem e não reagem a menor "provocação" do pesquisador. Assim, aproximo-me das pesquisas documentais,[24] nas quais

> Mais radicalmente que nas pesquisas antropológicas tradicionais, os "informantes" são refratários às nossas preocupações, e o que falam ou falaram (e que continuam a repetir monotonamente) se dirigiu a outros ouvidos, respostas a questões e incitações que dificilmente são as que gostaríamos de provocar. Concretamente, isso faz com que tenhamos muitas vezes que percorrer páginas e páginas perseguindo uma simples situação ou uma única pista. Pode-se mesmo ficar anos para flagrar um desavisado "informante" disposto a falar do assunto que nos interessa (CARRARA, 1998, p. 54).

[24] Ver: Lima (2015), cujo estudo aborda decisões judiciais em casos de retificação de registros civis de pessoas transexuais em tribunais brasileiros. O acesso da autora ao campo estudado se dá através de bancos de dados de *sites* de todos os Tribunais de Justiça Estaduais do Brasil e no Arquivo do Poder Judiciário da comarca de São Paulo. No trabalho, ela aborda os desafios da realização de pesquisas com documentos.

É claro que questões como estas, incluso o carácter fragmentar e o desencontro entre perspectivas de pesquisadoras/es e interlocutoras/es, podem e devem aparecer com certa frequência em pesquisas cujas metodologias se aproximam mais daquilo que entendemos habitualmente como trabalho de campo antropológico. Todavia, a forma como essa impossibilidade de diálogo direto é produzida a partir do campo e da sua própria interpretação sobre a pesquisadora como um indivíduo sexuado e generificado tem provocado ao longo desta pesquisa redirecionamentos no que diz respeito à metodologia a ser adotada. Também por isso gradualmente compreendi que meu lugar em campo e as negociações travadas ali eram também questões de gênero igualmente importantes e necessariamente analisáveis.

Pela condição referida, minha "aldeia-arquivo" apresenta-se também muitas vezes na qualidade de "arquivo sonoro", a qual não permite que o olhar decifre gestos e linguagens corporais e tampouco supõe a possibilidade de que eu inquira diretamente os autores das enunciações. De modo a tornar essas questões mais palpáveis, devo avançar na descrição do contexto pesquisado e no que ele, indiferente às minhas próprias problemáticas, achou por bem colocar em evidência.

CAPÍTULO II:
OBSERVANDO CENÁRIOS E SUJEITOS

Exposta brevemente a minha entrada em campo e as questões que esta suscitou, permito-me agora de maneira mais detida apresentar o cenário dos grupos reflexivos no Brasil, onde ocorrem e como se organizam, observando a dinâmica própria das reuniões, as metodologias. Além disso, procuro apresentar os personagens que circulam pelo grupo reflexivo, incluindo principalmente os denunciados, mas também as denunciantes (que aparecem virtualmente em questionários e nas narrativas dos homens). Nessa parte, não se trata de desenhar um perfil do homem denunciado por crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher,[25] mas de alguma forma tornar visível a diversidade de camadas etárias, econômicas, de escolaridade, entre outras, que o fenômeno alcança. Em seguida, focalizo dimensões das denúncias e das experiências relacionadas a "problemas com a justiça", observando o que informam sobre as moralidades diversas que estão em ação no interior dos grupos reflexivos, em que alguns discursos encontram eco enquanto outros se repelem.

1. Deixando de "secar o chão com a torneira aberta":[26] as intervenções com homens

Não pretendo tratar os grupos reflexivos em termos de um objeto em si, tampouco oferecer comentários valorativos ou uma avaliação das intervenções. Julgo que este trabalho tenha sido feito e tenha importância principalmente para os profissionais que atuam nas próprias intervenções com homens. Aqui, em outro sentido, o grupo reflexivo opera como lócus privilegiado de observação, permitindo o acesso a narrativas e lógicas que não costumam ser partilhadas com tanta densidade em outras esferas. Afinal, em que situações o homem é estimulado a refletir sobre aspectos de sua intimidade e porventura confrontado com a relação destes aspectos com o cenário cultural mais amplo da sociedade em que se encontra senão em pontuais iniciativas como aquelas tratadas aqui?

Contudo, para refletir sobre o que informam tais narrativas, é necessário primeiramente explicar do que se tratam os "grupos reflexivos", tomando como ponto de partida os materiais que mapeiam e descrevem as intervenções nomeadas dessa forma. Nesse

[25] Mesmo porque acredito que esse perfil não exista.
[26] Figura de linguagem utilizada por um facilitador ao descrever o trabalho com homens. Para ele, focar apenas nas vítimas seria como secar o chão com a torneira aberta.

sentido, proponho-me a trabalhar os artigos, relatórios e demais documentos produzidos pelas entidades sobre as intervenções tratando-os como registros e, assim, também como dados etnográficos. Porém, cumpre apontar nesse ponto a dificuldade em efetuar a diferenciação entre o que constitui o discurso das entidades e minha própria fala. É certo que o material descrito carrega consigo uma linguagem e uma tônica mais técnica e propositiva, advogando pelas intervenções e partilhando de um solo comum com outros atores no que diz respeito à mobilização de certas formas e conteúdos. A forma e o conteúdo que apresento aqui são notadamente diferentes, em razão da disciplina a qual me filio e também tendo em vista a finalidade deste trabalho.

Quando iniciei este estudo, significativa foi a dificuldade em encontrar materiais sobre grupos reflexivos e intervenções grupais com homens denunciados por crimes de violência contra mulheres. O Coletivo Feminista apresentava alguns artigos refletindo sobre sua própria prática e também matérias e entrevistas cedidas a jornais. Para além da ONG, as instituições com maior quantidade de informações sistematizadas e acessíveis eram: Instituto Noos (RJ), ISER (RJ) e Instituto Albam (MG). O campo de reflexão e intervenção com homens, de maneira mais ampla, não apenas em questões diretamente ligadas à violência doméstica e familiar, era ainda composto por entidades como o Instituto Papai (PE) e o Instituto Pró-Mundo (RJ). Em São Paulo, as intervenções com homens em formato reflexivo e discutindo masculinidades haviam sido preconizadas ainda pelo trabalho de mediação de conflitos da entidade Pró-Mulher, Família e Cidadania.

No caso do Coletivo Feminista, a equipe responsável pelos grupos reflexivos realizados na ONG tem produzido uma diversidade de trabalhos sobre a intervenção, tais como materiais apresentados, discutidos e publicados em anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero (ANDRADE e BARBOSA, 2008; PRATES e ANDRADE, 2013), artigos em coletâneas (ANDRADE, 2014; PRATES e ALVARENGA, 2014; BARBOSA, 2014), uma dissertação de mestrado publicada recentemente por um dos coordenadores (MISTURA, 2015), uma tese de doutorado publicada por outra integrante da equipe (PRATES, 2013), ambas tendo sido realizadas na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, além de reportagens e entrevistas em jornais e outras mídias com relatos sobre a intervenção.[27] Soma-se a esta diversidade de registros um artigo que produzimos a oito mãos

[27] Ver: "Programa de reeducação para o autor de violência doméstica e familiar" (Diário Oficial do Estado de São Paulo, 12/4/12), disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=39299&idPagina=3355>; "Estado deve proteger mulher ao invés de apenas punir agressor, diz especialista" (Último Segundo, 24/4/14), disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-04-24/estado-deve-proteger-mulher-ao-inves-de-

(OLIVEIRA, ANDRADE, PRATES E FURTADO, 2015) sobre os desafios e tensões na realização de intervenções com homens a partir do caso do Coletivo. Trata-se de uma primeira tentativa coletiva de sistematizar certas questões que atravessam o campo, em um formato menos próximo teoricamente da antropologia e mais familiar à prática da intervenção. Para mim, o artigo constitui também uma maneira de retornar ao campo parte do que ele foi capaz de tornar acessível a mim na troca com os facilitadores da pesquisa. No mais, tem também uma dimensão política na medida em que problematizamos as tensões que o trabalho com homens e grupos reflexivos suscita ao ser proposto como política pública. Nesse sentido, trabalhar com homens quando o tema é violência doméstica não raramente causa certo "pânico moral" (MISKOLCI, 2007) e constrói-se, em certa medida, como um tabu no campo do enfrentamento da violência contra mulheres. Uma chave para refletir sobre tal discussão seria ainda aproximá-la da rejeição que alguns setores do feminismo manifestam diante da proposição de homens participando de alguma forma de movimentos ditos feministas ou pró-feministas.

Os coordenadores apresentam ainda trabalhos anteriores à iniciativa sediada pelo Coletivo Feminista (BARBOSA, 1998), nas quais já conduziam intervenções com homens, discutindo temas como saúde, sexualidade, DSTs e paternidade, e trabalhando também com homens cumprindo pena de privação de liberdade na cidade de Santo André (SP). Antes ainda do trabalho no Coletivo, eles realizaram também uma intervenção com homens em São Caetano do Sul (SP), por demanda do governo local no período entre 1998 e 2001, e com apoio da MacArthur Foundation[28] e da International Women's Health Coalition (IWHC).[29]

---

apenas-punir-agressor-diz-especialista.html>; "ONG usa filosofia contra violência doméstica", (Último Segundo, 23/4/14), disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2014-04-23/ong-usa-filosofia-contra-violencia-domestica.html>; "Leandro Feitosa Andrade e Sérgio Flávio Barbosa – coordenadores de grupos reflexivos com homens autores de violência contra a mulher", (Jornal Mulier, 3/3/13), disponível em: <http://jornalmulier.com.br/leandro-feitosa-andrade-e-sergio-flavio-barbosa-coordenadores-de-grupos-reflexivos-com-homens-autores-de-violencia-contra-a-mulher/>; "Violência doméstica: os dilemas e conquistas do trabalho com homens agressores", (Compromisso e Atitude, 14/01/14), disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-domestica-os-dilemas-e-conquistas-do-trabalho-com-homens-agressores/>; "Grupos reflexivos para homens autores de violência dão bons resultados", (Agência Universitária de Notícias, 4/12/14), disponível em: <http://www.usp.br/aun/exibir.php?id=6470>; "Grupos de homens põe violência e masculinidade em xeque", (Geledés, 19/11/09), disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/generos-em-noticias/3416-grupo-de-homens-poe-violencia-e-masculinidade-em-xeque>; "Conheça a escola para um marido melhor", (Diário de S. Paulo, 1/6/13), disponível em: <http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/51340/conheca-a-escola-para-um-marido-melhor>; entre outros.

[28] The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation atua suportando pessoas criativas e instituições comprometidas com a construção de um mundo mais justo e pacífico. Está comprometida com a defesa dos direitos humanos, segurança global e na compreensão de como a tecnologia está afetando crianças e a sociedade como um todo. Informações do site da MacArthur Foundation, disponíveis em: <www.macfound.org/about/>. Acesso em: 28/08/15.

[29] A IWHC atua desde 1984 buscando assegurar para mulheres e jovens, principalmente adolescentes da África,

Quanto aos trabalhos publicados pela equipe do Coletivo, em larga medida constituem reflexões sobre a Lei Maria da Penha e o papel que os grupos reflexivos desempenham no contexto do enfrentamento da violência contra mulheres, narrando a história da intervenção realizada no interior da ONG e apontando principalmente aspectos metodológicos do trabalho, assim como alguns dos resultados. Fazem ainda menção à discussão sobre masculinidades e tensionam o entendimento sobre o "autor de violências/agressões", categoria própria do campo, através da qual buscam desconstruir a ideia de uma "natureza violenta" do "agressor". Não por acaso os trabalhos assumem sempre um tom que advoga pelas intervenções e pelo olhar direcionado aos homens. É ilustrativo, nesse sentido, o título da dissertação de Prates (2013), "A pena que vale a pena", que, contudo, aponta em seu subtítulo os alcances e limites dos grupos reflexivos, deixando claro que se trata não apenas de uma descrição minuciosa de um trabalho no qual se acredita, mas também de um voo analítico, que se propõe ainda crítico do contexto estudado.

O Instituto Noos, no Rio de Janeiro, é sem dúvida a instituição pioneira no que diz respeito ao trabalho de grupos reflexivos com homens no Brasil. Em seu site, mantém um acervo vasto com relatórios e artigos publicados sobre suas intervenções,[30] produzidos por membros da instituição, dentre os quais figuram os nomes de Adriano Beiras, Carlos Eduardo Zuma, Alan Bronz, entre outros. Zuma foi, inclusive, um dos fundadores da instituição em 1994. Adriano Beiras tem, por sua vez, cada vez mais se tornado um especialista no campo ao circular e produzir materiais sobre as intervenções, mediação familiar e masculinidades ao passo em que Bronz parece ter se dedicado especialmente a refletir sobre o papel da terapia de casal no tratamento e prevenção da violência. Como é possível notar, tanto as intervenções quanto as reflexões produzidas sobre as mesmas são realizadas por psicólogos e em sua grande maioria por homens. Todavia, talvez pela ampla quantidade de materiais acessíveis, a instituição tem provocado os olhares de pesquisadores das Ciências Sociais também, entre os quais figuram, por exemplo, Marco J. Martínez-Moreno (2014), na Antropologia, e Milena do Carmo C. dos Santos (2012), na Sociologia. O trabalho de Martínez-Moreno oferece ainda uma reflexão sobre direito, cultura e gênero não apenas a partir dos grupos reflexivos no Rio de Janeiro (RJ), mas também de uma política pública de prevenção da violência intrafamiliar em Bogotá, na Colômbia.

Ásia, América Latina e Oriente Médio, direitos humanos, saúde e equidade, dando suporte à lideranças e organizações que trabalham no nível de comunidades, países, regiões e também globalmente. A organização ainda atua advogando por políticas e programas interessados na mesma agenda. Informações do site da IWHC, disponíveis em: <iwhc.org/about-us/>. Acesso em: 28/8/15.

[30] Ver: <http://www.noos.org.br/acervo.htm>. Acesso em: 26/08/15.

O Instituto Noos tem ainda intrínseca relação com a iniciativa do SerH (Serviço de Educação e Responsabilização de Homens Autores de Violência Doméstica contra Mulheres), do ISER (Instituto de Estudos da Religião), em Nova Iguaçu, por tê-la inspirado principalmente no que diz respeito ao modelo de intervenção empregada. Entre os materiais que tratam da intervenção figura a dissertação de Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira, realizada no interior do Programa de Pós-Graduação em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. No estudo, Oliveira (2012) aponta as trocas entre as intervenções realizadas pelo Instituto Noos e pelo ISER, além da importante parceria entre a última instituição e a Secretaria Municipal de Valorização da Vida e Prevenção da Violência de Nova Iguaçu (RJ), sem a qual o serviço não teria sido oferecido. As atividades do ISER estiveram concentradas em Nova Iguaçu, mas grupos reflexivos também foram realizados em outras cidades da Baixa Fluminense, entre elas: Mesquita, Nilópolis e São João do Meriti.

Ainda no Sudeste do país, em Belo Horizonte (MG), outra instituição cujo trabalho se destaca é a ONG Instituto Albam, fundada em 1998 e cuja atuação vem centrando-se em iniciativas com foco em saúde mental e social sob uma perspectiva de gênero. A instituição integra a Rede de Enfrentando à Violência contra Mulher do Estado de Minas Gerais e tem realizado desde 2005 o programa "Andros: homens gestando alternativas para o fim da violência", descrito como grupo reflexivo de gênero com homens envolvidos em situação de violência doméstica e encaminhados pelo Poder Judiciário de Belo Horizonte para cumprimento de medida de pena alternativa. A instituição define o trabalho como uma "intervenção psicoeducativa" que tem por objetivo principal "responsabilizar os homens que cometeram violência contra as mulheres". Em 2014, Welliton Caixeta Maciel defendeu dissertação que trata da vigilância eletrônica de homens utilizando "tornozeleiras" em cumprimento de medidas judiciais (protetivas e alternativas), em Belo Horizonte, e que também frequentaram obrigatoriamente grupos reflexivos oferecidos pelo Instituto Albam. Nesse trabalho, o autor acompanhou como ouvinte os grupos reflexivos da instituição, entrevistando alguns dos homens participantes. Trata-se também de uma leitura da antropologia a respeito das intervenções.

Em São Paulo (SP), como mencionado, o Coletivo Feminista foi antecedido pela hoje extinta ONG Pró-Mulher, Família e Cidadania (PMFC), que tinha como foco o trabalho com populações advindas de "extratos mais pobres" do município (MUSZKAT, 2011, p. 150). Segundo Susana Muszkat (2011),

> Ao se tomar unicamente uma das partes como vítima, corre-se o risco de elegê-la a um lugar de destaque, invertendo uma situação onde "opressor" se torna vitimado, em fundação da exclusão a que é submetido, enquanto que a vítima pode se tornar "poderosa", mantendo, assim, de maneira invertida, a desigualdade entre as partes (MUSZKAT, 2011, p. 151).

Tal percepção, certamente desconfortável para alguns setores do feminismo, parece ter incentivado a instituição a desenvolver um trabalho utilizando a metodologia de "mediação familiar", calcada em princípios de negociação, diálogo e resolução de conflitos[31] entre as partes envolvidas. Em certa medida, a intervenção desenvolvida entre os anos de 1993 e 2008 constitui prática análoga aos grupos reflexivos atuais, representando um primeiro olhar reflexivo para os homens no que diz respeito a situações de violência familiar em São Paulo (SP). Também na época já era manifesto o uso da noção de responsabilização, ainda que menos do que atualmente, no trabalho com situações de violência doméstica e familiar.[32] Prates (2013) relata que o trabalho realizado na instituição direcionava-se a homens tanto na qualidade de "vítimas" quanto de "agressores". Em tais situações, ambas as partes eram convocadas e preparadas, em um ou mais encontros, com o objetivo de negociar a resolução dos conflitos. Isto era feito através de grupos de reflexão de homens e mulheres em que se discutiam questões como relações de gênero, violência, família, "formas brandas de resolução de conflitos", entre outras (MUSZKAT, 2003 apud PRATES, 2013, p. 24).

O campo de intervenções com homens no Brasil se completa, em um primeiro nível de exploração, pela atuação de duas instituições, o Instituto PAPAI, em Recife (PE) e o Pro-Mundo (RJ). Em 2014, Medrado e Lyra organizaram uma publicação sistematizando as memórias da instituição em uma coletânea intitulada "Produzindo memórias para alimentar utopias: Narrativas sobre uma organização feminista brasileira que, desde 1997, ousa trabalhar com homens e sobre masculinidades". O título, bastante autoexplicativo, aponta a forma como o trabalho pretende dar conta da atuação da instituição e do Núcleo de Estudos em Gênero e Masculinidades da Universidade Federal de Pernambuco (Gema/UFPE), que, em consonância, atuam produzindo pesquisas e intervenções políticas sobre homens e masculinidades, desde uma perspectiva notadamente feminista. Embora a instituição não opere diretamente com grupos reflexivos de gênero direcionados a homens autores de violência, é importante lembrar-se dela, pois não apenas no Brasil, mas de maneira ampliada, a instituição atua alimentando uma perspectiva e modos de pensamento importantes para a

[31] É importante mencionar que a metodologia de resolução de conflitos em casos de violência doméstica e intrafamiliar não é recebida como unanimidade por significativa parcela dos atores.

[32] Importa ressaltar que a instituição adotava como tipificação a ideia de "violência intrafamiliar", entendendo que o prejuízo diante da violência não estaria restrito à única vítima, mas atingiria o "grupo familiar" de maneira mais ampla (MUSZKAT, 2011, p. 151).

construção do campo. Medrado e Lyra (2015) explicam que, a partir do incentivo e da contribuição da professora e psicóloga Fúlvia Rosemberg (1942-2014), o Instituto PAPAI foi criado assumindo o "cuidado" como princípio ético norteador de ações envolvendo homens. Para eles, "em nossa cultura, o cuidado é tanto desvalorizado como radicalmente atribuído às mulheres, menos como direito mais como obrigação" (MEDRADO E LYRA, 2015, p. 10). Assim, iniciaram os trabalhos da instituição preocupados com questões relativas à paternidade, adolescência, saúde, sexualidade, reprodução e violência, com o objetivo de empreender intervenções diretas junto às comunidades.

O Promundo, por sua vez, atua em diversos países, entre eles o Brasil, tendo por objetivo promover a igualdade de gênero e prevenir a violência a partir da transformação de masculinidades. De maneira estratégica, a organização não governamental defende que homens precisam ser "aliados" no processo de "empoderamento" das mulheres e opera produzindo e financiando pesquisas, programas e ações com impacto na produção de políticas públicas que busquem proporcionar mudanças positivas na vida de homens e mulheres. Assim, a instituição se apresenta envolvida na produção de metodologias educativas, programas, campanhas e intervenções grupais com homens e mulheres. No Brasil, ela está presente desde 1997 trabalhando com temas como paternidade, cuidado, prevenção de violência, jovens, equidade e produzindo ainda pesquisas para a formulação de ações.[33]

Tais eram as instituições que eu conseguira mapear, de maneira preliminar, até 2015. Durante a pesquisa de campo, soube ainda que Adriano Beiras estaria entrevistando indivíduos ligados a intervenções, para o mapeamento dos trabalhos no Brasil, mas apenas no segundo semestre de 2015 tive acesso ao relatório da pesquisa, disponível no site do Instituto Noos. Segundo Beiras (2014), o Brasil já contou com a existência de pelo menos 25 serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres em diferentes estados, entre os quais figuram Acre (1), Distrito Federal (2), Espírito Santo (1), Minas Gerais (2), Mato Grosso (1), Paraná (2), Rio de Janeiro (3), Santa Catarina (1) e São Paulo (6). O mapeamento realizado pelo autor, a partir das instituições que foi capaz de entrevistar,[34] demonstra a seguinte configuração geográfica e institucional a respeito de 19 dos 25 serviços:

Tabela 1 – Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no Brasil

[33] Informações do site da organização, disponíveis em: <promundo.org.br>. Acesso em: 28/08/15.
[34] Seis serviços não estavam em atividade ou encontravam-se inativos temporariamente ou permanentemente durante a realização da pesquisa.

Estado	Cidade	Instituição
Acre	Rio Branco	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
Distrito Federal	Brasília	Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD)
Distrito Federal	Brasília	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Espírito Santo	Vitória	Coordenação de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação – CAVVID/ Prefeitura Municipal de Vitória
Minas Gerais	Belo Horizonte	Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social – Instituto Albam
Minas Gerais	Pouso Alegre	III Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre
Mato Grosso	Cuiabá	Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social e Ministério Público do Estado de Mato Grosso – Núcleo das Promotorias de Justiça Especializadas no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá – Projeto: Lá em Casa Quem Manda é o Respeito
Paraná	Londrina	Secretaria do Estado da

		Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU)
Paraná	Ponta Grossa	Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Cidade de Ponta Grossa-PR - NEVICOM
Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	Instituto de Estudos da Religião – ISER
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Instituto Noos
Rio de Janeiro	São Gonçalo	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – JDV São Gonçalo
Santa Catarina	Blumenau	Prefeitura Municipal de Blumenau
São Paulo	Diadema	CRAS-Leste (Centro de Referência de Assistência Social de Diadema)
São Paulo	Santo André	Programa Gênero e Cidadania
São Paulo	Santo André	Projeto SACA – Santo André Crianças e Adolescentes vítimas de exploração e abuso sexual
São Paulo	São Bernardo do Campo	Prefeitura de São Bernardo
São Paulo	São Paulo	Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde

Como é possível notar, meu primeiro mapeamento apontava unicamente programas realizados por organizações não governamentais, ao passo em que Beiras demonstra a existência de uma diversidade de iniciativas e parcerias levadas a cabo pelo poder público, a nível municipal e estadual. O grupo reflexivo do Coletivo Feminista é, nesse contexto, o único a não contar com financiamento externo para a realização de suas atividades, sendo

descrito pelos coordenadores como iniciativa voluntária e militante.

Segundo Beiras, a profusão de tais serviços se deve à promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, que aponta brevemente, em suas disposições finais, a possibilidade de encaminhamento dos homens autuados a "centros de educação e reabilitação para os agressores". No entanto, embora tais serviços tenham se multiplicado, é notável que diante da amplitude do fenômeno, sendo numerosos os casos de violência doméstica e familiar contra mulheres, sejam poucas ainda as iniciativas. Tal fator pode ser explicado pelo entendimento de que tais serviços possam concorrer, em termos de recursos, com trabalhos destinados a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Ademais, o que alguns setores esperam de uma política pública para proteção das mulheres parece entrar em choque com a ideia de se trabalhar também com homens. Como dito, especialmente em alguns nichos expressivos do movimento feminista engajados na formulação e aplicação da lei, acredita-se que esse tipo de trabalho implicaria necessariamente na diminuição ou deslocamento de recursos de outros serviços voltados ao atendimento das mulheres. Para alguns, parece também um contrassenso dar atenção ao "opressor" quando a "vítima" e quem necessitaria de assistência seriam as mulheres.

A tabela inspirada no levantamento realizado por Beiras demonstra que a única região brasileira na qual não foi localizado trabalho de intervenção grupal com homens foi a região nordeste. O restante está representado por iniciativas que vão de programas realizados com alguma continuidade ao longo dos últimos anos a iniciativas temporárias cuja periodicidade dependeu das gestões administrativas de municípios e estados. Outra questão apontada por Beiras foi a possível centralidade da promulgação da Lei Maria da Penha como força motora na criação de serviços, principalmente a partir do ano de 2012. Destacam-se também as iniciativas levadas a cabo por órgãos de justiça, frequentemente articuladas e como desdobramento de trabalhos direcionados às mulheres e às famílias em situação de violência doméstica. Tratam-se muitas vezes de trabalhos realizados a partir de verbas públicas, interligados a outros serviços, derivando, por exemplo, de núcleos de atenção psicossocial dentro do sistema de justiça. Entre as finalidades que perseguem, está principalmente a interrupção dos atos de violência contra mulheres e a "responsabilização" dos autores, assim como prevenção e conscientização em relação à violência. A seguir, apresento um panorama geral, estado a estado, a partir do levantamento de Beiras e da pesquisa que havia realizado anteriormente:

Acre

Em Rio Branco, a intervenção grupal com homens é realizada pela Secretaria de Estado e de Direitos Humanos (SEJUDH) do Acre desde 2012, com o objetivo de romper "ciclos de violência". As reuniões ocorrem apenas durante cinco encontros. O serviço surgiu após consultoria do psicólogo Fernando Acosta, ligado ao Serviço de Educação e Responsabilização de Homens Autores de Violência Doméstica contra Mulheres oferecido em Nova Iguaçu (RJ) pelo Instituto ISER. Após a consultoria, a SEJUDH criou o Serviço de Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica (Ser Homem), com verbas do Departamento Penitenciário (DEPEN) do Ministério da Justiça. Segundo Acosta,[35] todo município com mais de 200 mil habitantes pode criar o serviço, demandando verbas do DEPEN. No caso do Acre, o encaminhamento dos participantes do serviço é realizado pela parceria com a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Rio Branco, sendo utilizado entre as medidas protetivas durante os processos criminais. Ao final, um relatório técnico é enviado à juíza, com uma devolutiva sobre a participação dos homens nos trabalhos desenvolvidos, para que seja considerado na ocasião da audiência.

Distrito Federal

Em Brasília, um dos trabalhos realizados opera em 10 centros distribuídos por diversas regiões da capital, sob realização do Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), em parceria com o Ministério Público. As reuniões da intervenção se dão em 12 encontros.

Na mesma cidade, o Tribunal de Justiça desenvolve desde o ano 2000 uma experiência de intervenção com assistência psicossocial aos Juizados Especiais Criminais. Após a promulgação da Lei Maria da Penha, o trabalho de assistência psicossocial passa a ser realizado nas Varas de mulheres. O diferencial da experiência é que os grupos são realizados de maneira mista, contando com a participação de homens e mulheres, com o cuidado de não trabalhar simultaneamente com pessoas envolvidas nos mesmos processos judiciais.

Segundo Beiras, o trabalho em tribunais tem também um caráter avaliativo, de

[35] Informações do portal da campanha "Compromisso e atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte", na reportagem "Violência doméstica: os dilemas e conquistas do trabalho com homens agressores", publicada em 14/01/2014. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-domestica-os-dilemas-e-conquistas-do-trabalho-com-homens-agressores/>. Acesso em: 20/09/2015.

acompanhamento dos autores. Esta dimensão de certa forma se manifesta também em outras intervenções. No caso do grupo realizado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, durante os grupos ocorrem reuniões de avaliação das medidas protetivas e das dinâmicas conjugais.

Espírito Santo

Em Vitória, a Coordenação de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação (CAVVID) da Prefeitura Municipal oferece um atendimento que busca trabalhar as dimensões das relações violentas tanto com vítimas quanto com agressores, objetivando no caso dos últimos o rompimento com o que chamam de "identidades hegemônicas do masculino". Os grupos são realizados em oito sessões, uma vez por semana, com recursos audiovisuais e dinâmicas em grupo. Anteriormente eram realizados a cada 15 dias. Nas reuniões, buscam pensar sobre como o machismo é naturalizado em nossa sociedade, abordando ainda temas como a Lei Maria da Penha, violência, gênero, relações amorosas, dentre outros. A busca pelo atendimento ocorre tanto de forma espontânea como por encaminhamento de outros serviços.

Mato Grosso

Em Cuiabá, a experiência descrita por Beiras é bastante específica, na medida em que se trata de intervenção realizada nas dependências de um presídio/centro de ressocialização, com homens acusados ou condenados por violência doméstica e familiar contra mulheres. Através de parceria da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS/MT) com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, e ainda por intermédio de núcleo das Promotorias de Justiça especializado no enfrentamento à violência doméstica e familiar, o projeto é desenvolvido desde 2011 sob a alcunha "Lá em casa quem manda é o respeito". Busca-se, assim como em outros casos, evitar reincidências, a partir da participação voluntária de reeducandos naquilo que os profissionais chamam de "rodas de conversa" (BEIRAS, 2014, p. 37). As rodas de conversa são coordenadas por psicólogos e assistentes sociais e até março de 2014 já haviam participado do projeto mais de 1.500 homens.[36]

Minas Gerais

[36] Dado do site do Governo do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/editorias/acao-social/projeto-la-em-casa-quem-manda-e-o-respeito-completa-tres-anos/105534>. Acesso em: 20/09/2015.

O programa do Instituto Albam teve início em Belo Horizonte em 2005, antes da Lei Maria da Penha, ainda com a lei 9.099/1995. A partir de parceria com o Juizado Especial Criminal, eles vêm desde então realizando grupos reflexivos, de caráter psicoeducativo, objetivando a responsabilização dos homens autores de violência e uma reflexão sobre masculinidades calcada na desconstrução de estereótipos de gênero. Além de trabalharem com homens autuados por crimes da Lei Maria da Penha, também recebem encaminhamentos de outras situações de violência nas quais estão relacionadas questões de gênero, tais como brigas de torcida. Os grupos são realizados em 16 encontros, nos quais os facilitadores buscam contribuir para que os homens construam "estratégias negociais para resolução pacífica de conflitos" (BEIRAS, 2014, p. 35), assim como abrir espaço para a construção de "identidades mais permeáveis e flexíveis" em contraposição aos estereótipos masculinos. A partir das falas e histórias apresentadas pelos homens, desenvolvem os encontros sem que exista um roteiro fechado. Além disso, com menor frequência, utilizam vídeos, músicas, palestras, dinâmicas de grupo etc. Os profissionais destacam ainda a realização quinzenal de reuniões de equipe para avaliação, estudos teóricos e metodológicos, e encaminhamentos dos grupos. Tais reuniões são chamadas de "intervisões". A ONG ainda realiza paralelamente grupos com mulheres vítimas de violência (BEIRAS, 2014, p. 35).

Também em Pouso Alegre, cidade mineira a 373 quilômetros da capital, a 3ª Vara Criminal da Comarca de Pouso Alegre iniciou intervenções grupais com homens em 2012, propondo um espaço educacional e preventivo, de maneira a evitar reincidências de autores de violência doméstica. O Programa de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica contra a Mulher possuía como proposta a educação para "igualdade, justiça e respeito à diversidade de gênero". As reuniões ocorriam no período de 16 encontros de duas horas, a partir de vivências, oficinas, dinâmicas, apresentação de vídeos e músicas, dentre a utilização de outras ferramentas. Os grupos obtinham recurso de verbas revertidas de penas pecuniárias.

Paraná

No Paraná, a 6ª Vara Criminal do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Londrina desenvolve desde 2013, a partir de convênio com a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e o Ministério da Justiça, o Projeto Caminhos. A iniciativa realiza grupos reflexivos e responsabilizantes consonante ao cumprimento de medida

protetiva ou pena alternativa, com um número de 12 encontros, com duração de uma hora e trinta minutos. Antes do início dos grupos são realizadas "entrevistas jurídicas", nas quais os objetivos do projeto são apresentados. Em seguida, são realizadas "entrevistas psicossociais", com o intuito de coletar dados socioeconômicos dos participantes e sobre as percepções dos homens quanto às situações que os levaram ao grupo e ao cumprimento de medida judicial. Dessa forma, os profissionais determinam se o participante será incluído em intervenção grupal ou se terá atendimento individualizado.

Na cidade de Ponta Grossa, outra iniciativa de caráter particular é constituída por um projeto de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, realizado pelo Departamento de Direito e de Serviço Social e denominado "Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar da cidade de Ponta Grossa/PR". O projeto teve início em 2010, a partir de atividades de caráter teórico, prático, reflexivo, de pesquisa e orientação, entre as quais inicialmente figuraram oficinas e palestras em Centros de Referência de Assistência Social, escolas, universidade, Unidades Básicas de Saúde (UBS), entre outros espaços. Os trabalhos conjugam tanto profissionais do Direito quanto de Serviço Social e Psicologia e desde 2012 é concebido como um serviço de reflexão, reeducação e responsabilização para autores de violência doméstica e familiar. No primeiro semestre de 2013 foi realizado o primeiro grupo, buscando desconstruir estereótipos de gênero e masculinidade. Os grupos são constituídos de 16 reuniões de duas horas, ocorrendo aos sábados.

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, o Instituto Noos inicia suas atividades ainda em 1999, buscando promover o que entende por "saúde das relações familiares e comunitárias". Desenvolvem cursos, pesquisas e atendimentos especializados, além de grupos reflexivos de gênero com homens e também mulheres. Suas atividades buscam, segundo informações coletadas por Beiras, "oferecer métodos pacíficos de resolução de conflitos", assim como "relações equitativas de gênero", discutindo uma variedade de temas durante 12 encontros.

Em 1999, o Instituto Noos atuou também na cidade de São Gonçalo, realizando, em parceria com o Centro Especial de Orientação à Mulher "Zuzú Angel" (CEOM), um grupo reflexivo de gênero com homens, a partir de financiamento do Ministério da Justiça. Para a realização dos atendimentos, mantiveram também parceria com o I e o II Juizado Especial Criminal de São Gonçalo. Em 2002, iniciativa similar foi empreendida na Central de Apoio e

Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas à Prisão de São Gonçalo (CPMA/SG). No ano de 2005, o projeto foi reformulado em uma parceria com o Instituto Promundo. Em São Gonçalo, as reuniões ocorriam durante um período que variava entre oito e dez encontros.

Ainda no Rio de Janeiro, o Instituto ISER desenvolveu grupos reflexivos semanais, de duas horas e meia, com duração de 20 encontros. Após tais encontros eram realizados periodicamente grupos de "*follow up*". A iniciativa era diferente na medida em que os grupos eram "abertos", de maneira a possibilitar que outros participantes entrassem em qualquer encontro. Em outros casos, os grupos costumavam se iniciar e terminar com a mesma composição de participantes.

Santa Catarina

O programa municipal da Prefeitura de Blumenau (SC) iniciou suas atividades em 2001, a partir da promulgação da Lei Municipal nº 5.825/2001, que dava conta do Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar, atuando no abrigamento de mulheres e filhos em situação de violência doméstica e com um Centro de Apoio à Família em Situação de Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPCVDIF). O trabalho com homens teve início apenas em 2004, sob a realização da Secretaria de Assistência Social e contando com financiamento do Fundo Municipal de Assistência Social. O fato de ser balizado por uma lei municipal garantiu, como aponta Beiras, que houvesse continuidade ao longo dos anos.

A iniciativa destaca como desafio a participação dos homens e a formação de uma "identidade de grupo" que garanta a efetividade e a continuidade da intervenção através de um "sentimento de pertencimento". Assim, chama a atenção que os homens sejam convidados a participar do grupo por meio de visitas domiciliares, nas quais os profissionais buscam construir laços de confiança com os possíveis participantes. Os grupos são realizados de maneira "semi-dirigida", com dinâmicas e atividades de expressão corporal, por exemplo. Ocorrem quinzenalmente, durante duas horas e meia, no período noturno e são facilitados por quatro profissionais, dois do sexo masculino e dois do sexo feminino. Afirmam ainda pautar a intervenção pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

São Paulo

Em São Paulo, além do trabalho do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, realizado

de 2009 até o presente momento, Beiras menciona outras experiências mais pontuais, como o Programa de Gênero e Cidadania, em Santo André, realizado em 2002 através de parceria entre a Prefeitura do município e o Centro de Educação para a Saúde (CES). Tal iniciativa possuía um caráter particular por centrar-se em oficinas com a Guarda Municipal do município, utilizando metodologia do Grupo Cantera, de Nicarágua,[37] abordando temáticas como discriminação, formação violenta de meninos e violência contra a mulher. Entre as práticas da iniciativa estava a aplicação de um questionário de caráter diagnóstico no primeiro encontro, no qual constavam questões sobre educação, cultura, saúde, cidadania etc. Nos dois anos seguintes, ainda em Santo André, o CES realizou também grupo com homens autores de violência contra a mulher, após autuação pela Lei 9.099/1995. Os grupos totalizavam oito reuniões.

Em 2007 e 2008, desta vez em parceria com o Centro Social Heliodor Hesse, a Prefeitura de Santo André ofereceu grupos com homens de maneira integrada a outra política do município, o Projeto SACA – Santo André Crianças e Adolescentes, que visava dar conta do atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual.

Ainda na Grande São Paulo, desta vez em Diadema, entre os anos de 2006 e 2008, uma ampla parceria entre o Centro Cultural Francisco Solano Trindade, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Região Leste de Diadema, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher "Casa Beth Lobo", a Coop Mútua-Ação (Cooperativa de Trabalho na Área de Psicologia) e a Prefeitura Municipal ofereceu intervenções grupais com homens cujo número de encontros variava.

Entre 2008 e 2009, agora em São Bernardo do Campo, a Prefeitura realizou grupos com homens encaminhados por serviços de atendimento à mulher, assim como oficinas preventivas. Em comum, as cinco experiências tem a figura do psicólogo Flávio Urra como referência envolvida nos trabalhos.

Por fim, São Paulo passou a contar recentemente com um trabalho que não entrou no levantamento de Beiras. Desenvolvido no município de Taboão da Serra, o Programa Tempo de Despertar vem sendo realizado pelo Ministério Público de São Paulo em parceira com a Prefeitura de Taboão da Serra a partir de 2014. O objetivo da iniciativa é trabalhar com homens respondendo por crimes da Lei Maria da Penha, no intuito de combater o machismo e

[37] O Grupo Cantera é reconhecido internacionalmente por seu trabalho com gênero focando homens e campanhas públicas dirigidas aos mesmos. A organização foi criada em 1998 como um centro de comunicação e educação popular, buscando contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica e para a transformação pessoal e local das comunidades na qual atua. Ver: <http://www.canteranicaragua.org/>.

a violência doméstica. São oito encontros no formato de aulas acompanhados por uma equipe multidisciplinar, ao fim dos quais os homens podem ter a pena atenuada. Após o cumprimento, são realizadas visitas domiciliares com a intenção de verificar a ocorrência de novos casos de agressão.[38]

Em um balanço geral das intervenções, grande parte dos grupos tem coordenação mista, isto é, são coordenados por homens e mulheres, como no caso do Instituto Albam. Alguns grupos são coordenados exclusivamente por homens, como no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Uma quantidade minoritária, de acordo com o levantamento de Beiras, é coordenada apenas por mulheres. Na maioria das iniciativas, os grupos têm periodicidade semanal ou quinzenal e duração de duas horas por encontro. Nas reuniões, discutem-se uma diversidade de temas, que são trazidos pelos coordenadores/facilitadores ou mesmo surgem pela demanda dos participantes. Todas as instituições, com exceção do Coletivo Feminista, contaram com verbas governamentais ou outras parcerias.

Além disso, a maior parte das intervenções mapeadas por Beiras tem como público-alvo homens autores de violência contra mulheres e autuados por crimes da Lei Maria da Penha. Guardam particularidades os trabalhos voltados para agentes da Guarda Civil, assim como aqueles desenvolvidos dentro de unidades de privação de liberdade com presos sob a acusação de crimes da Lei Maria da Penha e, de maneira mais ampla, as iniciativas voltadas não apenas ao homem autor de agressões, mas às vítimas e famílias em situação de violência doméstica e familiar. As iniciativas, no caso dos homens autuados, tem participação de caráter obrigatório por ocorrerem sob o encaminhamento do sistema judiciário. O Instituto Noos e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde trabalham também com o que chamam de "busca espontânea", quando homens que não foram denunciados procuram os serviços e participam dos grupos. Estes são realizados, em sua maioria, sob um viés educativo e reflexivo, além de se fazerem valer também de um *know how* oriundo de diferentes correntes da psicologia. Nota-se em algumas das intervenções o relato de "efeitos terapêuticos", embora frequentemente esta ideia seja afastada como um objetivo, na medida em que aproxima a violência de uma doença, impedindo que os homens passem por um processo de responsabilização. Nesse sentido, autores de agressões não devem ser percebidos como doentes, estando a violência situada no plano do social e da cultura.

---

[38] Informações do portal da Prefeitura de Taboão da Serra. Disponível em: <http://www.taboaodaserra.sp.gov.br/noticias/2014/09/01/projeto-visa-ajudar-homens-que-respondem-por-agressao-mulheres>. Acesso em: 19/10/2015.

Beiras aponta ainda que grande parte das intervenções trabalham em rede, efetuando encaminhamentos para outros serviços, de natureza principalmente psicossocial e de tratamento para álcool e drogas. São citados também cursos profissionalizantes, de alfabetização de adultos, programas focados na questão da habitação, entre outros.

Entre as dificuldades que atravessam a realização das intervenções está principalmente a falta de continuidade dos programas por questões de mudança de gestão do poder público e, no caso específico do Coletivo – mas se manifestando de outras formas nas demais iniciativas – estão questões de ordem financeira, em razão da falta de verbas para a realização das intervenções. Outras questões apontadas são a dificuldade de adesão dos homens, que demonstram resistência, "revolta" e preconceitos nas reuniões e também a taxa de evasão. Além disso, as iniciativas apontam a dificuldade de realizar um trabalho mais aprofundado diante do número reduzido de encontros das intervenções. No mais, o Instituto ISER nomeia a falta de empenho do governo em promover uma política pública direcionada aos atendimentos com homens. Parte dos problemas apontados está visivelmente ligada à falta de uma política pública nacional que regularize diretrizes e metodologias, garantindo ainda a continuidade e a manutenção das intervenções por meio de financiamento público.

De maneira geral, as iniciativas distinguem-se grandemente umas das outras, não sendo possível coloca-las em um mesmo plano de análise. Parece-me que em alguns dos casos há grande intercâmbio entre os atores envolvidos na realização das iniciativas, mas isto está mais restrito aos trabalhos desenvolvidos por organizações não governamentais, em que muitas vezes um facilitador conhece o outro. No caso das iniciativas levadas a cabo por órgãos do poder público, o caráter me parece mais localizado, embora em algumas ocasiões tenham sido oferecidas consultorias por atores com experiência acumulada no campo. O que fica evidente, através do levantamento realizado por Beiras, é que se trata de um campo de atuação em plena expansão.

Após esta breve descrição das intervenções mapeadas no Brasil, a seguir foco a experiência do Coletivo Feminista, abordando sua metodologia, o perfil heterogêneo do público com o qual trabalham e, ainda através dos questionários, algumas das temáticas recorrentes e modalidades narrativas que antecipam os grupos reflexivos.

2. Tricotando com os homens: mapeando um campo e personagens

De início, é necessário mencionar que acessei o campo primeiramente através de

reportagens e entrevistas concedidas a grandes jornais, nos quais frequentemente o coordenador Sérgio Barbosa figurava como porta-voz da iniciativa. Na mesma época, analisei o conteúdo do site que a ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde mantém, entrando em contato com sua história e com os trabalhos que realizaram, focados principalmente em saúde da mulher e direitos sexuais e reprodutivos. No site, o trabalho de grupos reflexivos com homens não é mencionado, apenas a participação da equipe no quadro de técnicos que atuam na ONG.

No período em que iniciei minha pesquisa, percebi que o quadro de pessoas atuantes passava por uma reconfiguração, na qual ganhavam espaço obstetrizes do grupo de parteiras La Mare, que passaram também a compor a diretoria da instituição. A proposta da La Mare está centrada na saúde sexual e reprodutiva de mulheres, homens e casais, focando na vivência da gravidez, do parto e do pós-parto, a partir de oficinas e consultas individuais e em grupo. Elas atuam a partir da autonomia e integridade física e emocional das pessoas envolvidas na experiência da gravidez, assim como no planejamento e na assistência ao parto domiciliar.[39] Em um momento no qual a violência obstétrica e a humanização do parto ganham espaço no debate público, a La Mare opera, de certa forma, reatualizando dimensões da atuação do Coletivo Feminista, tal como ele foi concebido na década de 1980. Antes de abrigar grupos reflexivos com homens, a ONG centrou seu trabalho, sobretudo, na saúde da mulher, sob uma perspectiva feminista e humanizada. A partir de 1985, Elisabeth Souza Lobo, Maria José de Oliveira Araújo e Maria Tereza Verardo juntam seus esforços e baseadas em experiências internacionais, passam a oferecer um trabalho de atenção à mulher com base em um modelo de "medicina suave", entre o que descreveram como tratamentos naturais e menos agressivos. Nesse sentido, estimularam as mulheres a conhecerem seus próprios corpos e serem sujeitos na ação de saúde, entendendo e decidindo sobre o cuidado dos mesmos.

Atualmente, o sobrado que abriga o Coletivo oferece principalmente consultas de ginecologia e pré-natal, atendimento psicológico e informações em casos de violência doméstica e sexual. Nesse contexto, grande parte de sua clientela e da movimentação é composta por mulheres, entre médicas, obstetrizes, psicólogas e pacientes. Quando na noite de segunda-feira esse contexto se transforma brevemente é por conta dos grupos reflexivos realizados com homens autores de violência, cujo início no Coletivo se dá em 2011. Trata-se de uma parceria com a Vara Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Paulo (SP). Mensalmente, a juíza e sua equipe encaminham homens tanto ao Coletivo

[39] Ver: <http://parteiraslamare.com/>. Acesso em: 22/10/2015.

quanto ao “Curso de Reeducação familiar” da ACADEPOL (Academia de Polícia do Estado de São Paulo). Não tive acesso ao número preciso de quantos homens foram encaminhados e concluíram suas participações em cada um dos serviços, mas tendo em mente a profusão de presentes nas audiências de encaminhamento no período em que as acompanhei e o fato de que as participações são levadas em conta nos julgamentos, não se trata de uma quantidade que se possa ignorar.

A Vara Central intitula o trabalho e os encaminhamentos como parte do projeto “Dialogando para a paz”, o que descreve como “um olhar, para além do punitivo, aos homens autores de violência de gênero”.[40] No projeto, durante audiência, homens processados judicialmente por crimes da Lei 11.340/2006 são convidados a participar do curso da ACADEPOL ou dos grupos reflexivos do Coletivo Feminista, com a possibilidade de que, na ocasião do julgamento, suas penas sejam “atenuadas”. Tal prática não constitui algo que a lei prevê claramente, podendo ser descrita como pertencente a um espaço de maleabilidade na resolução dos conflitos que as/os juízes conservam a partir de sua própria interpretação a respeito do que diz a letra da lei.

Os homens então são intimados a comparecer a uma audiência, coletiva, muitas vezes não sabendo do que se trata, e lá então uma representante da ACADEPOL e um representante do Coletivo apresentam os trabalhos realizados em cada instituição, a primeira muitas vezes a partir de uma apresentação de Power Point e o segundo expondo o conteúdo do trabalho sem a utilização de ferramentas multimídia. Já nesse momento parece ser criada clara diferenciação entre as duas abordagens. O trabalho da ACADEPOL, embora coordenado por um homem, cujo nome é frequentemente citado no início da apresentação, é representado por uma mulher, psicóloga, que parece estabelecer uma distância vertical para com os homens autuados, não interagindo com os mesmos como se eles fossem reús, mas talvez já condenados. Essa percepção foi apontada por um dos homens presentes em uma das audiências. Enquanto isso, o representante do Coletivo é sempre um homem, tal como são sempre homens os coordenadores e facilitadores das reuniões. A forma como ele apresenta o trabalho carrega certa formalidade, mas seu discurso, às vezes se incluindo entre os homens a partir de colocações como, “nós, homens”, parece acessar de outra forma alguns dos presentes. As iniciativas se distinguem também em relação a aspectos práticos. Uma é, em síntese, um curso composto por seis palestras de quatro horas, uma a cada mês durante seis

[40] Informações de documento do Tribunal de Justiça de São Paulo: <http://www.tjsp.jus.br/Download/Comesp/Campanhas/CompromissoAtitude/DialogandoParaPaz.pdf>. Acesso em: 22/10/2015.

meses, aos sábados no bairro do Butantã, no qual são abordados conteúdos pré-definidos e aparentemente fechados. A outra se dá em um sobrado em Pinheiros, às segundas-feiras, das 18h às 20h, durante 16 encontros, um a cada semana, tendo um conteúdo programático baseado na abordagem de determinados temas, mas realizado muito em função das demandas dos homens presentes, a partir de suas histórias e questões pessoais.

Na audiência, é brevemente esclarecido o caráter facultativo da participação dos homens nos trabalhos oferecidos, sendo que testemunhei algumas ocasiões em que ao final do evento, na fila organizada para a adesão em algum dos projetos, existiram homens que preferiram não participar de nenhuma das possibilidades apresentadas.

Em síntese, a Vara descreve o projeto "Dialogando para a paz" como constituído por três etapas. A primeira etapa é aquela na qual as informações são fornecidas e é realizada a sensibilização dos autuados. A juíza e sua equipe convocam os homens antecipadamente e na data preestabelecida dão início à audiência esclarecendo dúvidas quanto ao encaminhamento dos processos judiciais e em relação aos possíveis benefícios que a participação nas iniciativas oferecidas pode implicar. Em seguida, a Academia de Polícia apresenta o curso de Reeducação Familiar, expondo os objetivos e os módulos a partir dos quais o curso está organizado. De acordo com documento da Vara Central, os objetivos do curso são: a conscientização (por parte dos réus) sobre a responsabilidade pelas agressões praticadas; estimular os participantes ao desenvolvimento de um maior nível de autocontrole; possibilitar que os participantes compreendam a importância de seu papel na família e na sociedade; acompanhar o participante no desenvolvimento de autoconhecimento e autoestima; possibilitar a elaboração de estratégias para entender e gerenciar "situações estressoras" no cotidiano de maneira eficaz; reduzir a incidência de violência familiar. Tais objetivos são buscados em palestras mensais, durante um período de seis meses, totalizando uma carga horária de 24 horas. Em seguida, um representante da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde apresenta a proposta de grupos reflexivos, explicando que o trabalho busca possibilitar a problematização da violência contra mulheres, assim como a construção de masculinidades alternativas e outras formas de resolução para as situações de conflito social e familiar. Os encontros do grupo reflexivo se dão durante cerca de quatro meses, uma vez por semana, totalizando uma carga de 32 horas.

Realizadas as apresentações, a Defensoria Pública atua esclarecendo questões relativas à assistência judiciária e a equipe técnica da Vara passa a chamar os homens convocados, nominalmente, para que optem por alguma das propostas apresentadas ou mesmo por

nenhuma delas, esperando o seguimento do processo. Nesse momento, os homens assinam um termo de compromisso de frequência nos trabalhos propostos. Também podem optar paralelamente pelo encaminhamento a outros serviços, tal como o oferecido pela Coordenadoria de Atenção as Drogas (CDR) junto ao Conselho Municipal de Políticas Públicas e Drogas e Álcool (COMUDA), direcionado a usuários de substâncias alcoólicas e outras drogas. Esta constitui a segunda etapa do projeto e da audiência, descrita como a "tomada de decisão".

A terceira etapa se centra na avaliação dos resultados pela Vara Central, a partir do encaminhamento das relações de homens que concluíram suas participações nas iniciativas levadas a cabo na ACADEPOL e no Coletivo Feminista. Além disso, os antecedentes atualizados dos homens são verificados com a finalidade de identificar reincidências em crimes de violência doméstica e familiar contra mulheres.

Em minha pesquisa, centrei-me apenas nas atividades realizadas pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e acompanhei algumas das audiências de encaminhamento da Vara Central. Considero que o acompanhamento das palestras da ACADEPOL e um contato mais próximo com a Vara teriam sido interessantes, mas não constituíam alternativa viável para a realização da pesquisa no tempo em que ela deveria ocorrer. Dessa maneira, dada a quantidade elevada de dados a respeito dos grupos reflexivos do Coletivo Feminista e considerando que meu objeto de análise estava circunscrito às narrativas dos homens participantes, foquei meus esforços nas gravações das reuniões e nos materiais secundários (produção da equipe técnica sobre a intervenção, notícias e artigos de jornais e questionários de triagem dos denunciados participantes).

Nesse contexto, o histórico da intervenção e a metodologia empregada foram logo observados a partir de notícias de jornal, trabalhos publicados em anais de congressos e da dissertação de Paula Prates, integrante da equipe técnica da intervenção. Posteriormente, realizei entrevistas com base em roteiro semiestruturado com alguns dos integrantes e acessei dimensões da história de cada um e da própria intervenção ao longo dos 18 meses em que realizei trabalho de campo semanalmente convivendo com os mesmos.

Para entender como um trabalho centrado em masculinidades e na questão da violência doméstica e familiar passa a existir dentro do Coletivo, uma organização não governamental historicamente voltada à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, é preciso olhar para as trajetórias da equipe técnica, que, em determinado momento, veio a se encontrar. Como mencionado anteriormente, compõem a equipe os profissionais Paula Licursi

Prates, Sérgio Flávio Barbosa, Leandro Feitosa Andrade e Tales Furtado Mistura, sendo os três últimos coordenadores e facilitadores dos grupos.

Paula Prates, atualmente integrante do quadro da diretoria do Coletivo, é psicóloga e desenvolveu pesquisas de mestrado e doutoramento abordando a temática da violência doméstica. Antes de se tornar membra do Coletivo Feminista, atuou na Fundação Francisca Franco[41] de 1999 a 2008, tendo desempenhado entre outras funções a de coordenadora de casa abrigo para mulheres. Fez também parte da ONG Pró-Mulher, Família e Cidadania, desenvolvendo serviços técnicos especializados durante os anos de 2007 e 2008. Posteriormente, atuou como assistente técnica na Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de São Paulo, entre 2008 e 2009. Sérgio Barbosa, por sua vez, é filósofo e sociólogo e docente das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), instituição privada de ensino superior com unidades em várias localidades de São Paulo (SP). Ao longo de sua carreira profissional, atuou com temáticas relacionadas à sexualidade masculina, violência masculina e masculinidades, tendo se destacado trabalhando com projetos de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis. Antes de dar início aos trabalhos com homens dentro do Coletivo, Sérgio coordenou projetos de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher também nos municípios de Santo André e Diadema, na Grande São Paulo. Sua relação com Leandro Andrade, outro membro da equipe técnica do Coletivo, antecede os trabalhos na ONG. Leandro, assim como Paula, é psicólogo, tendo realizado seu doutoramento abordando o tratamento dado pela mídia à prostituição infanto-juvenil. É docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e também das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Anteriormente, trabalhou como pesquisador de assuntos culturais na Prefeitura de São Paulo e na Fundação Carlos Chagas, desempenhando serviços técnicos especializados e como subgerente de projetos. Tales Mistura, por sua vez, é também psicólogo e o mais jovens entre os membros da equipe técnica. Assim como Paula, Tales tomou os grupos reflexivos do Coletivo como objeto em sua pesquisa de mestrado, defendida em 2015. Antes de compor o quadro do Coletivo Feminista, Tales atuou com atendimento psicológico a mulheres vítimas de violência na Casa Eliane de Grammont.[42]

---

[41] De acordo com a página da instituição, a entidade foi fundada em 1954 para "atender pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoal". Em suma, a instituição está voltada à assistência social e seus projetos têm como público-alvo mulheres em situação de violência e seus filhos e crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e carência. Atua também com capacitação profissionalizante. Ver: <http://www.franciscafranco.org.br/>. Acesso em: 05/11/2015.

[42] Criado em 1990 na cidade de São Paulo, o Centro de Referência à Mulher "Casa Eliane de Grammont" foi o "primeiro serviço municipal do Brasil a oferecer atendimento integral às mulheres em casos de violência doméstica e sexual". Ver:

Tales, assim como os outros integrantes da equipe técnica, foram convidados a realizar um trabalho com homens no Coletivo por intermédio de Paula que já conhecia Sérgio e Leandro desde capacitações oferecidas na época em que ainda trabalhavam em outros serviços.

No período que antecedeu a implementação dos grupos reflexivos na sede do Coletivo, Sérgio realizou grupos de reflexão em Santo André, entre 1998 e 2001. Na época, o trabalho contava com apoio da MacArthur Foundation e da International Women's Health Coalition, alcançando uma população diversa, na qual se encontravam "homens no sistema prisional, em comunidades na periferia e em igrejas" (ANDRADE e BARBOSA, 2008, p. 4). A proposta da intervenção era "discutir o lugar do homem na sociedade, a construção dos papéis de gênero, a violência em geral e contra as mulheres" (ANDRADE e BARBOSA, 2008, p. 5). Nos anos seguintes, Sérgio e Leandro, através da ONG Pró-Mulher, Família e Cidadania e por intermédio de parceria com a Vara da Infância e Juventude, passaram a realizar grupos reflexivos em São Caetano do Sul, desta vez a partir de medida e encaminhamento judicial. Após a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, o trabalho voltou-se a homens autores de violência contra mulheres, a partir de encaminhamento do juiz criminal local, levando-se em consideração que a região não contava com juizado especializado em violência doméstica e familiar. As atividades grupais foram realizadas em locais cedidos por igrejas e ocorreram semanalmente até o final do ano de 2008, quando mudanças políticas fizeram com que o trabalho fosse interrompido. Durante o período em que a ação foi realizada, passaram pelo grupo reflexivo do município de São Caetano do Sul 56 homens, com penas que variaram de quatro a seis meses de frequência na intervenção. Segundo Andrade e Barbosa (2008 apud PRATES e ANDRADE, 2013, p. 5), apenas três casos de abandono da atividade grupal e um caso de reincidência foram registrados durante o período em que atuaram em São Caetano do Sul.

Em 2009, com a instalação da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar da cidade de São Paulo, Sérgio, Leandro e Paula, agora integrantes da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, formularam a proposta do que chamaram de Programa de Responsabilização para Homens Autores de Violência contra a Mulher. Prates e Andrade (2013, p. 6) explicam que, na época, a intenção era que o encaminhando ao grupo se desse a partir da condenação dos homens denunciados por crimes de violência doméstica e familiar contra mulheres, como pena ou parte da pena. No entanto, o formato assumido com a parceria

---

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/politicas_para_as_mulheres/noticias/?p=191334>. Acesso em: 06/11/2015.

entre ONG e Vara foi definido para atuar apenas com réus primários e autores de crimes considerados "leves", excluindo-se tentativa de homicídio, homicídio e estupro. O encaminhamento não se daria após a sentença, mas durante o processo, a partir da suspensão condicional do mesmo.[43] Este recurso deriva da Lei 9.099/1995, com a qual crimes de violência doméstica e familiar eram tratados antes da Lei 11.340/2006. Poderia ser proposto em crimes cuja pena mínima fosse igual ou inferior a um ano. Em tais casos, haveria a possibilidade de que o processo fosse suspenso por um período de dois a quatro anos, se o acusado não estivesse sendo processado ou tivesse sido condenado por outros crimes (Art. 89, Lei 9.099/1995).[44] Com a promulgação da Lei Maria da Penha, a possibilidade de aplicação dos dispositivos da Lei 9.099/1995 em casos de violência doméstica e familiar é afastada. No entanto, o recurso continua a ser utilizado ao menos até 2011, quando é reconhecida sua inconstitucionalidade (PRATES e ANDRADE, 2013, p. 7). Na perspectiva dos coordenadores do grupo reflexivo do Coletivo, a não aplicabilidade da suspensão condicional do processo parece apresentar como consequência uma maior resistência dos participantes frente à intervenção, visto que esses últimos se sentiriam injustiçados pela continuidade do processo.

Nesse contexto, homens são denunciados e mensalmente encaminhados pela Vara de Violência Doméstica e Familiar aos grupos reflexivos do Coletivo Feminista, frequentemente com um amplo espaço de tempo entre denúncia e encaminhamento. A participação é facultativa, mas representa a possibilidade de que os homens tenham suas penas atenuadas em um caso de possível condenação. Assim, eles decidem se frequentam o curso de reeducação da Academia de Polícia do Estado de São Paulo, durante seis meses, uma vez por mês, ou se aderem aos grupos reflexivos do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.

O encaminhamento aos grupos se adequa ao Artigo 45 da Lei Maria da Penha, que altera parte da redação da Lei de Execução Penal (art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), prevendo que os juízes possam determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. Na existência de poucos grupos, tal como demonstra o levantamento de Beiras, é possível deduzir que o Artigo 45 não seja amplamente mobilizado pelos magistrados.

Entre os documentos que orientam a criação da proposta de trabalho do Coletivo também estão as "Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores" (BRASIL/SPM, 2008). Entre as recomendações do referido

---

[43] Também chamada de *sursis processual*.

[44] Ver: Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm>. Acesso em: 07/11/2015.

documento está a de que os grupos devem ser pensados de modo a contribuir para a conscientização dos agressores em relação à violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres. Além disso, devem possibilitar um processo de responsabilização por parte dos homens agressores, utilizando-se de atividades educativas que tenham por fundamento a perspectiva de gênero. Nesse sentido, a intervenção deve colaborar para a desconstrução de estereótipos de gênero, transformando concepções hegemônicas de masculinidade e reconhecendo outras e novas possibilidades (BRASIL/SPM, 2008).

A intervenção do Coletivo Feminista assume que o trabalho proposto tem um caráter pedagógico e responsabilizante e, dessa forma, não constitui um serviço de assistência ou tratamento ao agressor. Segundo Prates e Andrade (2013, p. 7), os grupos tem papel educativo, reflexivo e preventivo e objetivam o questionamento de mentalidades, estereótipos e valores que atuam legitimando a violência. Nesse sentido, definem os grupos reflexivos como

> Um modelo de intervenção grupal que tem por objetivo provocar a desconstrução e a mudança dos padrões naturalizados de gênero, violência de gênero e masculinidade. Nos grupos reflexivos espera-se, por um lado, destacar e descontruir a ideologia patriarcal/machista e, por outro, apresentar e possibilitar a construção, individual e coletiva, de processos de socialização que tem como referência a equidade de gênero e a formação de novas masculinidades. As principais características dos grupos reflexivos são: grupos exclusivos de homens; abertos, com no máximo 15 participantes; onde cada homem participa de, no mínimo, 16 encontros; entre estes homens, dois são referências na organização e coordenação e promotores de formação de vínculos, de mecanismos de identificação e da capacitação dos homens participantes em multiplicadores (ANDRADE, BARBOSA e PRATES, 2010 apud PRATES e ANDRADE, 2013, p. 7-8).

Cabe destacar também a importância que os coordenadores dão ao uso da categoria “homens autores de violência contra mulheres” em oposição a “agressores de mulheres”. Para eles, “autores de violência” seriam réus primários, sem antecedentes criminais, que cometem crimes considerados “leves”. Enquanto isso, o grupo dos “agressores” seria utilizado para caracterizar aqueles com histórico de violência contra outras pessoas para além de suas parceiras e cujos crimes cometidos contra mulheres fossem descritos como de natureza grave, tal como estupro, tentativa de homicídio e homicídio (PRATES e ANDRADE, 2013, p. 5). A distinção é oferecida como que para afastar a possibilidade de que os primeiros sejam cristalizados na figura de um homem essencialmente violento. Em outro momento, os coordenadores tratam a mesma questão explicando que

> Nenhuma pessoa é agressiva 24 horas por dia. Temos que reconhecer que a agressão é desencadeada por diversos estímulos e que, na sua maioria, não determina a identidade de uma pessoa. Logo, a pecha de agressor rotula e estigmatiza. Da mesma maneira, a ideia de vítima, de menor infrator, de aidético deve ser reconsiderada. Há de se pensar que o homem incorreu em um ato agressivo, foi autor de uma agressão,

> mas esses eventos não devem configurar a marca, o rótulo de agressor como identidade, como diria Goffman (1982), como identidade deteriorada. Sendo assim, na proposta de trabalho com homens utiliza-se a expressão homens autores de violência contra a mulher, em lugar de homens agressores. Expressão que orienta facilitadores e participantes na medida em que não determina que esses homens sejam apenas agressores, mas que também são pessoas que vivem em sociedade, trabalham, mantêm relações de amizade, namoram, casam, são pais, filhos etc. A adoção desse termo implica, também, a adoção de uma posição que responsabiliza o autor do ato de violência, fazendo recair sobre este as punições previstas pelas leis brasileiras, acreditando, porém, que este homem pode ser capaz de rever seus comportamentos e assumir um processo de mudança, para o qual necessita de apoio (ANDRADE e BARBOSA, 2008, p.2).

Porém, esse processo de classificação e operação de distinções, em funcionamento para evitar reducionismos e generalizações, acaba por apagar a possibilidade de que mesmo os "homens agressores" acusados por crimes considerados graves sejam também com alguma frequência pessoas que "vivem em sociedade, trabalham, mantêm relações de amizade, namoram, casam, são pais, filhos etc.". Qual seria então a diferença entre as identidades e experiências de homens nunca autuados por crimes da Lei Maria da Penha, homens autuados por crimes "leves" e homens autuados por crimes graves? Não pretendo fornecer uma resposta aqui. Contudo, como foi possível constatar, a nomenclatura "autor de violência" é amplamente utilizada e abraçada em campo, inclusive em outras experiências de intervenção e, por ora, deve ser observada como um dado.

Ainda em relação ao público que as reuniões atendem é necessário apontar os casos em que homens procuram o grupo reflexivo por "busca espontânea", por "vontade própria", "percebendo que algo não vai bem em suas relações", e também sem que tenham sido denunciados por crimes da Lei Maria da Penha, após contato com outros serviços nos quais tenham sido aconselhados a procurar o trabalho do Coletivo. Durante minha pesquisa, acompanhei o caso de um homem encaminhado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Além dessas duas possibilidades, existem também aqueles homens que trazem amigos a reuniões do grupo, considerando que elas sejam também benéficas para eles. Nesse sentido, ouvi o relato de pelo menos dois homens que o fizeram durante sua participação.

Em linhas gerais, do primeiro grupo realizado no Coletivo, analisado por Prates (2013), aos grupos que vem ocorrendo desde então existem algumas diferenças. O primeiro era um grupo fechado, isto é, iniciava e terminava com a mesma composição de homens, sem que outros pudessem entrar durante as reuniões seguintes. Os grupos que ocorrem agora são grupos abertos, em que homens novos aparecem com alguma frequência, dependendo do encaminhamento da Vara de Violência Doméstica e Familiar. Esta característica é vista pelos coordenadores como benéfica, na medida em os homens mais novos entram em contato com

os homens mais experientes no grupo e a resistência que deriva das primeiras reuniões, de um sentimento de injustiça e indignação acaba por entrar em contato com outras perspectivas sobre o grupo, frequentemente mais positivas. Além disso, como diferença entre grupos recentes e anteriores, o primeiro grupo se deu por suspensão condicional do processo, recurso no qual os homens tinham seus processos paralisados mediante a participação nos grupos. Essa possibilidade foi afastada e atualmente o processo continua correndo enquanto eles participam da iniciativa. Contudo, sua participação e a conclusão da mesma é levada em conta ao final do processo, na ocasião do julgamento, e pode desempenhar papel importante na atenuação das penas caso sejam condenados. No final de 2014, a juíza passou a encaminhar os homens ao grupo também após o final do processo, com a participação dos mesmos configurando uma pena alternativa. Como afirma a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria da Administração Penitenciária, as penas alternativas são medidas punitivas de "caráter educativo e socialmente útil", "destinadas a infratores de baixo potencial ofensivo com base no grau de culpabilidade, nos antecedentes, na conduta social e na personalidade, visando, sem rejeitar o caráter ilícito do fato, substituir ou restringir a aplicação da pena de prisão".[45]

Assim, o grupo reflexivo hoje é constituído principalmente por quatro perfis de participantes: homens respondendo processo judicial por crimes da Lei Maria da Penha; homens cumprindo pena alternativa após terem sido condenados por crimes da Lei Maria da Penha; homens sem denúncia por crimes da Lei Maria da Penha, mas encaminhados por outros serviços que identificaram a necessidade de sua participação; e homens que são descritos pelos coordenadores como "busca espontânea", isto é, procuram a intervenção sem que haja a interferência de órgãos judiciais ou outros.

A partir dessa composição, são realizados 16 encontros, semanalmente, todas as segundas-feiras, com no máximo 15 participantes. Os grupos são abertos, mas exclusivos para homens. Nesse sentido, a entrada de mulheres é vetada, em qualquer condição, seja como facilitadora, pesquisadora, jornalista etc. Cada reunião é mediada por dois coordenadores, tendo sido mais recorrente durante o tempo que acompanhei a realização dos grupos a coordenação por dois psicólogos. Os homens participantes costumam frequentar o grupo por no mínimo quatro meses para que sua participação seja levada em conta pela Vara de Violência. Contudo, é possível identificar casos de homens que continuam frequentando os

[45] Informações da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria da Administração Penitenciária do Governo do Estado de São Paulo. Ver: <http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/penas_alternativas.php>. Acesso em: 15/11/2015.

grupos reflexivos mesmo após o término da obrigatoriedade, percebendo que o espaço traria algum benefício para os mesmos. Nesse sentido, um dos homens inclusive menciona que o grupo seria uma "terapia gratuita", o que condiz com a ideia dos coordenadores de que, embora não tenha esse objetivo, o serviço acaba por apresentar efeitos terapêuticos. Porém, o protocolo utilizado no Coletivo é o de que se identificada necessidade de acompanhamento psicossocial individual ou coletivo entre os homens o encaminhado deve ser realizado a outros profissionais e serviços. O mesmo ocorre em casos de identificação de problemas com álcool e outras drogas.

Apesar dos homens que acompanharam os grupos reflexivos por mais de 16 encontros e também daqueles que acabaram por trazer amigos às reuniões, existem também casos de abandono, de homens que desistem de frequentar as reuniões e também daqueles que, embora frequentem, não estabelecem uma periodicidade, acumulando muitas faltas. Um deles me chamava atenção por se fazer presente no Coletivo, aqui e ali, durante os dois anos em que acompanhei mais de perto os trabalhos da ONG.

Examinando a questão do tempo, cabe mencionar também que, segundo os coordenadores, há relativa distância entre a data da denúncia e do registro de boletim de ocorrência e o encaminhamento dos homens à ONG, havendo uma diferença de até dois anos entre denúncia e participação nos grupos reflexivos. No levantamento realizado por Beiras (2014), os coordenadores avaliam que, quando os homens chegam ao grupo, muitas vezes "o 'ápice' do conflito já se esgotou", considerando também que muitos deles se afastaram das companheiras desde a denúncia e o que acaba ocorrendo é que os homens expressam certo "inconformismo" diante da necessidade de participarem de tal intervenção tanto tempo depois. Os coordenadores julgam que o encaminhamento à ONG seria mais adequado se realizado junto às medidas protetivas, por exemplo.

Outra dimensão que aparece na pesquisa de Beiras (2014) e que verifiquei também no decorrer de meu trabalho foi a percepção por parte dos homens participantes do grupo reflexivo de que as mulheres, suas denunciantes, também deveriam ser encaminhadas para um espaço similar. Nesse sentido, os coordenadores apontam através da fala dos homens a questão da violência como fenômeno relacional. Contudo, a narrativa dos participantes parece apontar para o reconhecimento de que um trabalho reflexivo, tal como o oferecido a eles, teria também efeitos positivos entre as mulheres e para as relações que mantêm entre si, mas também carregando em si um tom "revanchista", cujas entrelinhas afirmariam algo como, "elas (também ou principalmente) têm culpa". Segundo os coordenadores,

> A ausência de grupos para elas faz com que mantenham determinadas dinâmicas de comportamento, dificultando um trabalho mais efetivo que considere a complexidade da questão. Segundo relatam "percebem que eles mudaram, mas elas, por falta de "oportunidade", ainda mantêm comportamentos hostis que podem propiciar uma situação de violência" (BEIRAS, 2014, p. 55).

O desejo de criar grupos reflexivos de apoio a mulheres em situação de violência foi expresso por membras da diretoria da ONG em algumas ocasiões, inclusive por verificar uma demanda externa por esse tipo de espaço.

Os questionários de triagem

Antes de entrar nas principais temáticas abordadas durante os grupos reflexivos a partir do que identifiquei durante a pesquisa de campo, pretendo me voltar aos questionários de triagem, preenchidos pelos próprios participantes, pelos coordenadores e em determinado momento por mim mesma em conversa com os homens. Nesse sentido, objetivo apresentar dimensões do perfil socioeconômico e das histórias daqueles que passaram pelos grupos reflexivos, sem, contudo, criar uma base de dados com peso estatístico. A maneira como o conteúdo dos questionários muda ao longo dos anos, a frequência variada com que eles são aplicados e a aplicação por mais de uma pessoa, sem que sejam claros os critérios utilizados, impossibilita um trato coeso dos dados. Dessa forma, recorro a esse material, percebendo que através dele é possível aproximar o/a leitor(a) do campo, não o descartando apesar da dificuldade de trabalhar com os dados presentes no mesmo.

Devo começar pontuando que trabalhei com um universo de 53 homens. Dados de sete homens do primeiro grupo foram incluídos a partir da tese de Prates (2013). O restante foi levantado por meio de questionários de triagem preenchidos durante o período de 2011 a 2014, sendo que em 2014 fui uma das principais aplicadoras de tais questionários. A seguir, apresentarei um panorama baseado principalmente nos dados socioeconômicos do universo desses 53 homens.

Faixa etária

O público dos grupos reflexivos do Coletivo poderia ser descrito como bastante diverso, inclusive no que tange às faixas etárias de seus participantes. Entre eles, um participante possuía 19 anos; dez participantes tinham idades entre 24 e 29 anos; doze participantes apresentavam idades entre 30 e 39 anos; dezenove participantes possuíam idades

entre 40 e 49 anos; sete participantes tinham idades entre 51 e 58 anos; três participantes apresentavam idades entre 61 e 63 anos; um participante possuía 70 anos.

Tabela 2 – Distribuição dos participantes por idade

Grupo etário	Faixa etária	Participantes
Adultos	19 anos	1
	24-29 anos	10
	30-39 anos	12
	40-49 anos	19
	51-58 anos	7
Idosos	61-63 anos	3
	70 anos	1
Total		53

Assim sendo, teríamos representada uma população adulta, com participantes com idades entre 19 e 59 anos (49 participantes), bem como idosos (4 participantes).[46] Contudo, no levantamento, destaca-se a concentração de participação primeiramente na faixa entre 40 e 49 anos (19 participantes) e, em seguida, na faixa entre 30 e 39 anos (12 participantes).

Cor/raça

Outro aspecto abordado pelo questionário seria a cor/raça (por autodeterminação) dos participantes, segundo as categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vinte e três participantes se descreveram como brancos; vinte e três participantes se classificaram como pardos, sendo que um deles utilizou também a palavra "moreno" para se descrever; cinco participantes se descreveram como pretos, sendo que um deles utilizou também a palavra "negro" em sua descrição. Um dos participantes, estrangeiro, descreveu-se como indígena enquanto outro, também estrangeiro, não soube responder.

[46] Não há consenso entre os especialistas em relação aos critérios de agrupamento etário. Sendo assim, na ausência de outras ferramentas, cabe considerar como parâmetro a normativa jurídica fundamentada no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/1990), no Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852/2013) e no Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741/2003). O primeiro determina que criança é a pessoa de até 12 anos de idade incompletos e o adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade. O Estatuto da Juventude considera jovem a pessoa com idade entre 15 e 29 anos. Por fim, o Estatuto do Idoso considera idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

Tabela 3 – Distribuição dos participantes por cor/raça

Cor/raça	Participantes
Branca	23
Parda	23
Preta	5
Indígena	1
Não soube responder	1
Total	53

Naturalidade

Não foram todos os participantes que apresentaram dados sobre seu local de nascimento. Contudo, entre as localidades apresentadas, temos 25 participantes nascidos na capital de São Paulo, bem como quatro participantes com origens em cidades do interior do Estado e da região da Grande São Paulo. Entre as cidades dos participantes paulistas, temos Araçatuba (1), Assis (1), Campos Novos Paulista (1) e Santo André (1). Na amostragem trabalhada, o segundo Estado com maior número de participantes é Bahia, com homens nascidos nos municípios de Caculé (1), Elísio Medrado (1), Ilhéus (1), Mutuípe (1), Senhor do Bonfim (1) e Souto Soares (1). Em seguida, aparece Minas Gerais com participantes de cidades como Conceição da Barra (1), Machacalis (1) e Rio Pardo de Minas (1). E, adiante, Paraná, com participantes de Santa Mariana (1) e Carlópolis (1). Os demais participantes são oriundos de municípios do Nordeste do Brasil, entre os quais se encontram Arneiroz, no Ceará (1), Pesqueira, em Pernambuco (1), e Serraria, na Paraíba (1). A amostra apresenta ainda dois participantes de países da América do Sul, sendo um deles de Santa Cruz na Bolívia, e o outro de Lima no Peru. Segundo os coordenadores, eles não foram os únicos estrangeiros a passarem pelo grupo, mas por ora foco nos participantes cujos questionários me permitem acompanhar.

Residência

Outro elemento abordado pelos questionários era a moradia dos participantes. Não

foram todos que forneceram essa informação, mas a partir dos bairros apontados nos questionários, é possível ver que os participantes se deslocavam de diferentes regiões da cidade de São Paulo, assim como fora de seus limites. Na Região Nordeste da capital, havia um participante da Vila Medeiros; na Região Sul, um participante residia no Jardim Paris (Campo Limpo); na Região Sudeste, oito participantes estavam distribuídos por sete bairros: Belém, Ipiranga, Jardim Clímax, Mooca (2), Sacomã, Vila Prudente e Vila Regente Feijó; na Região Centro-Sul, estiveram representados os bairros de Moema, Saúde, Vila Clementino e Vila Nova Conceição; na região central, uma concentração de dez homens se distribuía por oito bairros: Aclimação (2), Bela Vista (2), Bom Retiro, Cambuci, Cerqueira César, Liberdade, Santa Ifigênia e Vila Buarque; na Região Leste, cinco participantes residiam entre quatro bairros: Cidade Tiradentes, Guaianases, Jardim São Francisco (2) e Jardim Santo André; na Região Oeste, os bairros de Vila Beatriz e Perdizes eram representados por dois participantes.

Além dos residentes na capital paulista, havia outros três participantes cujos endereços pertenciam à Região Metropolitana de São Paulo, localizados nos municípios de Osasco, Santana de Parnaíba (Alphaville) e Taboão da Serra.

Escolaridade

O campo referente à escolaridade foi preenchido em todos os questionários aplicados, exceto por um deles. A partir do material percebemos uma variedade de trajetórias no que diz respeito à educação formal dos participantes. Treze participantes afirmaram não terem concluído o ensino fundamental, sendo que alguns deixaram de frequentar a escola ainda nos primeiros anos do ensino básico; oito participantes concluíram o ensino fundamental; dois participantes interromperam seus estudos durante o ensino médio, não o concluindo; onze participantes concluíram o ensino médio; dois participantes concluíram o ensino médio e também cursos técnicos; cinco participantes interromperam seus estudos já durante o ensino superior, não o concluindo; dez participantes concluíram o ensino superior, sendo que alguns cursaram até mais que uma graduação; um participante compreende como o nível mais alto da sua escolaridade o curso de formação policial.

Tabela 4 – Distribuição dos participantes por escolaridade

Escolaridade	Participantes
Fundamental incompleto	13
Fundamental completo	8
Médio incompleto	2
Médio completo	11
Médio completo + Técnico	2
Superior incompleto	5
Superior completo	10
Curso de formação policial	1
Sem resposta	1
Total	53

Aqueles com passagem pelo ensino superior e técnico citaram entre os cursos que realizaram: administração, análise de sistemas, arquitetura, artes cênicas, direito, educação física, fisioterapia, letras, marketing, tecnologia da informação, técnico em agropecuária, técnico em eletrônica, técnico em enfermagem, técnico em radiologia e formação policial. Entre os demais cursos foram citados: elétrica, computação/informática, administração de empresas (SEBRAE), mecânica, confeitaria e panificação, especialização em direção (de veículos motorizados) e curso de barman.

Ocupação profissional

Assim como em relação aos anos de estudo e à formação educacional, as ocupações e profissões dos participantes eram também bastante diversas. Nos questionários, era possível perceber que uma parcela dos participantes trabalhava em ocupações de alguma forma ligadas a automóveis e/ou transporte. Havia proprietários de oficina mecânica, de lojas de ar-condicionado para automóveis, de comércio e venda de automóveis, de serviços de transporte (coletivo e carreto), motoristas, taxistas, mecânicos, manobristas e ajudantes de caminhão. Também havia profissionais da área de segurança, tal como policial militar, policial civil, vigia municipal e vigilante. Outras ocupações comuns eram a de comerciante e de administrador, havendo também mais de um participante atuando como zelador, pintor e pedreiro. Alguns trabalhavam na área de tecnologia, como analista de sistemas/suporte (TI). Entre outras ocupações indicadas seria possível mencionar: proprietário de confecção,

empresário da área de construção civil, consultor imobiliário, gerente administrativo, auxiliar administrativo, impressor, gráfico, operador de extrusora,[47] ajudante, chapeiro, copeiro, balconista, padeiro/confeiteiro, ator, músico, garçom, socorrista, educador físico, técnico de enfermagem e técnico agropecuário. Uma parcela dos homens atuava em mais de uma ocupação, tal como um ator que era também músico e garçom. Além disso, era possível identificar também homens aposentados, entre os quais havia um pintor aposentado por doença e um aposentado que antes fora investigador da polícia civil. Havia também um motorista afastado por licença médica e um homem que atuava como segurança, mas encontrava-se desempregado na época dos grupos.

Renda mensal

Diante da diversidade dos níveis de formação educacional e das distintas profissões a comporem os grupos reflexivos, é esperado também que a renda mensal dos participantes seja bastante distinta. Sendo assim, a renda mais alta a ser declarada era de 15.000,00 reais e a mais baixa de 500,00 reais mensais. É necessário levar em consideração que os dados das rendas não foram levantados no mesmo ano, e, nesse sentido, apresentam variações acarretadas pela inflação e pela alteração do valor do salário mínimo. Por exemplo, em 2009 o valor nominal do salário mínimo era de 465,00 reais e, após mudanças anuais, chega em 2014 ao valor de 724,00 reais. Também convêm mencionar a presença de participantes que se encontravam desempregos, participantes que viviam de “bicos” e cuja renda não era estável, assim como participantes que eram aposentados e também participantes que eram proprietários de imóveis e que tinham somado às suas rendas o valor de aluguéis.

A dificuldade em manipular os dados sobre renda reside nessa variação de conjunturas, de maneira ampla e individual, mas também na escolha por tratar os dados dos participantes em separado para assegurar o anonimato dos mesmos. Contudo, creio que seja válido incluir algumas impressões aqui, não para estabelecer um consenso quanto ao perfil dos participantes, mas para mostrar como eles são diversos. Olhando para meus dados, percebi: oito homens com rendas entre 500,00 e 1.000,00 reais; dezoito homens com rendas entre 1.100,00 e 2.000,00 reais; onze homens com rendas entre 2.400 e 3.000,00; oito homens com rendas entre 4.000,00 e 5.000,00 reais; três homens com rendas entre 6.000,00 e 8.000,00; três homens com rendas entre 10.000,00 e 15.000,00 reais. Nesse contexto, devo

[47] Máquina utilizada na indústria de plástico para a fabricação de determinados produtos.

mencionar que ao menos um homem preferiu não incluir uma resposta a essa questão.

Tabela 5 – Distribuição dos participantes por faixa de renda mensal

Faixa de renda mensal	Participantes
R$ 500,00 – 1.000,00	8
R$ 1.100,00 – 2.000,00	18
R$ 2.400,00 – 3.000,00	11
R$ 4.000,00 – 5.000,00	8
R$ 6.000,00 – 8.000,00	3
R$ 10.000,00 – 15.000,00	3

A reflexão sobre a renda dos participantes deve ainda levar em conta a quantidade de filhos que possuem e a contribuição das companheiras ou ex-companheiras ou de outros membros da família na manutenção financeira dos lares.

Filhas/os

A grande maioria dos participantes do universo analisado possuía um ou mais filhos, com a exceção de quatro homens. O restante tinha entre um e dez filhos, com alguns casos específicos. Um participante tinha sete filhos, mas vivia com apenas um; um homem mencionava um filho e dois enteados; um terceiro participante citava quatro filhos e, ainda, seis outros possíveis "sem teste de DNA". Nesse contexto, quatro homens não possuíam filhos; quatorze homens eram pais de apenas um filho; dezessete homens possuíam dois filhos; oito homens tinham três filhos; dois homens possuíam quatro filhos; dois homens tinham cinco filhos; três homens tinham seis filhos; dois homens possuíam sete filhos; e um homem tinha quatro filhos e outros seis possíveis sem confirmação. Dessa forma, havia uma concentração de homens com entre um e dois filhos.

Doenças

Alguns elementos do questionário focalizavam doenças de maneira geral e doenças sexualmente transmissíveis. Nesse momento, dois homens mencionaram problemas com

drogas, medicação para controle do uso das mesmas e a condição de "ex-usuário de drogas". Também nesse item, dois homens mencionaram problemas com depressão, o que parece ser uma questão a qual os coordenadores estão atentos no grupo.

Trinta e oito homens afirmaram nunca terem tido doenças sexualmente transmissíveis, sendo que alguns disseram não saber ou não se lembrar. Aqueles que responderam afirmativamente citaram gonorreia, "crista de galo"[48] e uretrite. Nesse ponto, cabe observar que os questionários também incluíam questões sobre o uso de preservativos durante as relações sexuais, às quais os homens respondiam de acordo com a confiança depositada nas parceiras e também levando em conta o fato de serem casados ou não. Quando o relacionamento era longo, muitos homens afirmavam não utilizar e reagiam à pergunta como se ela fosse estranha; alguns discorriam sobre confiar ou não nas mulheres com as quais mantinham relações sexuais; outros afirmavam, com veemência, "sempre".

Consumo de álcool e outras drogas

Algumas perguntas do questionário diziam respeito ao consumo de álcool e à utilização de outras drogas. Estavam presentes para ajudar os coordenadores a conhecerem melhor os contextos e hábitos dos homens participantes e também para identificar a necessidade de encaminhamento ou não para serviços de tratamento de dependência química e grupos de apoio.

Quatorze homens disseram que não/nunca bebem; alguns mencionaram que bebiam, mas pararam. Outros bebiam apenas socialmente, em festas e churrascos. Além deles, uma minoria afirmou beber moderadamente, mas diariamente. Cerveja, whisky, cachaça, vinho e conhaque foram os itens mais citados entre as bebidas alcoólicas consumidas. Entre aqueles cujo consumo de álcool era mais frequente, as quantidades e frequências mencionadas foram: "pouco"; "só socialmente"; uma cerveja por dia; dois litros de cerveja por dia; duas a três cervejas por semana; duas doses de whisky por semana; uma vez por semana; duas vezes por semana; apenas nos fins de semana. Um dos participantes afirmou beber cachaça (em casa), mas não frequentar bares; outro participante ia ao bar cerca de três vezes por semana; por fim, um dos participantes disse que ia ao bar mais de uma vez por dia, revelando costumes variados.

Em relação a outras drogas, oito participantes não responderam e quinze participantes

[48]"Crista de galo", uma expressão desconhecida para mim antes da pesquisa, é um termo popular utilizado para se falar da doença causada pelo vírus do papiloma humano (HPV). Outro termo utilizado é "verruga genital".

afirmaram não usar nenhuma droga. Aqueles que consumiram ou consumiam durante o período do grupo reflexivo mencionaram entre as drogas mais utilizadas: cigarro, maconha, cocaína e crack, sendo que cigarro e maconha eram as mais citadas. Porém, é necessário pontuar que durante o período que acompanhei o grupo a questão das drogas não se apresentou como algo central. O cigarro, pouco percebido como "droga", era utilizado em períodos de sociabilidade, havendo momentos em que homens eram vistos do lado de fora da ONG fumando. Quanto ao caso em que o uso de drogas era trabalhado como questão importante na vida do participante, o problema se dava com o uso de cocaína, sendo que o participante utilizava medicação para controle. Todavia, é necessário salientar que o episódio que o levou ao grupo reflexivo do Coletivo não tinha relação aparente com a cocaína e com um comportamento agressivo desencadeado pelo uso da mesma.

Religião

Trinta e três participantes se descreveram como católicos, muitos dos quais "não praticantes"; dez participantes eram evangélicos; um participante era muçulmano; um participante seguia o budismo tibetano; um participante era espírita kardecista. Apenas dois participantes não seguiam nenhuma religião. Os demais ofereceram respostas que apontavam crenças desconectadas de instituições específicas embora ligadas ao cristianismo. Entre tais respostas, cito: "fé em Deus"; "cristão"; "acredito no Evangelho de Jesus Cristo"; "acredito em Deus, tenho fé em Deus"; "acredito muito em Deus, mas não sou religioso".

Problemas com o sistema de justiça

O questionário também reservava uma parte à descrição de "problemas com a justiça", na qual os homens respondiam questões sobre a existência de problemas, detenção/prisão por conta de tais problemas, assim como suas causas. Alguns homens citaram apenas as ocorrências que os levaram até os grupos reflexivos no caso a denúncia de violência doméstica e familiar contra mulheres. Outros foram processados, detidos e presos por crimes de outras naturezas.

Dos 53 homens que compunham o universo dos questionários, 18 afirmaram terem tido problemas com a justiça. Os 35 restantes disseram nunca terem tido problemas com a justiça, exceto por aqueles sobre os quais pesavam denúncias de crimes da Lei Maria da

Penha. Dos 18 homens, 12 foram presos ou detidos por períodos que variaram entre cerca de horas e 8 anos.

Tabela 6 – Distribuição dos participantes quanto à existência de problemas com a justiça

Problemas com a justiça		**Participantes**
Sim	Detidos/presos	12
	Responderam em liberdade	6
Não		35
Total		53

Elenco a seguir os períodos e motivações das prisões e denúncias. Um participante ficou preso por três meses e meio por crime de violência contra a mulher; um participante ficou preso em regime fechado durante seis anos por assalto e cumpriu mais dois anos em "colônia"[49]; um participante (policial militar) esteve preso por quatro meses por disparo de arma; um participante pagou o valor da fiança e foi liberado depois de algumas horas, após ter sido detido por porte ilegal de arma; um participante que frequentou o grupo reflexivo em 2012 esteve internado na "FEBEM"[50] em 2003, por furto; um participante esteve preso, sem especificar o período, por receptação (Artigo 180 do Código Penal); um participou ficou detido durante uma semana por um motivo "bobo", o qual não especificou; um participante ficou preso por dois meses por porte ilegal de arma; um participante ficou preso por um ano por ter comprado um carro roubado; um participante ficou detido por 12 dias por agressão física e ameaça contra a companheira; um participante ficou detido por oito horas por suspeita de homicídio e afirmou ter sido torturado na delegacia; um participante esteve detido por 12 horas por ter infringido medida protetiva, afirmando que soube da medida protetiva apenas depois de já tê-la infringido; um participante ficou preso durante um ano e um mês por tentativa de homicídio. Este último merece alguma atenção, principalmente porque não o acompanhei apenas através do questionário, mas pude conversar com ele e com os coordenadores a seu respeito, tornando possível juntar algumas das peças do quebra-cabeça de sua vida.

[49] Referência à colônia agrícola, industrial ou similar, instituição destinada ao cumprimento de pena em regime-semiaberto.
[50] Em 2006, a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM) é substituída pela Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa) na execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de atos infracionais.

Além de ter sido preso por tentativa de homicídio, durante uma briga de bar em dia de partida de futebol, na qual atirou contra um primo duas vezes, o participante também assassinou um homem em um assalto. Foi inocentado depois de algum tempo por ter sido comprovado que se tratava de "legítima defesa". Ele possuía porte de arma e costumava andar armado "por segurança". Sua trajetória se torna ainda mais complexa quando ele relata que no episódio em que foi denunciado por sua ex-companheira ele também fez uso da arma, atirando contra uma porta duas vezes, sabendo que a companheira estava atrás dela. Como é possível deduzir, o ocorrido constitui tentativa de assassinato. Apesar disso, o homem foi encaminhado para o Coletivo, sem que os coordenadores entendam como, já que o caso constitui uma das exceções para a participação no grupo. A hipótese é que ele tenha sido denunciado anteriormente por outra agressão. O participante também afirmou durante uma conversa nossa que havia "aprendido" e não que andava mais armado.

No grupo, sem que o homem tenha preenchido um questionário, houve ainda um participante que cumpriu pena por assassinato em um episódio em que dois homens mexeram com sua companheira, ele os enfrentou, eles sacaram armas brancas e ele a própria arma. Um dos homens foi baleado e ele preso. Já livre, o homem foi denunciado após terem presenciado uma discussão com a ex-companheira no lado de fora do serviço dela. Na ocasião ele também se desentendeu com o segurança do trabalho da ex-companheira.

Sobre as denunciantes

A parte final do questionário abordava especificamente dados sobre as denunciantes e o motivo das denúncias e desentendimentos. Em 26 dos 53 casos do universo dos questionários, as denunciantes foram ex-companheiras ("ex-mulher", "ex-esposa", "ex-amásia"), sendo que aparentemente, na maior parte dos casos, os homens não haviam contraído casamento civil, mas viveram por tempo considerável com as companheiras. Em três casos, as denunciantes foram ex-namoradas. Também houve participantes que se separaram no processo do próprio grupo reflexivo. Alguns não mantinham mais relações afetivo-sexuais com suas companheiras, mas viviam na mesma casa. Em 12 casos, companheiras atuais ("esposa", "mulher") apareceram como denunciantes. Em um caso a namorada foi a denunciante e, em outro, uma mulher com a qual o participante apenas "ficou", não reconhecendo nenhum laço de proximidade maior entre os dois. Outros dois casos tiveram como denunciantes enteadas, sendo que em um deles fica claro que a enteada

era menor de idade. Houve ainda dois casos em os participantes não foram denunciados e apareceram no grupo reflexivo como “busca espontânea”. Contudo, nesses casos os problemas existentes se davam também no interior de relações de conjugalidade. Nos demais, os participantes não deixaram claro as relações estabelecidas com as denunciantes.

As idades das denunciantes variam entre 16 e 63 anos. O tempo de convivência varia entre três meses e 46 anos, havendo casos em que essa questão não foi respondida. Entre as ocupações, os homens citaram: desempregada; dona de casa; pensionista; estudante; empregada doméstica; manicure; operadora de telecomunicação; funcionária de “bingo”; servente escolar; ajudante de cozinha em creche; auxiliar de creche; costureira; balconista; vendedora em farmácia; cozinheira; auxiliar gráfica; auxiliar de escritório; secretária; professora em curso de estética/cabeleireira; auxiliar de serviços gerais em laboratório; enfermeira; comerciante; corretora de imóveis; administradora de obras; e publicitária. Um dos homens fez questão de frisar, de maneira acusatória, que a mulher vivia da pensão que ele pagava e outros três homens pelos filhos que a mulher teve com eles. Das ocupações listadas, dona de casa, empregada doméstica e balconista foram as mais mencionadas pelos homens. Assim como no caso dos homens denunciados, é possível ver entre as denunciantes a expressividade de profissões e ocupações que reproduzem certas divisões baseadas no gênero. Dessa forma, homens desempenham com maior frequência ocupações “viris” e “masculinas” enquanto mulheres atuam com trabalhos “de cuidado” e tidos como “femininos”.

Denúncias e desentendimentos

A forma como os participantes descreveram as situações e os motivos pelos quais foram denunciados por crimes de violência doméstica e familiar variaram bastante. Alguns utilizaram termos da lei enquanto outros caminharam para explicações mais genéricas ou, na direção contrária, literais, tal como “por ter batido nela”. É preciso notar que alguns homens preferiram não responder e outros procuraram o grupo por “busca espontânea”, ou seja, nesses casos não houve denúncia. Porém, isto não impediu que participantes por busca espontânea citassem “agressão física” como um elemento das suas vivências no âmbito doméstico/familiar/conjugal.

Visto que as respostas tiveram padrões variados, busquei agrupá-las de modo que ficassem claras certas preponderâncias em termos de conteúdo. Nesse sentido, 13 homens afirmaram terem sido denunciados por “ameaça” e dois homens deram respostas

aproximadas: “(ela) me acusou de persegui-la e ameaça-la”, “rixa, (ela) forjou a ameaça”; seis homens citaram “lesão corporal”, dois homens citaram “violência física” e um homem citou “agressão física”. Ainda em relação à violência física, cinco homens apresentaram respostas aproximadas: “lesão corporal leve”, “Lei Maria da Penha, artigo 129”[51], “agressão”, “por ter batido nela”; três homens disseram terem sido denunciados por “injúria” e três ofereceram respostas aproximadas: “agredi com palavrões, ela revidou”, “começou com uma discussão...”, “discussões”; dois homens disseram, de maneira genérica, terem sido denunciados por violência doméstica e um, ainda, sucintamente afirmou ter sido denunciado por “violência”; dois homens foram processados ainda por terem infringido medida protetiva; um homem foi processado também por “coação no curso do processo”;[52] um homem foi processado por desacato à autoridade (ao ser questionado por policiais em sua casa); um homem afirmou ter escrito carta de conteúdo obsceno à enteada e ter sido denunciado por isso; um dos homens não especificou exatamente o que ocorreu, mas disse que durante uma briga com sua companheira, no início da madrugada, ele jogou as tortas que ela havia feito fora; um homem afirmou que a denúncia teria sido uma “armação” da companheira, discurso que se repete na fala de outros homens; por fim, um homem, já citado em tópicos anteriores, afirmou ter sido denunciado por tentativa de homicídio. Não fica claro como e porquê o caso dele, dada sua gravidade, foi encaminhado ao grupo do Coletivo.

Quanto ao que costumava desencadear os desentendimentos entre os participantes e as denunciantes, as principais motivações que identifiquei, não só nos questionários, mas nas falas durante as reuniões do grupo reflexivo e em interações diretas foram: ciúmes e traição, questões financeiras e problemas relacionados aos filhos. Nesse contexto, ciúmes ganhou destaque nas falas dos homens, em situações em que, de um lado, eles se colocavam como quem sentia ciúmes e, de outro lado, em casos em que as parceiras eram retratadas como ciumentas.

Um dos homens afirmou que a mulher sentia ciúmes principalmente em relação às clientes que ele costumava atender. Outro participante narrou um episódio no qual, após ter traído a esposa e ela tendo descoberto, eles tiveram uma briga na qual a esposa, grávida,

[51] O Artigo 129 pertence ao Decreto-Lei nº 2.848/1940 e diz respeito a lesões corporais. O texto da Lei Maria da Penha prevê que “se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade”, a pena prevista será de “detenção, de 3 (três) meses a 3 (três anos)”. Ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art129%C2%A79.>. Acesso em: 29/11/2015.

[52] Prevista no Artigo 344 do Decreto-Lei nº 2.848/1940, a coação no curso do processo é descrita como o uso “de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral”. Trata-se de um crime contra a administração da Justiça.

começou a agredi-lo fisicamente, e ele então a segurou pelos braços, o que deixou hematomas identificados no exame de corpo de delito. Outros episódios pela mesma motivação foram narrados pelo mesmo homem, envolvendo discussão e violência física. Durante nossa conversa, quando me contava sua história, o participante afirmou a certa altura, "eu não sou nenhum santo, mas ela também não".

Alguns homens mencionaram casos de "adultério" em que foram as parceiras que os traíram com outros homens. Nesse sentido, um deles explicava, "ela me traía, me agrediu e *armou* com o amante para que eu a agredisse". Outros mencionaram ainda apenas a suspeita de traição. Apenas um homem citou ciúmes atrelados ao consumo de álcool como determinantes nos desentendimentos.

O consumo de bebidas alcoólicas aparece em alguns casos, mas não de maneira majoritária. Um dos participantes afirmou que a mulher implicava com o fato de que ele saísse com amigos e, às vezes, já tendo consumido algum tipo de bebida, eles acabavam por se desentender. Em algumas situações, os homens afirmaram que tanto eles quanto suas mulheres haviam consumido bebidas alcoólicas antes dos desentendimentos.

Além de ciúmes, muitos homens citaram questões financeiras como principal desencadeador das desavenças com as companheiras e ex-companheiras. Nesse sentido, citaram empréstimos contraídos, problemas e falta de concordância na partilha de bens e pensão alimentícia de filhos como componentes de situações conflituosas.

Porém, o que chama a atenção foi o papel desempenhado por questões relacionadas aos filhos dos casais nas discussões e agressões praticadas. Algumas dessas questões possuíam intrínseca relação com o que se espera da mulher, isto é, seu papel social dentro da família. Nesse sentido, apontavam como motivação para os conflitos o fato de as mulheres terem "saído e deixado a criança sem comida" ou "o descuido (dela) com nosso filho e com a casa" ou "cuidados com a criança, eu cuido mais". Na mesma linha, "educação dos/as filhos/as" apareceu como motivação em dois casos aparentemente bem distintos. No mais recente, um homem de cerca de 40 anos com filhas menores de idade discordava da mãe em questões relacionadas à educação das filhas; no outro caso, tratava-se de um idoso, com filhos chegando aos 40 anos, voltando a morar com os pais após se separarem de suas mulheres e lidando com problemas relacionados à depressão. Aparentemente, a culpa pelo "insucesso" no casamento dos filhos residia na educação que a mãe, também idosa, havia lhes ofertado.

Problemáticas relacionadas à guarda e visitação dos filhos também foram largamente mencionadas por alguns dos homens, alguns inclusive citando "alienação parental" como

principal motivo das brigas. Afirmações como “ela não levou nossa filha para me visitar”, “ela não me deixava visitar as crianças” e “ela teve depressão,[53] nós nos separamos e começamos uma briga pela guarda da nossa filha e porque ela não me deixava ver a criança” foram algumas das respostas dos homens à questão da motivação dos desentendimentos.

Em casos em que o motivo da denúncia não adveio de um problema com a companheira, mas por outras componentes da família, havia um padrasto, estrangeiro, que havia agredido a enteada, maior de idade, porque “ela no llego a casa”, provavelmente não tendo respeitado os horários determinados pelo mesmo. A enteada, não aceitando a agressão, o denunciou por violência doméstica e familiar. Além dele, outro padrasto havia sido denunciado por ter escrito uma “carta obscena” à enteada, da qual não cita a idade, nem explica como e porquê foi direcionado ao Coletivo, já que carta obscena e denúncias por assédio sexual não são objeto direto da intervenção.

Segundo alguns dos participantes, o fim de relacionamentos também foi motivo para desentendimentos. Nesse sentido, um deles disse que o que iniciou os conflitos foram “as desculpas dela para acabar a relação”. Também houve casos em que os participantes narraram que as ex-companheiras não aceitaram o final do relacionamento. O início de novos relacionamentos com outros companheiros e companheiras também é uma motivação bastante mencionada pelos participantes. Alguns participantes mencionaram serem “perseguidos” pelas ex-companheiras.

No mais, algumas palavras foram usadas pelos homens com certa recorrência para descrever as causas dos desentendimentos. Eram elas: desrespeito, desconfiança, insegurança e humilhação. Alguns também afirmaram fazer parte de suas rotinas conjugais “xingamentos” e “agressões mútuas”. Um dos homens, aparentando refletir bastante sobre o assunto, disse que os desentendimentos derivavam do fato de que ele não conseguia compreender as expectativas de sua companheira.

Entre as histórias narradas, através dos questionários e durante a aplicação dos mesmos, algumas questões e modelos explicativos foram bastante recorrentes. Destaco a expressividade com que “ameaça” foi citada como um dos componentes das denúncias contra os homens e muitas vezes com reservas, acompanhadas de afirmações tal como, “para ela (a companheira ou ex-companheira), tudo é ameaça”. O que fica expresso pelos questionários e pelas interações ao longo da aplicação dos mesmos é que as situações por conta das quais as denúncias foram feitas raramente constituíam episódios isolados. Tratavam-se principalmente

[53] Companheiras deprimidas não pareciam ser uma raridade durante as narrativas dos homens. Da mesma forma, não era raro vê-los com dificuldades em lidar com a doença quando ela os acometia também.

de relações nas quais os desentendimentos e conflitos pareciam compor a rotina dos participantes mesmo antes dos episódios pelo quais foram denunciados. Nas histórias narradas, é manifesta a existência de expectativas relacionadas ao que se espera das companheiras e ex-companheiras, da família e das relações conjugais. Os conflitos e seus motivos revelam questões em torno de ideais de feminilidade – relacionados e constituídos no imaginário a partir da maternidade e do cuidado com casa, marido e filhos –, bem como nos informam também sobre as masculinidades praticadas e valorizadas pelos participantes.

Ciúmes e traição também como desencadeadores de conflitos demonstram, por sua vez, uma variedade de situações em que o desejo sexual masculino é retratado como força que não se pode refrear, fazendo parte da natureza do homem. Questiono alguns homens sobre essa questão e em resposta um deles me diz que gosta muito de mulher, de sexo, mas não sabe direito explicar o porquê. “Sou assim, sempre fui, já tive muitas namoradas”, ele explica. No restante de sua narrativa, o homem, que já conta mais de 60 anos, articula sua história a namoradas com se relacionou, casos e brigas por questões de infidelidade, enquanto também vai mostrando, no álbum do celular e em sua carteira, fotos da atual namorada, uma jovem bonita, e de filhos que teve ao longo de alguns relacionamentos.

Contudo, migrando das páginas dos questionários às interações durante a aplicação dos mesmos e já aos áudios dos grupos, o que foi assumindo maior destaque entre as falas dos momentos foi a forma como eles se apresentavam a todo o momento não a partir do lugar do agressor, mas de um lugar outro, o de agredido – pelas companheiras e ex-companheiras, por operadores do judiciário, pela polícia e, em última análise, pela própria Lei Maria da Penha. Os participantes frequentemente falavam a partir do lugar da parte em desvantagem, prejudicada e não ouvida. Nesse sentido, muitos não compreendiam porque uma lei como a Lei Maria da Penha existia privilegiando as mulheres enquanto não havia algo similar para os homens. Além disso, no próprio questionário um dos participantes verbalizou aquilo que também aparecia na reunião: a compreensão de que não apenas eles, mas suas companheiras também deveriam participar de um grupo reflexivo para conversar sobre as questões que eles também conversavam no grupo. Alguns entendiam que isso poderia acarretar ganho nos relacionamentos e para as companheiras e outros pensavam, em outro sentido, que as companheiras mereciam tanto quanto ou mais que eles dar-se conta dos vícios de conduta e das agressões praticadas também contra os parceiros.

Se, no presente capítulo, busquei explorar melhor o campo das intervenções com homens no Brasil, assim como o recorte específico e a clientela do grupo reflexivo oferecido

pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, o capítulo seguinte pretende dar conta daquilo que os questionários apenas antecipam: a vocalização de um sentimento de “injustiça” por parte dos homens frente às situações vividas.

CAPÍTULO III:
COLOCANDO OS PINGOS NOS "IS"

Não foram poucas as vezes em que me queixei da dificuldade de trabalhar com um material de natureza fragmentária e diversa ao longo desta pesquisa. Percebi, gradualmente, que o problema se apresentava em larga medida também na pesquisa de várias/os colegas lidando com seus próprios recortes etnográficos. A questão que se coloca é que não estamos lidando com realidades fixas e imutáveis, mas com relações, sentidos, sujeitos e cenários cambiantes e em constante movimento. Até aí, nada de novo. Sabemos que existe uma distância e certos limites entre a coisa vivida e o que a linguagem e análise antropológica nos permitem descrever e examinar. Contudo, não se trata de apagar qualquer possibilidade de compreensão a respeito de determinado contexto de pesquisa, mas, ao contrário, mostrar especificamente de onde se olha e como se olha – ou, frequentemente, de onde se escuta e como se escuta –, sabendo que em qualquer situação a imagem ou o som que obtemos terá intrínseca relação com nossa posição no campo e com os instrumentos disponíveis para a captação da imagem e do som. Nesse sentido, é de significativa importância descrever tanto o que se analisa quanto como se analisa.

Dessa forma, até aqui explorei meu lugar em campo e os materiais através dos quais a pesquisa pode ser elaborada, centrando principalmente nos chamados questionários de triagem e em algumas observações de campo, realizadas a partir das audiências de encaminhamento no Fórum Criminal da Barra Funda, nos produtos da equipe técnica dos grupos reflexivos e na aplicação dos próprios questionários com alguns homens em 2014. No que se segue pretendo explorar mais o material acessado através das gravações dos grupos reflexivos pelos coordenadores e em breves interações e observações ao longo do campo entre os anos de 2013 e 2014.

1. *Feminist consciousness-raising groups*, masculinismo e grupos reflexivos

Com o passar do tempo, ao longo de meu trabalho de campo na sede da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, fui desenvolvendo certas percepções sobre o lugar. O número 44 da estreita rua Bartolomeu Zunega, em Pinheiros, guarda um amplo sobrado no qual diferentes atividades foram realizadas ao longo dos anos. Da última vez que visitei a casa, no final de 2015, sua fachada apresentava tons de amarelo e cinza, repaginação de uma reforma

recente empreendida pela nova diretoria. Na esquina, o mesmo bar permanecia agrupando principalmente homens. À noite, o endereço, bastante próximo da estação de metrô Faria Lima, apresentava um ar especialmente ermo que me deixava um pouco apreensiva ao deixar a casa durante as noites de segunda-feira em que realizava trabalho de campo.

As noites de segunda-feira se apresentavam para mim como um breve período de ressignificação do espaço de uma das salas do Coletivo, que hoje não mais dá espaço aos grupos reflexivos, mas a oficinas com gestantes e aulas de yoga. Com essa nova disposição do espaço, o grupo tem sido realizado, quando o clima se apresenta quente, na parte externa da casa, ou, em períodos mais amenos, em uma sala anexa que também tem outras funções ao longo da semana, dando lugar inclusive a cursos de línguas a partir da locação de um professor.

O que costumava me chamar atenção, visitando a casa em outros dias e horários que não as noites de segunda-feira, era que majoritária parte das pessoas que visitavam a casa, tendo em vista os serviços oferecidos, eram mulheres. Da mesma forma, com a exceção dos três coordenadores/facilitadores dos grupos reflexivos, a equipe de trabalho da ONG era essencialmente composta de mulheres, entre médicas, psicólogas, parteiras, entre outras profissionais que atuavam para o devido funcionamento da entidade. Assim, o grupo reflexivo que acontecia todas as segundas-feiras, das 18h às 20h, notadamente dava à circulação da casa um caráter distinto dos demais dias da semana. Provavelmente receosos e incertos com a ideia de sua participação nos grupos reflexivos, significativa parte dos homens permanecia na frente da casa, esperando o convite de um dos coordenadores para adentrar pelas dependências da ONGs. Outros, menos cerimoniosos, pediam licença para utilizar o banheiro, tomar água ou aguardar na recepção até o início do grupo.

Quando as 18h se aproximavam os coordenadores costumavam já ter disposto diversas cadeiras formando um círculo na ampla sala que dava lugar aos grupos. Os homens iam aos poucos se acomodando e o gravador era posicionado no centro da sala. A cada reunião, uma lista de presença era preparada para que a frequência fosse contabilizada e encaminhada à Vara. Os coordenadores costumavam se revezar entre a coordenação da reunião e o que chamavam de “apoio”. No tempo que acompanhei suas atividades, a maior parte dos encontros foi realizada sob a coordenação de Leandro e Tales, ambos psicólogos, sendo que Leandro, mais velho e experiente, costumava ser responsável com maior frequência por levar as reuniões. Além deles, em alguns momentos o grupo contou com a participação de jornalistas, pesquisadores e estagiários, todos sempre homens.

Como já mencionado, diversas vezes a questão da participação unicamente de homens foi frisada pela coordenação dos grupos como uma característica importante da metodologia utilizada pelo trabalho oferecido no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Mais tarde, essa dimensão passaria a ser questionada por integrantes da ONG, para as quais a participação de mulheres em situações pontuais e com objetivos específicos poderia contribuir para a realização do trabalho e, além disso, faria "mais sentido", tendo em vista a posição da ONG de abertura para homens em sua composição e para um trabalho com homens autores de agressões contra mulheres. No entanto, até o término de minha pesquisa o questionamento mantinha-se ainda no plano da discussão, não tendo desdobramentos e efeitos sobre a realização do grupo. Com isso, as reuniões mantinham-se com a participação apenas de homens, entre coordenadores, participantes encaminhados pela Vara Criminal e pesquisadores. A escolha por tal metodologia era justificada pelos coordenadores a partir da posição de que um espaço de troca apenas entre homens possibilizava uma acolhida adequada e a abertura necessária para que os homens se sentissem a vontade para tratar de suas questões, reduzindo a resistência já existente por conta do encaminhamento judicial.

A participação exclusiva de homens nos grupos de reflexão, para além da própria escolha metodológica da equipe, permite paralelos com duas abordagens distintas e que não foram citadas pelos coordenadores entre as inspirações para o trabalho com grupos reflexivos. Primeiramente, após tomar contato com meu material etnográfico, a professora Bibia Gregori enxergou no formato dos grupos reflexivos semelhanças com os chamados "grupos de consciência"[54] de inspiração feminista praticados durante a segunda onda do feminismo nos Estados Unidos. Tratava-se de uma importante ferramenta de organização para o movimento feminista da época, bem como de um espaço exclusivamente de mulheres, cujo objetivo era ampliar a consciência a partir de uma agenda feminista que conjugava tanto temas de ordem mais ampla quanto problemáticas do cotidiano das mulheres, buscando refletir sobre a forma como as mesmas eram sistematicamente oprimidas. Para a escritora feminista Kathie Sarachild,[55] "a experiência pessoal de uma mulher individual poderia ser instrutiva para muitas mulheres",[56] tornando o espaço dos grupos de consciência uma importante arma para o feminismo. Os CR groups, como também eram chamados, eram realizados a partir de tópicos relacionados à experiência das mulheres, tais como casamento, namoro, dependência

[54] Em inglês, "feminist consciousness-raising groups".
[55] Sarachild é autora do documento "Consciousness-raising: a radical weapon" (1973).
[56] Ver: "Feminist Consciousness-Raising Groups". Disponível em: <http://womenshistory.about.com/od/feminism/a/consciousness_raising_groups.htm>. Acesso em: 18/12/2015.

econômica, maternidade, aborto etc. Os grupos seriam pequenos, consistindo em até 12 participantes e a todas as mulheres seria permitido falar sobre os tópicos escolhidos a cada rodada sem que ninguém sozinho dominasse a discussão. Ao final, o grupo debateria sobre o que haviam aprendido naquele encontro.

Como no caso dos grupos reflexivos do Coletivo, defende-se que os grupos de consciência feministas não constituíam um tipo de terapia em grupo. Enquanto os primeiros seriam intervenções de caráter educativo e responsabilizante, os grupos de consciência tratavam de uma forma de ação política a partir da qual as mulheres criavam um senso de irmandade e viam-se capazes de verbalizar sentimentos cuja importância havia sido até então ignorada, não encarando a forma como se sentiam como sintomática da dominação exercida pelos homens.

Embora os grupos reflexivos de caráter responsabilizante sejam propostos por motivos significativamente distintos dos grupos de consciência feminista, é logo possível notar semelhanças na forma como as dinâmicas são desencadeadas.[57] No processo dos grupos de consciência pensados por Sarachild, as mulheres se encontram em pequenos grupos para compartilhar suas experiências a partir do testemunho pessoal, relacionando e generalizando suas vivências frente a vida de outras mulheres. No caso dos grupos reflexivos com homens autores de agressões contra mulheres, apesar da previsão de certos tópicos para discussão, significativa parte do desenvolvimento das interações é realizada a partir da fala de um dos homens narrando suas histórias pessoais. Como uma reação em cadeia, a narrativa do homem que se apresenta e conta sua história afeta os demais, que frequentemente concordam e derivam da primeira história, suas próprias experiências e opiniões a respeito de temas como conjugalidade e família.

Para os coordenadores, esse tipo de dinâmica só é possível em um ambiente no qual estejam presentes apenas homens. Isto se deve em parte ao processo de "identificação" que os participantes criam uns com os outros e com os coordenadores, todos partilhando do pertencimento a um mesmo lugar social: o de homens. Nesse sentido, a participação de pesquisadoras ou facilitadoras mulheres se apresenta como impensável. Na mesma medida, uma questão que não se apresenta, mas pode ser digna de observação é que todos os coordenadores dos grupos reflexivos do Coletivo são homens heterossexuais de idades variadas, solteiros e casados. Nesse contexto, são recorrentes os comentários sobre mulheres e experiências em namoros e casamentos atuais e anteriores, partindo inclusive da vivência dos

[57] Similaridades porventura estejam presentes também em outras formas de atividade grupal, as quais não abordo aqui por não ter tido extenso contato com a bibliografia pertinente.

coordenadores e em suas próprias dificuldades com relação aos relacionamentos com mulheres. Distintamente, em outros estados do Brasil, a experiência de grupos é facilitada por homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens. Essa variação nos leva a pensar em que tipo de ruído pode ser causado e que impacto isso tem na criação de laços de identificação e pertencimento entre facilitadores e participantes. De qualquer forma, não se trata de uma questão que busquei aprofundar em minha etnografia, embora acredite ser necessário incluí-la na descrição e apontar para a existência da mesma como uma problemática passível de aprofundamento.

É notável que a noção de identificação articulada em campo supõe que um processo de desconstrução de estereótipos de gênero e masculinidade com homens autores de agressões contra mulheres só possa ser travado a partir da facilitação de outros homens. Podemos derivar disso que para ser alcançado o homem precisa ser alcançado por outro indivíduo que lhe pareça razoavelmente familiar. Para isso, é necessário que se trate de outro homem que domine o conjunto de práticas e valores constituintes da masculinidade hegemônica da qual trata Connell (ANO). Contudo, o paradoxo que se apresenta é que parte do objetivo da intervenção é precisamente desconstruir aquilo que informa os ideais da masculinidade tida como hegemônica, demonstrando possibilidades alternativas. Nesse ponto, convém mencionar que embora eu dialogue com uma perspectiva que pensa relações de gênero como forças instáveis e masculinidades e feminilidades não diretamente sobreponíveis a homens e mulheres, este não é o caso dos atores presentes em meu campo. Assim, gênero, desconstrução e a criação de vínculos a partir da identificação são elementos trabalhados de maneira articulada num ambiente em que referenciais feministas e expressões do que no Brasil chamamos de “machismo” se atraem, repelem e interpenetram em meio aos discursos presentes nas reuniões.

A outra abordagem que os grupos reflexivos com homens autores de agressões contra mulheres podem trazer à mente é a do masculinismo, uma corrente de pensamento e movimento político que reagiu ao feminismo, apontando a importância das questões “masculinas” e dos direitos dos homens. No contexto norte-americano, Michael Kimmel (1987A apud MESSNER, 2000, p. 9) pensa a reação masculinista como algo expresso pelos “men’s groups”, baseados no fortalecimento de espaços e atividades “masculinas”, centradas na homossocialização entre homens. Entre estas, é possível citar grupos de escoteiros compostos apenas por meninos, esportes organizados e fraternidades. Separados completamente de mulheres, nesses espaços meninos e homens estariam propensos a

desenvolver, fortalecer e celebrar elementos como força física, competitividade e, em certo sentido, violência (MESSNER, 2000, p. 9).

Contudo, a aproximação com o masculinismo de maneira forçosa poderia atribuir uma carga negativa ao espaço dos grupos reflexivos. Construir essa conexão sem mediação alguma seria reduzir os sentidos e práticas implicados na intervenção. O que estou apontando é a existência de certas preocupações que são também compartilhadas por alguns dos chamados masculinistas. Kimmel, como outros autores que escreveram sobre o assunto, pensa a emergência do masculinismo como algo relacionado às transformações do séc. XX e ao feminismo, bem como a uma "crise da masculinidade". Tal crise está atrelada aos espaços e direitos conquistados pelas mulheres e identificados em algumas circunstâncias como prejuízo para os homens. Tanto mudanças no mundo do trabalho como no ambiente doméstico provocaram pânico diante da possibilidade de homens sejam "feminilizados", assumindo tarefas domésticas entre outras funções antes relegadas apenas às mulheres.

No espaço dos grupos reflexivos, a chamada crise da masculinidade é evocada pelos coordenadores com significativa frequência para explicar aos participantes a problemática na qual estão enredados. Didaticamente, os coordenadores costumavam afirmar que o modelo de masculinidade a qual os homens estavam acostumados até então já não fazia sentido diante das mudanças ocorridas em diversos âmbitos na sociedade. Citavam, assim, questões relacionadas às mulheres, tal como uma maior participação na esfera do trabalho remunerado e a busca por prazer na vivência de suas sexualidades, não mais se restringindo a objetos de desejo dos homens. Em relação aos homens, citavam a necessidade de revisão e redefinição de como os mesmos vivenciavam a paternidade, sua relação com seus corpos e saúde e a incompatibilidade dessas transformações e necessidades com o modelo hegemônico que até então os orientara na definição de suas identidades como homens. Buscavam demonstrar com isso como ideias de virilidade e força, tal como a responsabilidade por arcar com todas as despesas da casa e da família e manter o desempenho sexual sempre inabalável eram armadilhas nas quais eles se viam presos e das quais deveriam se afastar. Nesse ponto, duas reações eram exemplares: por um lado, a incredulidade diante da mera hipótese de algumas mudanças e, por outro lado, a súbita consciência de que haviam vivido até agora em ignorância. O que costumava ocorrer era que ideias como ser o principal provedor da família, ter uma companheira que arcasse com a maior parte dos trabalhos domésticos e cuidados com os filhos era entendido como o "natural" e "esperado". As circunstâncias poderiam ser leve ou gravemente diferentes, mas o que maioria deles esperava é que seu lar e sua família

reproduzissem a situação familiar nas quais foram criados. Nesse sentido, não raramente esperavam das companheiras comportamentos similares aos de suas mães e lamentavam através de afirmações como, "já não existem mulheres boas para construir uma família e uma vida juntos". Um dos participantes do grupo reflexivo inclusive trazia repetidamente seu entendimento de que a maior parte das mulheres eram apenas "piriguetes", interessadas em homens com dinheiro e que as "bancassem".

2. Cenas e queixas (masculinas): quem é a vítima?

Não seria exagero afirmar que uma das maiores fontes de inquietação nesta pesquisa teve lugar nas narrativas de vitimização dos homens participantes dos grupos reflexivos que acompanhei. Como já mencionado, parte significativa da coleta dos dados deste estudo foi realizada a partir do *não estar lá*, apenas através da escuta de registros das reuniões e do que os coordenadores relatam sobre os homens. Contudo, procuro de algum modo escutar menos o que dizem sobre os homens e mais o que os homens dizem sobre si mesmos. Assim, é certo que o papel dos coordenadores e as dinâmicas com os colaboradores do Coletivo tiveram enorme importância e proporcionaram generosas trocas, mas ao mesmo tempo não constituíram o foco da pesquisa.[58] Foco meu olhar, ou, neste caso, minha escuta aos núcleos de significado mobilizados nas falas dos homens que circulam pelas reuniões na condição de homens autores de agressões.

Nesse sentido, gradualmente me vi percebendo que examinar as gravações das reuniões foi, em certo sentido, como revisitar as cenas e queixas de Gregori (1989, 1993), exceto pela diferença de que aqui o foco não recaiu mais sobre as queixas das mulheres, mas sobre aquelas continuamente verbalizadas pelos homens acusados de crimes previstos pela Lei 11.340/2006. Se as cenas reconstruídas por Gregori (1989) se baseavam nas queixas das vítimas, isto é, em suas versões, nesta pesquisa vou de encontro às queixas e versões dos homens que, inicialmente classificados por terceiros como agressores, passam então a reivindicar o título também de vítimas. Como demonstrado por Sarti (2011), a figura da vítima é contemporaneamente construída e mobilizada para possibilitar o reconhecimento social de modalidades de sofrimento, dando a eles inteligibilidade e, por consequência,

[58] É necessário frisar que esta pesquisa não pretender ser sobre o Programa de Responsabilização de Homens Autores de Violência contra a Mulher, embora acredite no potencial que esse modelo de iniciativa possui. O que se pretende aqui é partir dos grupos reflexivos realizados no interior do Coletivo para identificar e compreender certos elementos presentes nas falas dos homens denunciados. Assim, o Programa de Responsabilização se constitui como um recorte empírico e não como um objeto de pesquisa em si.

legitimação moral. No espaço dos grupos reflexivos, apesar de seu caráter responsabilizante, os homens denunciados encontram também um espaço de escuta e acolhida para as suas demandas, constituindo essa uma das poucas experiências em que a fala abordando sentimentos e vulnerabilidades é estimulada. Como sabemos, a experiência da masculinidade por mais diversa que seja na prática, na teoria ainda é alimentada por referências que não instigam o desenvolvimento de dinâmicas nas quais os homens exponham seus sentimentos. O grupo reflexivo opera tanto com elementos da sociabilidade que se dá na mesa do bar, entre piadas de cunho machista e comentários sobre as mulheres que "pegaram", "comeram" etc., quanto no registro de compartilhamento de dores e fragilidades que não fazem parte da sociabilidade masculina mais enfatizada. Assim, o silêncio ou a fala dura que perdura em outros âmbitos, nos encontros dos grupos reflexivos são substituídas por narrativas com frequência de outra ordem, frequentemente a partir daquele que sofre. Se parte dos estudos contemporâneos a respeito da temática da violência doméstica e familiar buscam se distanciar da análise simplista focada na díade vítima/algoz, o discurso que os sujeitos articulam em campo permanecem se pautando por tal dualidade, de maneira a organizar seu pensamento e suas experiências, mas dessa vez situando-se no outro polo, o de vítimas. Nessa nova configuração, as parceiras são retratadas como loucas, agressivas, irracionais, infiéis e pouco razoáveis, revelando-se um novo "algoz".

Nas delegacias, poderíamos encontrar nos boletins de ocorrência a versão das mulheres, porém, versões essas de outra ordem, já que teriam passado pelo filtro das escrivãs, podendo não conter a íntegra das falas das denunciantes. Isto para dizer que frequentemente tais versões entram em conflito, relatando de maneiras diferentes os episódios, quase como episódios distintos.[59] Não raramente, o que desponta como recorrência entre as falas dos homens é o tom queixoso com que as cenas e fatos são narrados, no qual frequentemente a figura do agressor oscila entre as companheiras, ex-companheiras, policiais envolvidos na detenção dos homens e mesmo a legislação, como um ator insensível às particularidades das histórias de cada homem denunciado injusta ou justamente. Nas falas queixosas, os homens se reconhecem uns nos outros, criando empatia no reconhecimento dos problemas compartilhados. Com certa frequência a queixa se orienta pela incompatibilidade entre o que esperam das companheiras e o que elas são ou fazem na prática. Como Gregori (1989) exemplifica ao apresentar o caso de Julia, estamos comumente diante de problemas que se relacionam com expectativas de gênero e parceria não atingidas. Nesse sentido, a autora

[59] Este aspecto foi demonstrado pela tese de Prates (2013).

descreve:

> Julia se vê diante de uma situação que considera desordenada, irregular, ou em seus termos, "errada". O salário do marido não suporta os gastos familiares. Falta a ele, segundo ela, "ambição, caráter de vencer na vida e trazer mais dinheiro para a família". Ela tem que trabalhar fora. O certo seria ficar em casa e cuidar dos filhos. E tem mais: essa "mania" do marido de interferir no jeito que ela cria os filhos (este quem define é a mulher, a mãe). No que ele deveria fazer para cumprir o seu papel de homem da casa – prover o sustento familiar – ele falha (GREGORI, 1989, pp. 164-165).

No caso de Cláudio, participante de um dos grupos realizados pelo Coletivo, a situação se inverte significativamente. Ele afirma taxativo: "quando a gente casa, quer casa. Entendeu?". Não bebe, não fuma, não gosta de balada. Isto é, age "corretamente". Quem produz a desordem, a irregularidade, é a mulher. Ele explica que trabalha nas proximidades de casa e, próximo ao horário do almoço, questiona: "o almoço está pronto?". Segundo Cláudio, ela não trabalhava, "tinha essa regalia", pois não trabalhava. "O almoço está pronto?", "Ah, não fiz". Ou seja, a esposa é quem não estaria cumprindo o seu papel de *mulher da casa*. Neste caso, Cláudio se vê como o elemento vitimizado pelas falhas da mulher, que teria "desgastado" o relacionamento. Tendo Cláudio saído de casa, começaram as agressões (para ele). Nesse ponto, faz-se necessário apontar que se em Gregori (1989) o que está destacado é a permanência das mulheres em relações violentas, no grupo de homens, é o fato de que as violências frequentemente se manifestam quando o casal já não está mais junto ou quando, na época do grupo, que costuma possuir um intervalo entre a acusação e o encaminhamento e comparecimento dos homens, eles já se separam. A questão é saber se estariam as mulheres (e – por que não? – os homens) conseguindo se desvencilhar de relações violentas ou se a violência estaria assumindo novas e diferentes formas. É muito cedo para traçar hipóteses, mas o dado merece ser mencionado.

Quase dois anos depois, conhecemos Hélio. Hélio é casado há 15 anos e continua com a esposa. Sua fala, não surpreendentemente, também passa por conflitos que tem como plano de fundo as tarefas domésticas. Ele "estava fazendo as vezes de dona de casa" por conta de um período pelo qual a mulher esteve sofrendo de transtornos depressivos. Mas, em uma reunião, havia relatado otimista que hoje estão "em paz". Ela está fazendo "a parte dela", já que não está trabalhando (fora), então, "a parte de casa, ela que está cuidando tudo". Hélio, inclusive, relata, parecendo se divertir, que a esposa reclama, "pô, agora você não lava mais nem um copo", e ele responde: "graças a Deus. Estava lavando bastante copo aí". Nesse sentido, Hélio expressa a satisfação com o fato de que a esposa tenha voltado a desempenhar certas funções na casa claramente pertencentes a ela e não a ele. Parece, inclusive, que, em

sua lógica, o fato de que a mulher tenha voltado a "cuidar da parte dela", isto é, desempenhar o seu papel de "dona de casa", expressa uma melhora na condição psicológica da esposa. Não se trata de contestar o relato de Hélio e a frustração causada pela condição da esposa, as dificuldades que teve que enfrentar com as variações de humor, as provocações, a sobrecarga das atividades da casa e, inclusive, a diminuição do apetite sexual de sua mulher. Porém, o "estar em paz" de Hélio coloca a mulher em que lugar nesse cenário?

Além de Cláudio e Hélio, muitos homens passaram, desde 2009, pelo grupos reflexivos do Coletivo. Muitos deles questionam a validade da Lei Maria da Penha, afirmando que existe "uma superproteção", se sentem prejudicados, "a lei protege elas, mas quem protege a gente (delas e da lei)?". Nesse nível, demonstram se sentir vitimizados pela legislação que os coloca em desvantagem. E é talvez por isso que um dos coordenadores inicia uma das reuniões brincando com a ideia de uma "delegacia do homem" hipotética, em que os homens também seriam capazes de denunciar suas mulheres e resolver seus conflitos de outra forma. Tal tema é tratado inicialmente em tom de brincadeira, mas o relato dos homens indica que eles realmente sentem que não podem chegar a uma delegacia para registrar um boletim de ocorrência contra suas mulheres. Alguns deles afirmam já ter tentado e não ter conseguido. Um homem, após começar a participar das reuniões do Coletivo, afirma ter conseguido registrar dois boletins de ocorrência contra a mulher que o agrediu, mas isso para a maioria deles é impensável, ainda mais no início do ciclo das reuniões, tendo alguns experiências de violência policial, assim como vergonha dos acontecimentos. Assim, por um lado, opera a incapacidade dos serviços de atendimento em visualizar os homens também como figuras passíveis de sofrerem violências (que não sejam exercidas por outros homens). Por outro lado, a concepção de que, sendo homens, seria um motivo de vergonha buscar uma delegacia para registrar violências exercidas pelas companheiras. A questão que se coloca não é sobre a efetividade ou pertinência de um boletim de ocorrência como solução para os problemas entre os parceiros, mas sobre o fato de que para os homens a resolução dos conflitos por via legal apenas aparece como motivo de piada e vergonha, sendo isto claramente relacionado às expectativas em torno de um ideal de masculinidade.

3. Sobre diferenças: os homens e a lei "João da Lapa"

Podemos dizer que os denunciados por crimes previstos na Lei 11.340/2006 não são os primeiros a questionarem a lei, embora, provavelmente, não pelos mesmos motivos que os

especialistas no campo. O Brasil é considerado teoricamente avançado no que diz respeito à violência doméstica e familiar contra as mulheres (LIMA, 2008), o que não impediu que tanto na feitura da lei quanto na sua aprovação e posterior aplicação, ela tenha sido alvo de críticas e mesmo uma agitada arena de disputas políticas. A imersão nesse campo de estudos permite notar que a Lei 11.340/2006 não deve ser examinada apenas do ponto de vista mais imediato, como uma resposta jurídica a um problema social, produzida concomitantemente ao diagnóstico do problema. A Lei Maria da Penha é resultante de um processo mais longo, como consequência de anos de debate e não apenas por juristas, mas pela ação dos movimentos sociais e frequentemente na interface entre esses sujeitos.

Refletindo sobre o assunto, permito-me mencionar apenas um dos argumentos que, não apenas contra pontos específicos da redação, advogam contra a lei como um todo, afirmando tratar-se de uma legislação inconstitucional por ser empregada apenas em defesa das mulheres. Tal argumentação se aproxima do que meus interlocutores costumam argumentar nas reuniões do grupo reflexivo, mesmo não embasados em princípios jurídicos, afirmando não ser *justo* que a lei exista apenas para as mulheres. O que fica claro é que essa compreensão não se restringe apenas aos denunciados, mas em algumas ocasiões até mesmo a operadores do judiciário. Para estes, a lei seria discriminatória e excluiria de sua proteção os homens, ferindo o princípio da igualdade previsto na Constituição Federal.

O jurista Lenio Streck (2011) se opõe a tais ideias, situando seu argumento próximo ao das ações afirmativas,[60] no qual é preciso "desigualar a desigualdade histórica". O autor vai além, citando o princípio da proibição de excesso (*Übermassverbot*), que proíbe o Estado de punir exageradamente, e o princípio da proibição de proteção insuficiente (*Untermassverbot*), que obriga o legislativo, judiciário e Ministério Público a garantir os direitos fundamentais. Para Streck (2011, p. 100), não respeitado este último princípio na execução da Lei 11.340/2006, o Estado estaria agindo inconstitucionalmente, por omissão.

Os trabalhos que abordam a violência doméstica e familiar no Brasil não raramente trazem à tona o fato de que, antes da Lei Maria da Penha, os casos de violência doméstica e familiar eram matéria da Lei 9.099/1995, segundo a qual os crimes de menor potencial ofensivo eram encaminhados aos Juizados Especiais Criminais (JECrim), pautando-se pela economia processual e celeridade e objetivando, sempre que possível, a não aplicação da pena privativa de liberdade.[61] Assim, nas audiências dos JECrim, o que se buscava era a

[60] Ver o debate sobre as cotas étnico-raciais, por exemplo.

[61] Ver Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm>.

conciliação entre as partes, não se operando pela lógica da culpabilização ou da penalização (ALMEIDA, 2008). Não raro, esses casos terminavam na aplicação de penas pecuniárias, com o pagamento de multas e cestas básicas, ou em suspensão condicional do processo.[62] Tais medidas eram apontadas pelo movimento feminista e mesmo por nichos do sistema jurídico, entre outras esferas, como insuficientes, "despenalizando totalmente os agressores, banalizando a violência e enfraquecendo as demandas das vítimas por seus direitos" (ALMEIDA, 2008, p. 78). Com o advento da Lei Maria da Penha, esse cenário processual muda, os crimes passam a ser julgados nas varas/juizados especializados em violência doméstica e familiar contra a mulher e, além disso, passam a ser previstos também mecanismos de responsabilização e educação dos agressores. Contudo, embora previstos na lei em suas disposições finais, os "centros de educação e reabilitação para os agressores" não são uma realidade amplamente verificada, o que na verdade guarda certa coerência com o contexto em que a lei foi formulada e os atuais impasses para que seja devidamente aplicada.

Parece ser consenso – ao menos entre aqueles que despendem algum tempo pensando no assunto – que como um fenômeno multidimensional, a violência doméstica e familiar requer, como afirma cartilha da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2012), soluções igualmente complexas. O caso é que essa premissa, quando confrontada com a possibilidade de criação de centros de educação e reabilitação para agressores, entra em choque com o que alguns setores esperam de uma política pública para proteção das mulheres. Especialmente em alguns nichos expressivos do movimento feminista engajados na formulação e aplicação da lei, acredita-se que esse tipo de trabalho com homens implicaria necessariamente na diminuição ou deslocamento de recursos de outros serviços voltados ao atendimento das mulheres. Além disso, para alguns, parece um contrassenso dar atenção ao "opressor" quando a "vítima" e quem necessita de assistência seriam as mulheres.

Assim, percebendo o atendimento aos homens como uma assistência ou "tratamento"[63] indevido aos agressores, é possível identificar a percepção de que "os centros de educação e reabilitação para agressores" são claramente rejeitados por alguns setores entre as medidas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Embora a eficácia de uma

[62] Prevista atualmente pela Lei 9.099/1995, em crimes de baixo potencial ofensivo (com pena mínima igual ou inferior a 1 ano), quando o acusado é réu primário, não processado ou condenado por outro crime. Contudo, a Lei Maria da Penha afasta a possibilidade de aplicação da suspensão condicional do processo nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

[63] Os coordenadores do Programa de Responsabilização do Coletivo Feminista rejeitam a classificação de "tratamento", assim como de "terapia", ao trabalho que realizam com os homens encaminhados. Afirmam estar interessados muito mais em um processo reflexivo junto aos homens, distanciando-se de qualquer noção de "tratamento" que poderia ligar a imagem do homem autor de agressões a de alguém que está doente.

política de enfrentamento passe pela existência de uma diversidade de equipamentos e serviços, tais como as casas-abrigo[64] por exemplo, os centros de educação e reabilitação para agressores ainda não conseguem se fazer legítimos enquanto parte dessa diversidade.

De tal modo, é por um lado surpreendente, mas também esperado que o Programa de Responsabilização do Coletivo não conte com apoio e recursos do governo federal e tampouco estadual. Não constitui uma política pública, é desconhecido por muitos juízes e, de acordo com as pessoas envolvidas em sua realização, não possui a simpatia de alguns setores mais ortodoxos,[65] acabando, assim, por frequentemente perder espaço no campo de poder em que se constituem as políticas públicas. Na prática, isso significa que desde as contas de luz até o café que é passado todas as tardes na cozinha do Coletivo são pagos através do esforço Coletivo de seus colaboradores e voluntários, pois os demais projetos e atividades da casa não são capazes por si só de arcar com todos os pagamentos no final de cada mês. Nesse cenário, um dos aspectos que justificam a rara existência de serviços similares se torna mais evidente.

Assim sendo, o campo pelo qual circulo me permite apreender alguns elementos necessários para colocar em análise a emergência de grupos reflexivos com homens denunciados por crimes previstos na Lei 11.340/2006. Eventos como as Conferências de Políticas para as Mulheres[66], realizados em âmbito nacional, com etapas municipais, regionais e estaduais, permitem perceber o quão pouco expressiva (e tensa, quando existente) é a presença de homens nos espaços de deliberação sobre questões de gênero. Da mesma maneira, interlocutores que hoje atuam na coordenação de grupos reflexivos relatam a tensão em torno de sua presença (enquanto homens), assim como nos instantes em que tentaram verbalizar opiniões sobre o conteúdo da lei, nesses espaços. Parece-me que até certo ponto há uma resistência em pensar nesses "problemas de gênero" como questões concernentes tanto a homens quanto a mulheres. Como mencionado, a simples menção a grupos reflexivos com homens denunciados já causa certo desconforto em algumas esferas de discussão. Mais do

---

[64] Vale mencionar que as casas-abrigo, no Brasil, estão presentes em apenas 2,5% dos municípios, demonstrando a fragilidade de nossas políticas. Ver reportagem de abril de 2014, disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/ibge-975-das-cidades-nao-tem-casas-abrigo-para-mulheres,51927ea7920b5410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 28/07/2014.

[65] Mesmo no cenário acadêmico, pude identificar o ceticismo e a recusa de algumas vertentes do feminismo que, embora falando de relações de gênero, não estejam tão interessadas em pensar a dimensão relacional da violência.

[66] As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, que em 2011 tiveram sua terceira edição, são uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que busca, através da participação da sociedade civil, movimentos feministas e representantes do governo, elaborar e definir resoluções que possam servir na orientação de ações e políticas de promoção da igualdade de gênero. Em sua última edição, acompanhei principalmente a etapa estadual em São Paulo, nos grupos de trabalho que diziam respeito a formas de violência contra as mulheres.

que isso, a simples presença de quaisquer homens parece afetar esses ambientes, como se a violência e práticas sexistas estivessem coladas a seus corpos. E, de certa forma, estão. Afinal, existe uma anterioridade de certos símbolos ou representações que acompanha os corpos de acordo com a percepção sobre a "natureza" dos mesmos. Como relata Sérgio, um dos coordenadores do grupo reflexivo do Coletivo, uma cena nada incomum é aquela em que se aproximando de um desconhecido, numa rua pouco movimentada, com maior probabilidade se tarde da noite, a mulher irá mudar de calçada. Sérgio relata esse tipo de experiência consigo mesmo e não é preciso ir muito longe para encontrar narrativas similares. O simples fato de se parecer com um homem causará essa reação, motivada pela ideia de perigo iminente. Trata-se de uma "técnica" compartilhada por muitas mulheres, que apressam o passo, sem olhar para os lados, fugindo da possibilidade de uma violência sexual e de toda forma de assédio.[67]

Sérgio, um de meus colaboradores nessa pesquisa, menciona o mudar de calçada das mulheres como uma motivação para realizar o trabalho que conduz no Coletivo Feminista. Eu, indivíduo também generificado, não consigo deixar de rememorar minhas próprias experiências e me reconhecer na situação. Sérgio, por um lado, quer desconstruir a inevitável ligação entre a presença do homem como um indicativo de uma possível agressão; eu, por minha vez, não pretendo com esse estudo afetar profundamente a realidade, mas, talvez, lançar luz aos processos e aos significados que tornaram o mudar de calçada um movimento quase mecânico, embora fruto de um cálculo, frente a essas situações.

Em todo caso, com essa digressão, afastei-me do caminho que tinha delimitado anteriormente, que, na verdade, buscava não examinar letra por letra da lei, mas mostrar que há grandes tensões tanto entre aqueles que discordam até mesmo da legitimidade de sua existência, como entre aqueles que estão comprometidos com a mesma ou, de maneira mais ampla, com o combate à violência contra as mulheres respaldado por uma legislação específica. Não apenas no plano das políticas públicas e da legislação, mas também na própria comunidade científica, é possível notar um desconforto e mesmo ceticismo frente às poucas ações e pesquisas desenvolvidas nesse âmbito. Por outro lado, há quem reconheça a pertinência desses questionamentos e realmente estimule a perspectiva que busca olhar a violência de gênero sob um ponto de vista relacional, sistêmico, menos simplista do que alguns trabalhos puderam fazer parecer ao examinar o fenômeno apenas através do par

[67] Necessário lembrar aqui que pesquisas já demonstraram que um percentual significativo dessas modalidades de violência acontece entre conhecidos e pessoas próximas. Porém, isso não parece tornar o sentimento de insegurança nas ruas menor. Incluir referência.

dicotômico “vítima”/“algoz”. Na escolha por esse tipo de abordagem, mais calcada numa compressão das relações violentas, busco me distanciar da lógica pela qual a mera prisão do “homem violento” vinga e elimina o problema. Como Medrado e Méllo (2008, p. 84) apontaram, “a prisão ainda não se mostrou um dispositivo capaz de fortalecer o potencial de transformação humana” e, por consequência, não é capaz por si só de extinguir a violência contra as mulheres e um comportamento masculino *essencialmente* violento. Com isso, não pretendo propor soluções, mas compreender em que contexto e como esses eventos tomam forma e se tornam narrativas na experiência de homens denunciados por violência doméstica e familiar contra mulheres.

CONCLUSÕES

O pontapé inicial para a realização desta pesquisa residiu na constatação de uma lacuna a respeito dos homens que figuram como denunciados em casos de violência doméstica e familiar, como prevê a Lei Maria da Penha no Brasil. Compreendendo relações de gênero e referências de masculinidade como elementos centrais no desenho que este e outros fenômenos adquirem nacionalmente, busquei me aproximar deste recorte ainda nem tão explorado. Entrei em campo certa de que aquilo que ouviria lançaria alguma luz aos processos que tornam os homens brasileiros os sujeitos que mais matam e também aqueles que mais morrem dentre as estatísticas disponíveis. Sabia também de antemão, através dos dados estatísticos, que o lugar mais arriscado para as mulheres não eram as ruas, mas o próprio espaço da casa. Seus agressores também não eram desconhecidos, mas pessoas próximas e muitas vezes componentes de sua família ou parceiros em relacionamentos. Em minha pesquisa, procurei ir além de tais estatísticas para enxergar como referências de masculinidade, família e conjugalidade estariam diluídas na substância que dá forma à chamada violência doméstica e conjugal. Propus, assim, uma reflexão que desse conta de informações e narrativas não oriundas das denunciantes em crimes da Lei 11.340/2006, mas dos homens denunciados. Foi assim que, em 2013, me aproximei do trabalho realizado pela ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, no interior dos grupos reflexivos com homens autores de agressões contra mulheres, realizado semanalmente no bairro de Pinheiros, em São Paulo (SP).

O Programa de Responsabilização de Homens Autores de Violência contra a Mulher, alcunha oficial da intervenção, constituiu lócus privilegiado de observação no que tange as questões que eu estava interessada em abordar. Contudo, como o primeiro capítulo de minha dissertação buscou demonstrar, a observação não se deu através do trabalho de campo realizado da forma mais habitual imaginada e isto se deveu necessariamente ao meu lugar social enquanto mulher. Os efeitos da percepção do campo a respeito do sujeito cognoscente determinaram então o desenho que a pesquisa assumiria. Dessa forma, a pesquisa empírica se deu através de inúmeras frentes, entre as quais destaco as audições dos grupos reflexivos previamente gravados pelos coordenadores para fins de pesquisa e os questionários de triagem, cuja aplicação foi assumida por mim em determinada altura do campo, oferecendo uma experiência distinta de interlocução com os sujeitos com os quais busquei trabalhar. Neste primeiro capítulo, no qual busquei apresentar o campo e as principais questões ético-

metodológicas envolvidas em sua exploração, busquei situar eventuais leitoras/es a respeito de meu lugar enquanto pesquisadora, a maioria como interagia com o campo e as especificidades das múltiplas frentes de pesquisa com as quais atuei e das quais derivou a centralidade da escuta e de um ouvido etnográfico, assim como o trabalho com outras fontes que não os interlocutores diretos.

O segundo capítulo teve como finalidade principal a apresentação dos trabalhos de intervenção com homens autores de violência doméstica e familiar no Brasil, bastante pautado pelo recente levantamento de Beiras (2014), de modo a apresentar o contexto específico no qual minha pesquisa se desenvolve, assim como as metodologias e desafios implicados nesse tipo trabalho. Na segunda parte do mesmo, adentrei mais diretamente nos dados sobre os grupos reflexivos realizados pela ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, assim como busquei apresentar e descrever o que informavam os questionários de triagem com os quais trabalhei, dando conta de um universo de homens ao longo de quatro anos.

No terceiro e último capítulo, busco oferecer um olhar mais detido a algumas reflexões causadas pela escuta das gravações das reuniões dos grupos reflexivos em diálogo com uma bibliografia que pensa a figura da vítima e as problemáticas da violência doméstica. Nesse sentido, explorei mais detidamente as contribuições de Gregori (1993) em contato com meu próprio material etnográfico. Além disso, observei as relações entre elementos dos grupos reflexivos e dos grupos de consciência/conscientização feministas da década de 60, assim como com elementos do chamado “masculinismo”.

Finalizo a pesquisa com a sensação de que o mundo dos grupos reflexivos, mesmo apenas o mundo acessado apenas através da escuta, oferece muito mais possibilidades de reflexão para além do que o presente estudo buscou abranger. Travando diálogo com algumas das inquietações de Rifiotis (2008), penso que o mundo para além da delegacia e dos processos criminais, oferece uma outra perspectiva – precisamente no sentido de localização daquela que olha (ou escuta) – para observar as problemáticas implicadas no fenômeno da violência doméstica e familiar. Há coisas, nesse sentido, que a delegacia e os processos, pela distância a qual estão situadas, não nos permitem escutar. Isto não significa novamente que o lócus dos grupos reflexivos também não coloquem em operação um regime de silenciamento frente a certos temas e atores. É possível dizer – e talvez essa seja a principal hipótese aqui – que os grupos reflexivos em grande parte de seu funcionamento invertem lógicas já existentes. Ao mencionar a polaridade vítima-acusado no contexto processual do tratamento penal dos casos de violência conjugal, Rifiotis (2008) lança luz também às lógicas de

funcionamento operando no interior dos grupos reflexivos. Segundo o autor,

> os autos reproduzem um universo limitado das experiências sociais, criando seus próprios mundos aceitáveis e, como afirmou Corrêa (1983), produzem uma fábula em torno da qual se organizam os personagens e eventos que são colocados na cena dos processos penais. O processo penal domestica por assim dizer a conflitualidade, organizando-a numa polaridade excludente, típica do princípio do contraditório no processo penal, traduzindo em categorias jurídicas polares a complexidade das relações de gênero (RIFIOTIS, 2008, p. 230).

O que se dá no interior das reuniões dos grupos reflexivos também guarda em si elementos da polaridade vítima/algoz, atribuindo uma nova roupagem à conflitualidade, desta vez a partir dos denunciados enquanto autores das narrativas e enquanto personagens frequentemente muito mais na qualidade de vítimas do que de agressores. Se o processo penal domestica e oferece uma determinada tradução da complexidade das relações de gênero, os grupos reflexivos oferecem uma lente lateral pela olhar para o fenômeno, ainda de maneira bastante polarizada. A polaridade, em minha compreensão, se dá precisamente pela maneira como os sujeitos organizam suas experiências referenciadas por noções muitas vezes rígidas de certo, errado, adequado, inadequado, masculino, feminino. Nesse sentido, a complexidade das relações de gênero e da própria violência ocorrida por questões de gênero pode ser apreendida através dos atos de fala (AUSTIN, 1965) dos sujeitos participantes dos grupos reflexivos, na medida em que produzem e regulam aquilo do que falam nas reuniões, tendo sérios efeitos sobre a realidade descrita, vivida e concebida como verdade.

Entre os temas abordados nesta pesquisa se destacam noções sobre masculinidade, feminilidade, violência, família e o questionamento da Lei Maria da Penha por parte de juristas e de homens denunciados por crimes de violência doméstica e familiar contra mulheres. Mas, sobretudo, chama a atenção a disputa dos homens denunciados pela categoria “vítima” e pelo lugar daquele que também é agredido, incompreendido e humilhado por inúmeros outros atores, entre os quais se destacam as companheiras e ex-companheiras. A narrativa queixosa frequentemente assume um tom catártico no interior dos grupos reflexivos, o que demonstra a inexistência de outros espaços para o desenvolvimento desse tipo de experiência de fala e compartilhamento. Torna-se clara a existência de um problema capilar nas relações entre homens e mulheres, inclusive no que diz respeito à definição do que devem ser tais relações e qual o papel dos sujeitos envolvidos.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Heloisa B. “Mulher em campo: reflexões sobre a experiência etnográfica”. In: ALMEIDA, Heloisa B. et al. Gênero em matizes, Bragança paulista: EDUSF, 2001.

_____. “‘Problemas de Família’ - a violência doméstica e o JECrifam”. In: DEBERT, Guita G. et al. Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri. Campinas: Pagu/Núcleo de Estados de Gênero - UNICAMP, 2008.

ANDRADE, Fabiana. Fios para trançar, jogos para armar: o “fazer” policial nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012.

ANDRADE, Leandro F.; BARBOSA, Sérgio F. A lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens autores de violência contra mulheres em São Paulo. Comunicação apresentada no Encontro Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. ST 42 - Gênero, violência e direitos humanos. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita G. Quando a vítima é mulher. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra U.; MEDRADO, Benedito (Org.). Homens e masculinidades: outras palavras. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998.

AUSTIN, John L. *How to do things with words.* New York: Oxford University Press, 1965.

BEIRAS, Adriano. Intervenções grupais com homens autores de violência – um enfoque sistêmico. Monografia (Especialização). Familiare Instituto Sistêmico, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro. Instituto Noos, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: < http://noos.org.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Relatorio-Mapeamento-SHAV_site.pdf>. Acesso em: 26/10/2015.

BLAY, Eva A. (Org.). Feminismos e Masculinidades. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2014, v. 1.

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris: Ed. du Seuil, 1998.

_____. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, Daniel (Org.). A dominação masculina revisitada. Campinas (SP): [s.n.],1998. p.11-28.

BRASIL. Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm>. Acesso em: 26/03/2015.

BRASIL. Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência

Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 26/03/2015.

BRASIL – SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/servico-de-responsabilizacao-do-agressor-pos-workshop.pdf>. Acesso em: 10/11/2015.

BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". Cadernos Pagu n. 11: 11-42, 1998.

CAIXETA MACIEL, Welliton. Os "Maria da Penha": uma etnografia de mecanismos de vigilância e subversão de masculinidades violentas em Belo Horizonte. 2014. xxi, 305 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo.* São Paulo: Unesp, 2000.

CARRARA, Sérgio. Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CLIFFORD, James. "Sobre a autoridade etnográfica". In: A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

COELHO, Carolina M. S.; NATIVIDADE, Cláudia; GAETANI, Rebeca R. B. Intervenção grupal nos casos de violência de gênero: direitos humanos e emancipação. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 - Corpo, violência e poder, 2008, Florianópolis. Intervenção grupal nos casos de violência de gênero: direitos humanos e emancipação, 2008.

CONNELL, Raewyn. *Masculinities.* Cambridge: Polity Press, 1995.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 21, n. 1, Abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01/06/2014.

CORRÊA, Mariza; PISCITELLI, Adriana G. "Flores do colonialismo". Masculinidades numa perspectiva antropológica. Entrevista com Miguel Vale de Almeida. Cadernos Pagu, v. 11, Campinas, 1998.

CORRÊA, Mariza. Morte em família. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____. Bourdieu e o sexo da dominação. Novos Estudos Cebrap, n. 54, p. 43-54, jul. 1999.

CORSI, Jorge. *Programas de intervención con hombres que ejercen la violencia. Documentación de apoyo – Fundación Mujeres*. [s.d.]. In: NATIVIDADE, Cláudia; PESSALI, Fátima; PAULA, Alessandro V.; COSTA, Antônio. Grupo reflexivo de gênero: relato de intervenção psico-educativa com homens que exercem violência contra mulheres. In: XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, 2007, BH. XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, 2007. p. 62-62.

DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary.* Berkeley: University of California Press, 2007.

DEBERT, Guita G.; GREGORI, Maria F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 66, São Paulo, Fev. 2008.

DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. São Paulo: Perspectiva, 1976.

EMIL, Luana R.; PARKER, Richard; SEFFNER, Fernando. Identidades masculinas "não hegemônicas" e ações de cuidado à AIDS "progressistas" na Casa Fonte Colombo em Porto Alegre. In: 26ª Reunião Brasileira Antropologia, 1 a 4 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008.

FASSIN, Didier. *"Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals"*. Anthropological theory, vol. 8, nº 4, pp. 225-246, 2008.

_____. *The Empire of Trauma: An Inquiry into the Condition of Victimhood*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GAETANI, Rebeca R. B.; NATIVIDADE, Cláudia; GOMES, Daniela D.; PEREIRA, Gisele L. D.; PESSOA, Regina H. M. Experiência de atenção primária na prevenção da criminalidade: grupos reflexivos com enfoque transversal de gênero. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 - Corpo, violência e poder, 2008, Florianópolis. Experiência de atenção primária na prevenção da criminalidade: grupos reflexivos com enfoque transversal de gênero, 2008.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GONÇALVES, Betânia D.; COELHO, Carolina M. S.; CALDAS, DANIELE A. C.; GAETANI, R. Relações de gênero, violência e poder – intervenção psicossocial em políticas públicas. In: XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, Belo Horizonte, 2007.

GREGORI, Maria F. Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 23, p. 163-175, 1989.

_____. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs, 1993.

GUTMANN, Matthew C. *The Meanings of Macho: Being a Man in Mexico City*. Berkeley: University of California Press, 1996.

HARAWAY, Donna J. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

_____. "Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX". In: TADEU, Tomaz. (org). *Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano.* Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KULICK, Don; WILLSON, Margaret. *Taboo: sex, identity, and erotic subjectivity in anthropological fieldwork.* New York: Routledge. 1995.

LIMA, Daniel C. Homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher: desafios e possibilidades. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Florianópolis, 2008.

LIMA, Luiza Ferreira. A "verdade" produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015.

LINS, Beatriz Accioly. A lei nas entrelinhas: A Lei Maria da Penha e o trabalho policial em duas Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.

MAGNANI, José G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. n. 49, São Paulo, Jun. 2002.

MARTÍNEZ-MORENO, Marco J. Da "cultura de la violência" à "democracia familiar": masculinidade, cultura e conformação da alteridade em uma política pública de Bogotá, Colômbia. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MEDRADO, Benedito D.; MÉLLO, Ricardo P. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. Psicologia e Sociedade, v. 20, p. 45-65, 2008.

MEDRADO, Benedito D.; LYRA, Jorge. Produzindo memórias para alimentar utopias: compartilhando narrativas sobre uma organização feminista brasileira que ousa trabalhar com homens e sobre masculinidades. Recife: Instituto Papai, 2014. Disponível em: < https://www.dropbox.com/s/mgtk2kkpv5g6e1w/livro-memorias-papai-2014-para-site.pdf?dl=0>. Acesso em: 21/06/2015.

MESSNER, Michael A. Politics of masculinities: men in movements. Walnut Creek, CA: Altamira Press, 2000.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. *Cad. Pagu*, Jun. 2007, no. 28, p.101-128. ISSN 0104-8333.

MISTURA, Tales F. Vivência de homens autores de violência contra a mulher em grupo

reflexivo: memórias e significados presentes. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, 2015.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. Cadernos Pagu, n. 14 – Corporificando gênero –, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero / Pagu, Unicamp, 2000.

MORENO, Eva. *"Rape in the field: reflections from a survivor"*. In: KULICK, Don.; WILLSON, Margaret (orgs). *Taboo: Sex, Identity, and Erotic Subjectivity in Anthropological Fieldwork*. London: Routledge, 1995.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso), v. 1, p. 201-248, 2014.

MUSZKAT, Susana. Violência e masculinidade. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2011.

NATIVIDADE, Cláudia; PAULA, Alessandro V.; PESSALI, Fátima; OLIVEIRA, Izabela B.; CEZAR, Viviane C. F. Representações sobre paternidade em grupo de homens que exercem violência contra as mulheres. In: XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, 2007, Belo Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, Anderson E. C. de. Atendimento a homens autores de violência contra a mulher: lacunas, desafios e perspectivas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012, 120 f.

OLIVEIRA, Isabela V.; ANDRADE, Leandro F.; PRATES, Paula L.; MISTURA, Tales F. Tensões e desafios na intervenção com homens autuados pela Lei Maria da Penha: o caso dos grupos reflexivos no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito (UFPB) , v. 1, p. 219-240, 2015.

PAULA, Alessandro V.; NATIVIDADE, Cláudia; PESSALI, Fátima. Mapeamento das características dos homens autores de violência intrafamiliar: apontamentos para intervenções psicoeducativas. In: XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, 2007, BH. XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, 2007. p. 135-135.

PEIRANO, Mariza G. S. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, Sergio (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

PRATES, Paula L. A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2013.

PRATES, Paula L.; ANDRADE, L. F. Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher: o contexto sócio-histórico. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

RIFIOTIS, Theophilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a

‘judicialização’ dos conflitos conjugais. Revista Estado e Sociedade. UnB, v.19, n.1, p. 85-119, 2004.

_____. Nos campos da violência: diferença e positividade. Antropologia em Primeira Mão, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-UFSC, v.19, n.1, p.18, 1997.

_____. Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes das violências e dos conflitos sociais. Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 37, n. 2, p. 27-33, 2006.

SANTOS, Milena C. C. Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino: percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, abr. 2011.

SAYÃO, Débora T. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. In: Revista Perspectiva, v.21 n.01, jan/jun 2003. Editora da UFSC: NUP/CED. Florianópolis.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

STRECK, Lenio L. “Lei Maria da Penha no contexto do Estado Constitucional: desigualando a desigualdade histórica”. In: Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Organizado por Carmen Hein de Campos. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011.

TOBIN, Jeffrey. “A performance da masculinidade portenha no churrasco”. *Cadernos Pagu*, v. 12, p. 301-329, 1998.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

_____. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. Anuário Antropológico/95. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

WAISELLFISZ, Julio J. Mapa da violência: os novos padrões da violência homicida no Brasil. Caderno complementar 1. Homicídios de mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

WILLSON, Margaret. *“Afterword. Perspective and difference: sexualization, the field, and the ethnographer”*. In: KULICK, Don.; WILLSON, Margaret (orgs). *Taboo: Sex, Identity, and Erotic Subjectivity in Anthropological Fieldwork*. London: Routledge, 1995.

SITES CONSULTADOS:

Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde: <http://www.mulheres.org.br/>.

Instituto Avon (Percepções dos Homens sobre a Violência Doméstica contra a Mulher): <http://www.institutoavon.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Pesquisa-Avon-Instituto-Ipsos-2013.pdf>.

ANEXOS

Anexo A – Questionários de triagem dos grupos reflexivos do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.....110
Anexo B – Reportagens mencionando os grupos reflexivos do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.....116

PERFIL DOS HOMENS PARTICIPANTES DO GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (VERSÃO JANEIRO/2015)

Data de preenchimento: ___/___/___ Pesquisador(a): _____

SITUAÇÃO PESSOAL, PROFISSIONAL E ECONÔMICA

Idade: _____ Data de nascimento: ___/___/___

Segundo a classificação do IBGE, qual a sua cor?
Preta ( ) Parda ( ) Branca ( ) Indígena ( ) Amarela ( ) Observação: _____

Naturalidade:
Cidade: _____ Estado: _____ País: _____

MORADIA E TRANSPORTE:

Residência:
Cidade/Estado: _____
Se na cidade de São Paulo,
Bairro: _____ Zona: _____

Há quanto tempo reside no endereço atual? _____

Tipo de moradia:
Casa ( ) Apartamento ( ) Outra: _____

Condição da moradia
Alugada ( ) Própria ( ) Outra: _____

A moradia tem quantos dormitórios? _____

Você tem outros imóveis? ( ) Sim ( ) Não
Se sim, quantos? _____

Você tem algum meio de transporte? ( ) Sim ( ) Não
Se, sim, qual?
( ) Carro. Quantos? _____ ( ) Moto. Quantas? _____ ( ) Outro. Qual? _____

ESTUDOS/FORMAÇÃO:

Você estudou até qual série? _____
Fez outros cursos ou formação? Se sim, qual/quais? _____
Formado em: _____

TRABALHO:

Desde que idade você começou a trabalhar? _____

Principal atividade na maior parte da sua carreira: _____

Qual a sua profissão/atividade de trabalho atual? _____

Situação de trabalho:
Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Funcionário público ( ) Outra: _____

Há quanto tempo está no trabalho atual? _____

Se desempregado, há quanto tempo e por quê? _____

Em média, qual sua renda mensal? _____

Você trabalha quantas horas por dia? _____

HISTÓRICO FAMILIAR: INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Na sua criação (infância e adolescência), quem compunha sua família?
( ) pai
( ) padastro
( ) mãe
( ) madastra
( ) irmãos. Quantos irmãos você tinha? _____
( ) tios
( ) avós
( ) outros: quem? _____

Quanto tempo você viveu com sua família de origem? _____
No total, eram quantas pessoas na sua casa de criação? _____
Como você define que era a sua família do ponto de vista econômico: _____

ESTADO CIVIL

De lei você é: _____

De fato você está:
Sozinho ( )
Com a companheira ( )
Somente com os filhos ( )
Com outros familiares( )
Com outros: _____

Já morou com alguém antes?
( ) Sim ( ) Não

Se sim, grau de parentesco, com quantas pessoas e durante quanto tempo?
( ) 1.: _____

( ) 2.: _____
( ) 3.: _____

Você tem filhos?
( ) Sim ( ) Não

Se sim, quantos? _____

Quantas pessoas dependem de você financeiramente? _____

Grau de parentesco e idade das pessoas que dependem financeiramente de você:
Grau de parentesco: _____ Idade:_____
Grau de parentesco: _____ Idade:_____
Grau de parentesco: _____ Idade:_____
Grau de parentesco: _____ Idade:_____
Grau de parentesco: _____ Idade:_____
Grau de parentesco: _____ Idade:_____

Quanto você gasta com os seus dependentes por mês? _____

SOBRE RELACIONAMENTOA ATUAL:

Você esta se relacionando com alguém na atualidade? Sim ( ) Não ( )

Tipo de relacionamento: _____

Qual a idade dela? _____

Trabalho/ocupação da companheira atual: _____

Formação da companheira: _____

Renda mensal da companheira: _____

Como é o relacionamento com a companheira atual?
Ótimo ( ) Bom ( ) Razoável ( ) Ruim ( )

Há quanto tempo você está com a companheira atual? _____

Você tem filhos com a companheira atual? _____

Como você participa do desenvolvimento do(s) seu(s) filho(s)? _____
_____

CUIDADOS PESSOAIS E SAÚDE

Você tem algum problema de saúde? Sim ( ) Não ( )
Se, sim. Qual(is)? _____

Qual serviço de saúde você utiliza? ( ) Público ( ) Plano de saúde ( ) Particular

Faz uso de alguma medicação? Sim ( ) Não ( )
Se sim, quais? _____

Você já teve ou tem alguma DST? ( ) Sim ( ) Não
Se sim, qual? _____

Como você tratou, ou trata? _____

Em que situações você faz uso do preservativo? _____

Você dorme quantas horas por noite? _____

SOBRE ATIVIDADES SOCIAIS

Qual a sua religião? _____ É praticante? ( ) Sim ( ) Não

O que você costuma fazer nas horas em que não está trabalhando? _____

Você bebe? Se sim, há quantos anos, o quê, quanto e com que frequência? _____
_____

Que drogas já usou ou experimentou? _____

Qual você utiliza hoje? _____

VIVÊNCIAS E IMPRESSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA

Para você, o que é violência?
_____
_____
_____
_____

Que tipo(s) de violência você já sofreu na sua infância e adolescência? Com que frequência? Quem costumava agredi-lo? E por qual motivo?
_____
_____
_____
_____
_____

Que tipo(s) de violência você já praticou na sua infância e adolescência? Com que frequência? Direcionado a quem? Por qual motivo?
_____
_____
_____
_____

_____

Você já sofreu violência depois de adulto? ( ) Sim ( ) Não
Se sim, da parte de quem, com que frequência e por quais motivos?
_____
_____
_____
_____
_____

Quando foi a última vez que você esteve envolvido com alguma situação de violência? E por qual motivo?
_____
_____
_____

Em geral, na maioria das vezes, você considera que sofre ou pratica violência?
Sofre ( ) Pratica ( )

Por quê? _____

Em qual situação um homem merece apanhar?
_____
_____

Em qual situação uma mulher merece apanhar?
_____
_____

Em qual situação você não foge de uma briga?
_____
_____

SOBRE A PESSOA ALVO DA SUA PARTICIPAÇÃO NO GRUPO

Qual o grau de parentesco da denunciante? _____

Qual a idade? _____

Segundo a classificação do IBGE, qual a cor dela?
Preta ( ) Parda ( ) Branca ( ) Indígena ( ) Amarela ( ) Observação: _____

Quanto tempo de convivência? _____

Trabalho/ocupação: _____

Qual a formação dela? _____

Renda mensal: _____

Como é o relacionamento com a denunciante?
Ótimo ( ) Bom ( ) Razoável ( ) Ruim ( )

Você tem filhos com a denunciante? Se sim, quantos, sexo e idade?
_____
_____

Qual o motivo da denúncia?
_____
_____

Na situação alvo da denúncia você estava sob o efeito de drogas ou álcool?
Sim ( ) Não ( )

Se sim, qual? _____

Há quanto tempo e com que frequência vocês se desentendiam?
_____
_____

Qual era o principal motivo dos desentendimentos?
_____
_____

Em geral, como vocês resolviam os problemas entre vocês?
_____
_____
_____

SOBRE ENVOLVIMENTO COM A ÁREA DA JUSTIÇA

Você teve algum problema com a polícia/justiça antes? Sim ( ) Não ( )
Se sim, qual? Quando? E há quanto tempo?
_____

Já esteve preso, detido, ou cumpriu medida socioeducativa?
Sim ( ) Não ( )

Se sim, quando? _____
Por quanto tempo? _____

Motivo: _____
_____

Onde: _____

Você tem mais alguma coisa que gostaria de acrescentar que não foi perguntado?
_____
_____

publicado em 21/05/2012 às 05h37:

Terapia em grupo ajuda “machões” a se tornarem bons maridos em São Paulo

Justiça encaminha homens agressores para o local como medida socioeducativa

Vanessa Sulina, do R7

Recomendar 19 Tweetar G+1 1

Daia Oliver/R7

Sérgio Barbosa é coordenador do curso que funciona na ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, em Pinheiros, São Paulo

Publicidade

Faz tempo que o ditado popular “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” deixou de ser uma verdade, como no caso de outros ditos, cristalizados pela rotina da sociedade brasileira. Hoje em dia, quando existe qualquer tipo de agressão — moral ou física — durante uma discussão de casal, o suspeito de tê-la cometido pode responder por crime. E as sanções não terminam por aí. Em São Paulo, por exemplo, há quatro anos, a Justiça encaminha para ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, em Pinheiros, homens com histórico de agressão para fazerem um curso que tem com objetivo prevenir a violência doméstica.

De acordo com o coordenador Sérgio Barbosa, o grupo funciona como uma espécie de terapia em conjunto que faz os homens refletirem sobre suas atitudes. Para ele, esses tipos de crimes não devem ser punidos com “multas ou cestas básicas como pensavam alguns juízes” no passado.

Ele conta que a ideia para o grupo veio há 15 anos, quando estudiosos perceberam que a violência é algo “aprendido por um meio cultural e histórico e pode ser desaprendido”.

— Durante 16 encontros de duas horas, que acontecem uma vez por semana, nós nos aprofundamos nas questões que aconteceram com cada um deles. Gravamos as sessões e debatemos como seria possível resolver determinada situação sem o uso da força.

Leia mais notícias de São Paulo

Qualquer homem interessado tem a possibilidade de frequentar essas aulas. Porém, todos os participantes do grupo, hoje, são obrigados a irem ao local por determinação judicial. Segundo a juíza responsável pela Vara Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, eles são encaminhados à ONG após uma “audiência especial”.

— Em regra, são encaminhados aos Grupos de Reflexão para Homens Autores de Violência da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde os denunciados por crimes de lesão corporal dolosa [com intenção]. Além deste grupo, há também o curso de reeducação familiar da Academia de Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Segundo a juíza, entre os objetivos do curso estão a conscientização do participante sobre sua responsabilidade no ato, o desenvolvimento de maior autocontrole, além do entendimento sobre sua importância na sociedade e na relação familiar.

R7 PONTOS | Entre e participe | CADASTRE-SE, ganhe pontos e troque por prêmios

PLATEIA DOMINGO SHOW
5000 PONTOS

No grupo comandado por Barbosa existem homens com históricos violentos dos mais variados tipos, desde ameaça verbal até ferimentos graves feitos com cabos de vassoura, ponta de cigarro e leite quente. Independentemente do tipo de agressão, grande parte dos alunos chegam lá com “muita raiva”, segundo Barbosa.

— Eles acreditam que estão ali injustamente, que são inocentes. Mas à medida que vai passando o tempo, cai a ficha e eles percebem que foram violentos. Hoje, temos dois casos de reincidência.

Um empurrão durante uma briga, segundo um comerciário de 47 anos que participa do grupo e preferiu não se identificar, foi o suficiente para levá-lo ao curso. Como os seus companheiros, ele disse que se sentiu "injustiçado por ter sido obrigado a fazer as aulas", mas hoje encara como “um aprendizado”.

— Estou sofrendo uma ação judicial porque minha ex-mulher jogou um grampeador em mim durante uma briga. Eu coloquei as mãos na frente para me defender e a empurrei. Ela foi à delegacia da mulher, me denunciou e fez exame de corpo delito. Não sei onde ela arrumou o machucado. Para mim, penso até hoje que ela fez isso porque tem ciúmes da minha atual mulher. De qualquer forma, estou aprendendo muito, e já descobri coisas que nunca imaginava, como que proibir uma mulher de trabalhar também é uma forma de agressão.

Grupo

O grupo é formado por 15 homens, e a maioria deles de menor poder aquisitivo. Apesar desta realidade, Eliana diz que a violência contra as mulheres acontece em todas as classes sociais. Porém, talvez por “vergonha ou receio da exposição pública” mulheres com mais dinheiro evitem denunciar seus agressores.

Segundo a Vara Central da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Paulo, desde sua instalação em 2009 até 31 de dezembro de 2012, foram abertas 18.419 ações. Desse total, 9.711 tornaram-se inquéritos policiais, 2.755 ações penais e 4.150 medidas protetivas (quando uma pessoa é impedida de chegar perto de alguém).

Ajuda
Hoje em São Paulo existem nove Delegacias de Defesa da Mulher, além dos distritos policiais que também atendem a estes casos. Depois de procurar ajuda e receber atendimento da autoridade policial, as vítimas podem procurar auxílio na Defensoria Pública, que está localizada no Fórum Criminal da Barra Funda onde recebem atendimento jurídico e são encaminhadas às redes de apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Veja o passo a passo de como se tornar um bom marido
Em SP, um grupo ajuda homens com histórico de agressão contra mulher

R7 PONTOS
Entre e participe
CADASTRE-SE, ganhe pontos e troque por prêmios

PLATEIA DOMINGO SHOW
5000 PONTOS

	ou de qualquer outra droga. Muitos dizem que estavam bêbados quando violentaram uma mulher, mas é desculpa para atenuar a situação;
3	Violência contra a mulher não é genética Ela é construída pela pessoa que passou por situações violentas e acaba refletindo em suas atitudes.
4	Homem precisa refletir sobre seus comportamentos. Não dá para achar que só eles têm direitos. As mulheres têm seus direitos;
5	Pensar antes de tomar qualquer atitude.

Leia notícias do Distrito Federal
Venha para o R7 Banda Larga
Imprima suas fotos no R7
Crie seu e-mail @R7. É grátis

Todos os direitos reservados. 2009-2015 Rádio e Televisão

R7 PONTOS
Entre e participe
CADASTRE-SE, ganhe pontos e troque por prêmios
PLATEIA DOMINGO SHOW
5000 PONTOS

mulher.terra.com.br

Grupo de SP ajuda homens agressores a parar de bater; conheça

Thais Sabino

Nas duas últimas semanas, a cena da chef inglesa Nigella Lawson sendo “sufocada” pelas mãos do marido em um restaurante londrino viraram notícia. No sábado, o cantor Chris Brown – em condicional por espancar a ex Rihanna em 2009 - voltou ao noticiário por uma suposta agressão à desconhecida em uma boate. As famosas fazem parte de um grupo de 30% das mulheres de todo o mundo que sofrem agressões do parceiro, segundo estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS). O motivo? “Restituir o poder que foi perdido”, disse o psicólogo Tales Furtado Mistura.

A chef Nigella Lawson foi vista em restaurante londrino sendo agredida pelo marido Charles Saatchi

Foto: Thaís Sabino / Terra

Eles têm características machistas, dominantes, dificuldade em expressar os sentimentos e recorrem a um “método primitivo” para tal: a violência. “Ele se sente ameaçado em alguma instância, seja porque a mulher o questionou, começou a ganhar mais do que ele ou ficou desempregado, é uma forma de restituir o poder que foi tomado”, explicou Mistura sobre o perfil dos homens recebidos às segundas-feiras para um encontro reflexivo, organizado pela ONG Coletivo Feminista, na zona oeste de São Paulo, da qual ele é coordenador.

Em 2009, Rihanna apanhou do ex-parceiro Chris Brown. Ele tatuou o rosto deformado dela no pescoço após o ocorrido

Foto: Reprodução / Getty Images

Assim como elas necessitam de apoio para deixarem de apanhar, eles precisam para parar de bater. É esse o objetivo de um grupo criado em 1998, que já atendeu 152 homens denunciados por agressão à mulher. Os participantes são encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher da Barra Funda e obrigados a participar de 16 encontros de duas horas. Se reincidirem, é cadeia, explicou o filósofo e coordenador do programa Sérgio Barbosa. Nos encontros, são trabalhadas questões de gênero, comportamento e valores machistas.

“Grande parte desses homens não sabe falar a não ser pela violência e acreditam ser uma forma natural de tratar as mulheres. Nossa proposta é uma metodologia de desconstrução desse modelo de masculinidade”, detalhou Barbosa. Segundo ele, os homens chegam à primeira sessão como “cachorros acuados”, 100% com um machismo radical e fechados. O panorama muda ao longo da conversa, quando eles começam a falar. O assunto, é claro, são as mulheres: “Aqui é um espaço em que o homem vai soltar os cachorros e isso será trabalhado”, disse Barbosa.

A culpa é dela

“Ela jogou o cinzeiro na minha cabeça. Ela pegou a peixeira.” “Ela está errada.” “Ela mereceu.” “Ela me provocou, foi ela que começou.” “É aquela catarse, eles xingam, falam mal da companheira, as culpam e se desresponsabilizam”, descreveu Mistura sobre o ambiente dos primeiros encontros. Muitos não enxergam a violência contra a mulher como errada e, quando entendem, pensam que a atitude foi merecida e que tinham o direito de bater. Por isso, o primeiro passo é “responsabilizar o

homem pelo o que aconteceu”, afirmou Mistura.

"É aquela catarse, eles xingam, falam mal da companheira, as culpam e se desresponsabilizam, descreveu Mistura sobre o ambiente dos primeiros encontros

Foto: Thaís Sabino / Terra

O psicólogo Leandro Feitosa Andrade, também coordenador do programa, explicou que os agressores precisam reaprender a serem homens. “Ele aprendeu o machismo, a ser como é. Nós colocamos questionamentos que mudam a concepção da violência à mulher”, afirmou. Nos encontros semanais, os agressores relatam experiências recentes relacionadas às mulheres e parceiras, e é com base nas histórias que os profissionais abordam a sexualidade, diferenças de gêneros e provocam uma reflexão. “Mesmo que a pessoa não fale nada, vai repensar o ato”, ressaltou Barbosa.

Cada sessão tem limite máximo de 15 homens, porém, a média é trabalhar com oito por encontro. São passados vídeos, filmes e discutidas notícias para embasar os temas. A maior parte do

tempo, no entanto, é destinada aos relatos dos agressores. Não existe classe social, cor ou idade prevalecente quando o assunto é violência à mulher, disse Andrade. Eles já atenderam desde jovens de 18 anos a senhores de 70, que ganhavam desde um salário mínimo, até empresários de sucesso.

H.L.P, 40 anos, foi acusado três vezes de agressão contra a mulher e completou a participação do quinto encontro na última segunda-feira (24)

Foto: Thaís Sabino / Terra

Ciente de que “o tempo não volta” e em sua quinta sessão no grupo do Coletivo Feminista, H.L.P. já foi denunciado três vezes por agressão à mulher. Na última, chegou a ir para a cadeia e teve que pagar fiança. A condição para liberdade era frequentar o grupo e ele diz, com orgulho, que é um novo homem. “Ainda sou um pouco neurótico e intolerante, mas daqui para frente vou saber me controlar e me policiar”, contou.

A poucos minutos do início do encontro na última segunda-feira (24), ele contou na sala aconchegante da ONG que costumava

tentar “corrigir” as pessoas e toda a história vivida ao lado da mulher, com quem voltou a morar após o ocorrido. “Tenho uma esposa que vou te contar, precisa ter muita paciência para conseguir lidar”, comentou. Entre as reclamações contra a mulher, ele a acusou de ser ambiciosa, ingrata, preguiçosa e fria: “é o tipo de pessoa que se vou fazer um carinho, diz ‘não gosto de homem pegajoso’”.

Ele ressaltou que ajuda nos serviços domésticos e como apoiou a mulher nos estudos: “movi muito mais do que uma palha para ela se formar em enfermagem”, disse. H.L.P, porém, evitou contar como foram os episódios de violência e creditou as brigas aos problemas financeiros. Ele contou ser uma pessoa menos briguenta após o trabalho com o grupo e que adquiriu a visão de direitos iguais entre os gêneros. No entanto, questionou: “você nunca viu mulher brigar por direitos iguais na idade para se aposentar, brigar com o homem pois quer matar a barata, ou para pagar o mesmo preço em um restaurante”.

O perdão e a reincidência

“Não existe amor e porrada, bater é por um sentimento de posse e de perda, não é por amor”, definiu Barbosa. No entanto, é comum a continuidade do relacionamento após episódios de agressão masculina, como aconteceu com H.L.P. A própria Maria da Penha – caso que deu origem à lei de mesmo nome de proteção à mulher em 2006 – foi agredida mais de uma vez até parar em uma cadeira de rodas. Rihanna retomou a relação com Chris Brown por um tempo após ser agredida e até mesmo Nigella não deu declarações públicas sobre o fim do casamento de 10 anos.

Na imagem, Tales Furtado Mistura (à esq.), Sérgio Barbosa (centro) e Leandro Feitosa Andrade (dir.)

Foto: Thaís Sabino / Terra

Acreditar no arrependimento do homem é um risco de a violência se repetir, alertou Barbosa, pois o agressor precisa de ajuda psicológica. “A mulher não pode ajudá-lo, ninguém salva uma pessoa se está se afogando também”, acrescentou. Episódios de violência doméstica devem culminar na separação do casal. Foi a opção de E.N.T., 39 anos, que frequenta o grupo de reflexão para homens do Núcleo de Apoio à Mulher Vítima da Violência Doméstica e Familiar (NAMVID), em Natal. “Me separei e não quero mais conversa”, declarou.

“Antes eu tinha outro pensamento, hoje mudei, deixei de fazer as coisas sem pensar. Precisei levar muita pancada na vida para aprender”, disse E.N.T. Ele, que recebeu uma determinação da Justiça para frequentar os encontros, já compareceu a seis, obteve 80% de melhora no comportamento e pretende continuar a

frequentar o grupo voluntariamente, afirmou. Cada participante pode compartilhar as histórias vividas nas reuniões, mas o foco principal é a ressocialização na família para que as agressões não se repitam, contou. “E não é só violência física, tem a verbal e a psicológica”, ressaltou.

Números da violência

O relatório da OMS, divulgado neste mês, mostrou que cerca de 35% das mulheres sofrem violência em casa ou fora dela, em algum momento da vida; e 38% das vítimas de homicídio foram mortas pelos parceiros. O Brasil ocupa o sétimo lugar no ranking mundial dos países com mais crimes praticados contra as mulheres, segundo relatório do Conselho Nacional de Justiça. A lei Maria da Penha, criada em 2006 no Brasil, penalizou a violência contra a mulher com confinamento, antes era permitido apenas pagar cesta básica à vítima, multas e fazer trabalho comunitário.

Na previsão de Barbosa, a notoriedade no campo profissional, independência financeira e ganho de espaço público das mulheres tendem a aumentar a violência masculina, pois os homens “se sentem acuados”. O acesso à informação ainda deve aumentar o número de notificações de casos, afirmou. “Não é que o homem está se tornando mais agressivo, isso sempre foi assim. Mas a crise da masculinidade fragiliza o homem que entendia a mulher como objeto e agora precisa renovar os próprios conceitos”, concluiu Barbosa.

Uma Central de Atendimento à Mulher, com funcionamento 24 horas de segunda a domingo, pode ser contatada pelo número

180. A ligação é gratuita.

Estado deve proteger mulher ao invés de apenas punir agressor, diz especialista

Por **Ana Flávia Oliveira - iG São Paulo** | 24/04/2014 15:00 - Atualizada às 24/04/2014 18:51

COMPARTILHE

Tamanho do texto

Sociólogo diz que lógica do poder público para diminuir casos de violência de gênero está "calcada na punição"

Aumentar a rede de proteção para a mulher vítima de agressão e trabalhar com os agressores podem ser mais eficientes do que apenas punir na tentativa de diminuir o número de casos violência de gênero. A opinião é do sociólogo e filósofo Sérgio Barbosa, coordenador do serviço de responsabilização para homens autores de violência, da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.

Leia mais: ONG usa filosofia contra violência doméstica

Segundo Barbosa, que usa reflexões e discussões filosóficas sobre o papel dos gêneros na sociedade para trabalhar com homens enquadrados na Lei Maria da Penha, um dos maiores entraves para reduzir índices de violência doméstica ainda é a burocracia do serviço público. “A sociedade tem que aumentar a rede de proteção à mulher, ampliar número de delegacias especializadas, captar equipes nos bairros para que o primeiro ato de violência gere uma denúncia e homem e mulher envolvidos sejam ouvidos [na delegacia e/ou justiça] e alguma coisa seja feita. Tem que esperar o homicídio para a polícia e órgão públicos atuarem?”

Ele diz que, contrariando a “lógica [dos órgãos públicos] calcada na punição”, o índice de reincidência de homens que participaram dos grupos reflexivo promovidos pela ONG é muito baixo em comparação aos que não o frequentam. “A gente só sabe se ele de fato comete violência novamente ao sair daqui, se houver nova denúncia. Mas de 162 homens atendidos, apenas três voltaram”. Os grupos foram implantados na ONG em 2009. Fora do programa, diz ele, o índice de reincidência beira os 70%.

A participação em 16 sessões é uma obrigação imposta pelo Juizado Criminal da Violência Doméstico. Dos cerca de 20 agressores atendidos atualmente em dois grupos diferentes, apenas dois são voluntários. Frequentar o grupo mantém o agressor em liberdade, ao não ser que ele

os
de

Mudança de discurso

Para Barbosa, além do baixo índice de reincidência, a eficiência do programa está na mudança de discurso do agressor com o passar do tempo. Ele diz que, nas primeiras sessões, os homens encaram o programa como uma “punição” e se sentem “vítimas” da situação, mas vão entendendo que a responsabilidade é deles e mudam o discurso após cerca de seis encontros.

“No começo, o discurso [do homem] é revanchista. Eles dizem que foram injustiçados, que não foram ouvidos no fórum ou na delegacia, têm raiva da mulher que o denunciou e é muito comum acusarem a companheira para reverter o quadro e justificar a atitude deles”, diz Barbosa.

Abordando assuntos como violência de gênero, masculinidade, a parternidade, sexualidade, drogadição e alcoolismo, direitos humanos, família, Lei Maria da Penha, cidadania e relações de gêneros, os agressores vão, aos poucos, mudando a forma de pensar e agir, segundo Barbosa.

“A vida toda dele foi construída sobre uma grande pressão sobre o que é ser homem, que ele tem que ter o domínio e o predomínio da situação. Aqui muda a forma de pensar porque fazemos um debate profundo sobre a vivência de ser homem. O objetivo é criticar essa postura masculina na sociedade de resolver os conflitos por meio da violência e trazer elementos para que ele possa ressignificar a vida toda. Após ele entender o processo, fica mais atento aos seus reflexos nas ações cotidianas”, diz Barbosa.

Segundo ele, a violência é um traço social e não pode ser tratado como doença. “A violência parte do prima sócio-histórico e não é uma patologia. É uma doença social que legitima a violência contra as mulheres”.

Pesquisa: Resultado de pesquisa sobre ataques contra mulheres estava errada, diz Ipea

SP: Ação que dá alfinete no Metrô pode transformar vítima em agressor, diz advogado

Violência Sexual

Para o ginecologista Jefferson Drezett, coordenador do projeto “Bem Me Quer” do hospital Pérola Byington, na região central de São Paulo, referência no atendimento de mulheres e crianças vítimas de violência sexual, o poder público deve garantir tratamentos diferenciados a vítimas e agressores para reduzir também os índices de violência sexual.

“Acompanhamento psicológico e tratamento psiquiátrico para o estuprador é a única maneira de mudar o cenário que a gente tem. A punição com prisão é a pior forma. Ele vai preso, depois sai sem nenhuma alternativa para aquele comportamento. Não há nenhuma garantia de que que ele não vai estuprar de novo. Mas países que investiram em tratamento psicológico têm uma taxa de reincidência muito menor que os que não ofereceram”, diz.

Além disso, ele critica os sistemas de proteção para as vítimas de violência sexual. “O sistema é feito para a sociedade, que espera que a mulher se adeque a ele. O sistema é burocrático, é insensível com as mulheres. As pessoas não têm preparo para atender vítimas de estupro, fazem piadas com a situação, delegados acham que a mulher facilitou. O assunto é tratato com pouca seriedade porque o sistema é retrógado e ineficiente”, diz Drezett.

Leia tudo sobre: IGSP • violência contra mulher • estupro • violência de gênero

COMPARTILHE

Tamanho do texto